Índice

Dados da Empresa

Composição do Capital 1

DFs Individuais

Balanço Patrimonial Ativo 2

Balanço Patrimonial Passivo 4

Demonstração do Resultado 6

Demonstração do Resultado Abrangente 7

Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto) 8

Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido

DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021 10

DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020 11

DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019 12

Demonstração de Valor Adicionado 13

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho 15

Notas Explicativas 29

Pareceres e Declarações

Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva 99

Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente 102

Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM) 103

Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não) 104

Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras 105

Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente 106

Dados da Empresa / Composição do Capital

Número de Ações (Unidades)	Último Exercício Social 31/12/2021
Do Capital Integralizado	
Ordinárias	75.529.774
Preferenciais	143.412.165
Total	218.941.939
Em Tesouraria	
Ordinárias	0
Preferenciais	0
Total	0

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1	Ativo Total	11.289.842	9.466.313	7.738.839
1.01	Ativo Circulante	3.202.343	3.648.429	2.130.674
1.01.01	Caixa e Equivalentes de Caixa	77.274	350.974	108.325
1.01.02	Aplicações Financeiras	270.027	1.491.618	198.177
1.01.02.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	270.027	1.491.618	198.177
1.01.03	Contas a Receber	1.582.859	1.249.129	1.085.928
1.01.03.01	Clientes	1.582.323	1.241.857	1.078.903
1.01.03.01.01	Consumidores e concessionárias	1.582.323	1.241.857	1.078.903
1.01.03.02	Outras Contas a Receber	536	7.272	7.025
1.01.03.02.01	Titulos de créditos a receber	536	7.272	7.025
1.01.04	Estoques	22.586	21.170	23.091
1.01.06	Tributos a Recuperar	177.304	128.263	192.987
1.01.08	Outros Ativos Circulantes	1.072.293	407.275	522.166
1.01.08.03	Outros	1.072.293	407.275	522.166
1.01.08.03.01	Instrumentos financeiros derivativos	156.374	139.865	28.319
1.01.08.03.02	Ativo financeiro setorial	608.510	54.517	214.307
1.01.08.03.03	Outros créditos	307.409	212.893	279.540
1.02	Ativo Não Circulante	8.087.499	5.817.884	5.608.165
1.02.01	Ativo Realizável a Longo Prazo	6.427.529	4.096.086	3.570.824
1.02.01.01	Aplicações Financeiras Avaliadas a Valor Justo através do Resultado	56.729	62.052	62.293
1.02.01.04	Contas a Receber	606.033	437.072	346.892
1.02.01.04.01	Consumidores e concessionárias	606.033	437.072	346.892
1.02.01.07	Tributos Diferidos	0	0	88.747
1.02.01.07.01	Créditos Tributários	0	0	88.747
1.02.01.10	Outros Ativos Não Circulantes	5.764.767	3.596.962	3.072.892
1.02.01.10.04	Depósitos judiciais	55.107	49.278	47.547
1.02.01.10.05	Tributos a recuperar	1.310.857	43.489	82.735
1.02.01.10.06	Ativos financeiros setoriais	208.453	28.178	47.550
1.02.01.10.07	Instrumentos financeiros derivativos	250.376	251.583	163.078

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Ativo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
1.02.01.10.08	Ativo financeiro indenizável da concessão	3.884.108	3.183.825	2.689.436
1.02.01.10.09	Títulos de créditos a receber	7.220	8.454	6.933
1.02.01.10.10	Outros Créditos	48.646	32.155	35.613
1.02.02	Investimentos	6.209	6.209	6.228
1.02.02.02	Propriedades para Investimento	6.209	6.209	6.228
1.02.03	Imobilizado	34.906	26.185	14.898
1.02.04	Intangível	1.618.855	1.689.404	2.016.215
1.02.04.01	Intangíveis	1.618.855	1.689.404	2.016.215
1.02.04.01.02	Intangiveis	1.385.525	1.510.045	1.572.566
1.02.04.01.03	Ativo Contratual - Infraestrutura em construção	233.330	179.359	443.649

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2	Passivo Total	11.289.842	9.466.313	7.738.839
2.01	Passivo Circulante	2.590.132	2.518.733	1.543.767
2.01.02	Fornecedores	631.755	514.293	422.691
2.01.04	Empréstimos e Financiamentos	1.074.769	1.211.241	625.105
2.01.04.01	Empréstimos e Financiamentos	883.359	1.065.726	561.733
2.01.04.01.01	Em Moeda Nacional	457.377	636.236	448.049
2.01.04.01.02	Em Moeda Estrangeira	425.982	429.490	113.684
2.01.04.02	Debêntures	191.410	145.515	63.372
2.01.05	Outras Obrigações	883.608	793.199	495.971
2.01.05.02	Outros	883.608	793.199	495.971
2.01.05.02.01	Dividendos e JCP a Pagar	978	50.973	488
2.01.05.02.04	Impostos e contribuições sociais	227.498	214.406	87.118
2.01.05.02.05	Contribuição de iluminação pública	22.779	24.346	23.055
2.01.05.02.07	Encargos setoriais	105.840	60.932	74.772
2.01.05.02.08	Beneficios pós-emprego	12.820	13.969	14.777
2.01.05.02.09	Obrigações estimadas	21.820	20.071	20.095
2.01.05.02.10	Passivos financeiros setoriais	95.478	211.667	136.434
2.01.05.02.11	Incorporação de redes	93.922	56.001	38.900
2.01.05.02.12	Encargos de dívidas	54.051	62.425	22.174
2.01.05.02.13	Instrumentos financeiros derivativos	103.006	2.961	14.117
2.01.05.02.15	Arrendamentos Operacionais	1.671	2.383	2.574
2.01.05.02.16	Outros passivos	143.745	73.065	61.467
2.02	Passivo Não Circulante	5.822.365	4.166.917	3.976.501
2.02.01	Empréstimos e Financiamentos	3.421.883	3.256.723	3.165.699
2.02.01.01	Empréstimos e Financiamentos	1.703.394	1.740.092	1.811.829
2.02.01.01.01	Em Moeda Nacional	1.143.186	1.273.595	1.111.659
2.02.01.01.02	Em Moeda Estrangeira	560.208	466.497	700.170
2.02.01.02	Debêntures	1.718.489	1.516.631	1.353.870
2.02.02	Outras Obrigações	2.149.730	791.223	706.673

DFs Individuais / Balanço Patrimonial Passivo

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 31/12/2021	Penúltimo Exercício 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 31/12/2019
2.02.02.02	Outros	2.149.730	791.223	706.673
2.02.02.02.03	Fornecedores	31.885	39.766	38.445
2.02.02.02.04	Impostos e Contribuições sociais	401.674	310.895	229.209
2.02.02.02.06	Beneficios pós-emprego	94.201	126.613	145.739
2.02.02.02.09	Encargos setoriais	32.040	54.388	48.685
2.02.02.02.10	Passivos financeiros setoriais	276.606	136.906	125.964
2.02.02.02.11	Incorporação de redes	0	45.504	45.504
2.02.02.02.13	Arrendamentos Operacionais	2.402	6.493	4.823
2.02.02.02.14	Efeitos da Redução do ICMS na base de calculo do Pis e Cofins	1.240.973	0	0
2.02.02.02.20	Outros Passivos	69.949	70.658	68.304
2.02.03	Tributos Diferidos	156.076	13.047	0
2.02.03.01	Imposto de Renda e Contribuição Social Diferidos	156.076	13.047	0
2.02.04	Provisões	94.676	105.924	104.129
2.02.04.01	Provisões Fiscais Previdenciárias Trabalhistas e Cíveis	94.676	105.924	104.129
2.03	Patrimônio Líquido	2.877.345	2.780.663	2.218.571
2.03.01	Capital Social Realizado	1.677.113	1.677.113	1.514.569
2.03.02	Reservas de Capital	5.319	4.073	162.431
2.03.02.06	Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	0	0	160.000
2.03.02.07	Outras Reservas de Capital	5.319	4.073	2.431
2.03.04	Reservas de Lucros	1.189.583	1.113.719	555.261
2.03.04.01	Reserva Legal	153.897	97.227	63.329
2.03.04.05	Reserva de Retenção de Lucros	302.802	302.802	491.932
2.03.04.07	Reserva de Incentivos Fiscais	533.561	317.717	0
2.03.04.08	Dividendo Adicional Proposto	199.323	395.973	0
2.03.06	Ajustes de Avaliação Patrimonial	47.367	58.949	71.318
2.03.08	Outros Resultados Abrangentes	-42.037	-73.191	-85.008

DFs Individuais / Demonstração do Resultado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
3.01	Receita de Venda de Bens e/ou Serviços	7.323.266	5.095.899	4.932.960
3.02	Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos	-5.289.084	-3.952.324	-3.841.034
3.03	Resultado Bruto	2.034.182	1.143.575	1.091.926
3.04	Despesas/Receitas Operacionais	-352.057	-212.182	-234.282
3.04.02	Despesas Gerais e Administrativas	-218.743	-182.251	-209.170
3.04.04	Outras Receitas Operacionais	34.930	13.494	24.167
3.04.05	Outras Despesas Operacionais	-168.244	-43.425	-49.279
3.05	Resultado Antes do Resultado Financeiro e dos Tributos	1.682.125	931.393	857.644
3.06	Resultado Financeiro	-303.158	-108.895	-159.090
3.06.01	Receitas Financeiras	485.603	159.955	156.697
3.06.02	Despesas Financeiras	-788.761	-268.850	-315.787
3.07	Resultado Antes dos Tributos sobre o Lucro	1.378.967	822.498	698.554
3.08	Imposto de Renda e Contribuição Social sobre o Lucro	-245.572	-144.532	-104.398
3.08.01	Corrente	-118.592	-48.826	-99.619
3.08.02	Diferido	-126.980	-95.706	-4.779
3.09	Resultado Líquido das Operações Continuadas	1.133.395	677.966	594.156
3.11	Lucro/Prejuízo do Período	1.133.395	677.966	594.156
3.99	Lucro por Ação - (Reais / Ação)			
3.99.01	Lucro Básico por Ação			
3.99.01.01	ON	4,85845	2,92635	2,61911
3.99.01.02	PN	5,3443	3,21899	2,88102

DFs Individuais / Demonstração do Resultado Abrangente

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
4.01	Lucro Líquido do Período	1.133.395	677.966	594.156
4.02	Outros Resultados Abrangentes	31.154	11.817	-40.837
4.03	Resultado Abrangente do Período	1.164.549	689.783	553.319

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01	Caixa Líquido Atividades Operacionais	342.696	1.646.566	921.569
6.01.01	Caixa Gerado nas Operações	1.778.365	1.363.359	1.221.167
6.01.01.01	Lucro líquido do exercício	1.133.395	677.966	594.156
6.01.01.02	Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	245.572	144.532	104.398
6.01.01.04	Despesas (Receitas) com juros, variações monetárias e cambiais - líquidas	471.756	476.715	301.796
6.01.01.05	Amortização e Depreciação	232.390	242.098	198.263
6.01.01.07	Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	77.097	147.585	101.973
6.01.01.08	Provisões para riscos trabalhistas, cíveis , fiscais e regulatórias	22.898	26.541	25.751
6.01.01.10	Marcação a mercado de derivativos	87.141	-12.185	-33.575
6.01.01.11	Ativo financeiro indenizável da concessão	-353.014	-113.759	-98.012
6.01.01.12	Instrumentos financeiros derivativos	-128.801	-271.889	-29.993
6.01.01.13	Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	63.490	31.972	22.468
6.01.01.14	Programa de remuneração variável - ILP	1.771	1.642	570
6.01.01.15	Marcação a mercado de dívidas	-75.330	12.141	33.372
6.01.02	Variações nos Ativos e Passivos	-1.435.669	283.207	-299.598
6.01.02.01	(Aumento) de consumidores e concessionárias	-515.370	-400.283	-424.003
6.01.02.02	Diminuição de títulos de créditos a receber	8.152	3.078	3.630
6.01.02.03	(Aumento) diminuição de estoques	-1.416	1.921	-5.018
6.01.02.04	Recebimentos Despacho - CONTA COVID	0	377.985	0
6.01.02.05	(Aumento) de cauções e depósitos vinculados	-5.829	-1.731	-18.591
6.01.02.06	(Aumento) de ativos financeiros setoriais	-1.006.308	-103.239	99.332
6.01.02.07	Recursos da conta de comercialização de Itaipu	292.298	0	0
6.01.02.08	(Aumento) diminuição de tributos a recuperar	-40.089	116.291	-36.614
6.01.02.09	Valor justo dos títulos cedidos ao FDIC	96.082	0	0
6.01.02.10	(Aumento) diminuição de outros créditos	-18.852	2.462	-88.676
6.01.02.11	Aumento de fornecedores	91.852	119.560	117.675
6.01.02.12	Aumento de impostos e contribuições sociais	112.176	241.761	108.967
6.01.02.13	Pagamento Recuperação de Créditos ICMS - REFIS Estadual	-332.650	0	0
6.01.02.14	Imposto de renda e contribuição social pagos	-124.050	-65.618	-94.657

DFs Individuais / Demonstração do Fluxo de Caixa (Método Indireto)

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
6.01.02.15	Aumento(diminuição) de obrigações estimadas	1.749	-24	1.233
6.01.02.16	Processos fiscais, cíveis, trabalhistas e regulatórios pagos	-43.172	-30.334	-32.074
6.01.02.18	Aumento (diminuição) de passivos financeiros setoriais	21.039	-16.299	47.705
6.01.02.19	Aumento de outras contas a pagar	28.719	37.677	21.493
6.02	Caixa Líquido Atividades de Investimento	765.922	-1.595.894	-796.867
6.02.01	Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	1.247.144	-1.266.996	-98.550
6.02.02	Alienação de bens do imobilizado e intangível	54.667	34.674	34.164
6.02.03	Aplicações no imobilizado, intangível e ativo contratual - infraestrutura em construção	-535.889	-363.572	-732.481
6.03	Caixa Líquido Atividades de Financiamento	-1.382.318	191.977	-63.742
6.03.02	Novos empréstimos e financiamentos	1.124.105	1.566.383	678.619
6.03.03	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures e parcelamentos - principal	-1.212.508	-1.166.909	-149.149
6.03.04	Recebimento (pagamento) por liquidação de instrumentos financeiros derivativos	104.314	60.546	-10.072
6.03.05	Pagamentos de dividendos	-1.119.108	-81.392	-345.153
6.03.07	Pagamento pela incorporação de redes	-76.747	-39.656	-80.228
6.03.09	Pagamento de empréstimos, financiamentos e debêntures e parcelamentos - juros	-199.302	-147.568	-201.603
6.03.10	Pagamento de Parcelamento de taxas regulamentares	0	0	-33.493
6.03.11	Pagamento de Parcelamento de fornecedores	0	0	-80.131
6.03.12	Adiantamento para futuro aumento de capital	0	2.544	160.000
6.03.13	Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	-3.072	-1.971	-2.532
6.05	Aumento (Redução) de Caixa e Equivalentes	-273.700	242.649	60.960
6.05.01	Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes	350.974	108.325	47.365
6.05.02	Saldo Final de Caixa e Equivalentes	77.274	350.974	108.325

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2021 à 31/12/2021

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.677.113	4.073	1.113.719	0	-14.242	2.780.663
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.677.113	4.073	1.113.719	0	-14.242	2.780.663
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	1.246	-395.973	-673.140	0	-1.067.867
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-673.140	0	-673.140
5.04.08	Programa de remuneração variável (ILP)	0	1.246	0	0	0	1.246
5.04.09	Pagamento de dividendos adicionais propostos	0	0	-395.973	0	0	-395.973
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	1.133.395	31.154	1.164.549
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	1.133.395	0	1.133.395
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	31.154	31.154
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	47.204	47.204
5.05.02.07	Tributos incidentes sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-16.050	-16.050
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	471.837	-460.255	-11.582	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	17.548	-17.548	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-5.966	5.966	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	56.670	-56.670	0	0
5.06.05	Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)	0	0	215.844	-215.844	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais propostos	0	0	199.323	-199.323	0	0
5.07	Saldos Finais	1.677.113	5.319	1.189.583	0	5.330	2.877.345

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2020 à 31/12/2020

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.514.569	162.431	555.261	0	-13.690	2.218.571
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.514.569	162.431	555.261	0	-13.690	2.218.571
5.04	Transações de Capital com os Sócios	162.544	-158.358	0	-131.877	0	-127.691
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-131.991	0	-131.991
5.04.08	Dividendos prescritos	0	0	0	114	0	114
5.04.09	Programa de remuneração variável (ILP)	0	1.642	0	0	0	1.642
5.04.10	Aumento de capital conforme RCA se 24/04/2020	162.544	-160.000	0	0	0	2.544
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	677.966	11.817	689.783
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	677.966	0	677.966
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	11.817	11.817
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	17.905	17.905
5.05.02.07	Tributos incidentes sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	0	0	0	0	-6.088	-6.088
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	558.458	-546.089	-12.369	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	18.741	-18.741	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-6.372	6.372	0
5.06.04	Reserva legal	0	0	33.898	-33.898	0	0
5.06.05	Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)	0	0	128.587	-128.587	0	0
5.06.06	Dividendos adicionais propostos	0	0	395.973	-395.973	0	0
5.07	Saldos Finais	1.677.113	4.073	1.113.719	0	-14.242	2.780.663

DFs Individuais / Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido / DMPL - 01/01/2019 à 31/12/2019

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Capital Social Integralizado	Reservas de Capital, Opções Outorgadas e Ações em Tesouraria	Reservas de Lucro	Lucros ou Prejuízos Acumulados	Outros Resultados Abrangentes	Patrimônio Líquido
5.01	Saldos Iniciais	1.514.569	1.861	188.639	0	40.883	1.745.952
5.03	Saldos Iniciais Ajustados	1.514.569	1.861	188.639	0	40.883	1.745.952
5.04	Transações de Capital com os Sócios	0	160.570	-89.813	-151.457	0	-80.700
5.04.06	Dividendos	0	0	0	-151.457	0	-151.457
5.04.08	Recursos destinados a futuro aumento de capital	0	160.000	0	0	0	160.000
5.04.09	Pagamento de Dividendos Adicionais	0	0	-89.813	0	0	-89.813
5.04.11	Programa de remuneração variável (ILP)	0	570	0	0	0	570
5.05	Resultado Abrangente Total	0	0	0	594.156	-40.837	553.319
5.05.01	Lucro Líquido do Período	0	0	0	594.156	0	594.156
5.05.02	Outros Resultados Abrangentes	0	0	0	0	-40.837	-40.837
5.05.02.06	Ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	0	0	0	0	-61.875	-61.875
5.05.02.07	Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós emprego	0	0	0	0	21.038	21.038
5.06	Mutações Internas do Patrimônio Líquido	0	0	456.435	-442.699	-13.736	0
5.06.02	Realização da Reserva Reavaliação	0	0	0	20.811	-20.811	0
5.06.03	Tributos sobre a Realização da Reserva de Reavaliação	0	0	0	-7.075	7.075	0
5.06.04	Reserva Legal	0	0	29.708	-29.708	0	0
5.06.05	Reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)	0	0	123.925	-123.925	0	0
5.06.06	Retenção de lucros	0	0	302.802	-302.802	0	0
5.07	Saldos Finais	1.514.569	162.431	555.261	0	-13.690	2.218.571

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.01	Receitas	10.728.079	7.895.114	7.563.904
7.01.01	Vendas de Mercadorias, Produtos e Serviços	10.208.983	7.710.580	7.005.708
7.01.02	Outras Receitas	34.930	13.494	24.167
7.01.03	Receitas refs. à Construção de Ativos Próprios	561.263	318.626	636.002
7.01.04	Provisão/Reversão de Créds. Liquidação Duvidosa	-77.097	-147.586	-101.973
7.02	Insumos Adquiridos de Terceiros	-5.450.460	-3.883.059	-3.831.690
7.02.01	Custos Prods., Mercs. e Servs. Vendidos	-4.456.458	-3.196.950	-2.796.166
7.02.02	Materiais, Energia, Servs. de Terceiros e Outros	-322.974	-291.528	-313.096
7.02.04	Outros	-671.028	-394.581	-722.428
7.03	Valor Adicionado Bruto	5.277.619	4.012.055	3.732.214
7.04	Retenções	-232.390	-242.098	-198.263
7.04.01	Depreciação, Amortização e Exaustão	-232.390	-242.098	-198.263
7.05	Valor Adicionado Líquido Produzido	5.045.229	3.769.957	3.533.951
7.06	Vlr Adicionado Recebido em Transferência	509.262	167.734	164.342
7.06.02	Receitas Financeiras	509.262	167.734	164.342
7.07	Valor Adicionado Total a Distribuir	5.554.491	3.937.691	3.698.293
7.08	Distribuição do Valor Adicionado	5.554.491	3.937.691	3.698.293
7.08.01	Pessoal	191.484	159.418	178.082
7.08.01.01	Remuneração Direta	126.021	97.330	115.587
7.08.01.02	Benefícios	51.779	49.752	47.913
7.08.01.03	F.G.T.S.	13.684	12.336	14.582
7.08.02	Impostos, Taxas e Contribuições	3.435.962	2.829.856	2.607.756
7.08.02.01	Federais	1.387.867	1.130.912	1.076.183
7.08.02.02	Estaduais	2.046.229	1.697.287	1.529.464
7.08.02.03	Municipais	1.866	1.657	2.109
7.08.03	Remuneração de Capitais de Terceiros	793.650	270.451	318.299
7.08.03.01	Juros	792.940	269.313	316.496
7.08.03.02	Aluguéis	710	1.138	1.803
7.08.04	Remuneração de Capitais Próprios	673.140	131.991	151.457

DFs Individuais / Demonstração de Valor Adicionado

(Reais Mil)

Código da Conta	Descrição da Conta	Último Exercício 01/01/2021 à 31/12/2021	Penúltimo Exercício 01/01/2020 à 31/12/2020	Antepenúltimo Exercício 01/01/2019 à 31/12/2019
7.08.04.02	Dividendos	673.140	131.991	151.457
7.08.05	Outros	460.255	545.975	442.699
7.08.05.01	Reserva legal	56.670	33.898	29.708
7.08.05.02	Realização de Reserva de Reavalização	-11.582	-12.369	-13.736
7.08.05.03	Reservas de Lucros	415.167	524.446	426.727

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

Relatório da Administração

A Administração da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A ("Energisa Mato Grosso", "EMT" ou "Companhia") apresenta os fatos e eventos marcantes do exercício de 2021, acompanhados das Demonstrações Financeiras correspondentes, preparadas de acordo com os Padrões Internacionais de Demonstrações Financeiras (International Financial Reporting Standards – IFRS). Essas demonstrações foram revisadas e aprovadas pelo Conselho de Administração e pela Diretoria em 16 de março de 2022.

1. Considerações gerais

A Companhia atende:

1,5 milhão	434	3,6 milhões	903.207	3.300	141
Clientes Cativos	Clientes Livres	de Habitantes	Km²	Colaboradores 2.427 próprios e 873 terceirizados	Municípios

Ao longo de 2021, os ativos operacionais da Companhia tiveram a seguinte evolução:

Descrição do ativo	2021	2020	Acréscimo
Subestações – nº	167	165	2
Capacidade instalada nas subestações – MVA	4.116	3.949	167
Linhas de transmissão – km	7.016	6.789	227
Redes de distribuição – km	205.562	200.895	4.667
Transformadores instalados nas redes de distribuição – nº	219.315	212.079	7.236
Capacidade instalada nas redes de distribuição (próprias) – MVA	4.262	4.059	203

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações.

2. Desempenho econômico-financeiro

2.1. Destaques

Resume-se a seguir o desempenho econômico-financeiro da Companhia nos períodos:

Descrição	2021	2020	Variação %
Resultados - R$ milhões			
Receita Operacional Bruta	10.740,2	8.021,4	+ 33,9
Receita Operacional Bruta, sem receita de construção	10.183,1	7.703,3	+ 32,2
Receita Operacional Líquida	7.323,3	5.095,9	+ 43,7
Receita Operacional Líquida, sem receita de construção	6.766,2	4.777,7	+ 41,6
Resultado antes das Receitas e Despesas Financeiras (EBIT)	1.682,1	931,4	+ 80,6
EBITDA	1.914,5	1.173,5	+ 63,1
EBITDA Ajustado (1)	2.054,1	1.289,3	+ 59,3
Resultado Financeiro	(303,2)	(108,9)	+ 178,4
Lucro Líquido	1.133,4	678,0	+ 67,2
Indicadores Financeiros - R$ milhões			
Ativo Total	11.289,8	9.466,3	+ 19,3
Caixa/Equivalentes de Caixa/Aplicações Financeiras	404,0	1.904,6	- 78,8
Patrimônio Líquido	2.877,3	2.780,7	+ 3,5
Endividamento Líquido	3.313,5	2.541,6	+ 30,4
Indicadores Operacionais			
Número de Consumidores Cativos (mil)	1.557,0	1.506,6	+ 3,3
Vendas de energia a consumidores cativos (GWh) (2)	7.527,0	7.778,0	- 3,2
Vendas de energia a consumidores cativos + livres (GWh) (2)	9.616,6	9.651,7	- 0,4
Indicador Relativo			
EBITDA Ajustado/Receita Líquida (%)	28,0	25,3	+ 2,7 p.p.

(1) EBITDA Ajustado: EBITDA mais acréscimos moratórios de contas de energia | (2) Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3. Desempenho operacional

3.1. Mercado de energia

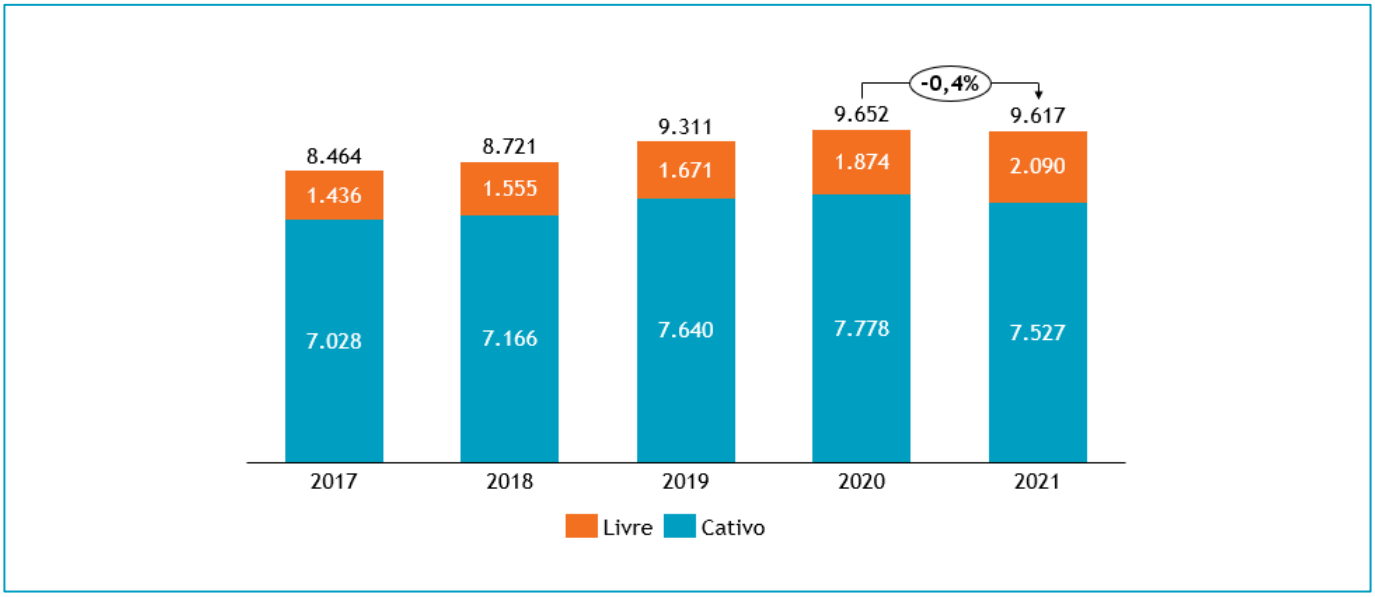
Em 2021, as vendas de energia elétrica a consumidores finais (mercado cativo), localizados na área de concessão da Companhia, somadas à energia associada aos consumidores livres (TUSD), totalizaram 9.616,6 GWh, redução de 0,4% em relação a 2020.

No 4T21, o consumo, cativo e livre, apresentou redução de 6,3%, puxado principalmente pela classe residencial (-10,2% ou 100,2 GWh), na qual algum recuo já era projetado depois da maior alta em 19 anos no 4ºT/20 (+16,2%), porém pesou ainda o menor calendário de faturamento e o clima mais ameno. Além disso, as classes: rural (-13,3% 57,1 GWh), influenciada pela base alta e maior índice de chuvas, que reduziram o uso da irrigação mecânica no período; industrial (-2,9 ou 16,3 GWh), impactada pelo setor alimentício e pelo setor de minerais não metálicos; e comercial (-2,5% ou 11,6 GWh), também contribuíram para o resultado.

Descrição Valores em GWh	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Residencial	**883,8**	**983,9**	**- 10,2**	**3.293,5**	**3.364,0**	**- 2,1**
Industrial	**539,6**	**555,9**	**- 2,9**	**2.147,2**	**2.142,8**	**+ 0,2**
Cativo Industrial	142,8	168,6	- 15,3	567,6	641,0	- 11,5
Livre Industrial	396,8	387,3	+ 2,5	1.579,6	1.501,8	+ 5,2
Comercial	**452,4**	**464,0**	**- 2,5**	**1.744,9**	**1.714,3**	**+ 1,8**
Cativo Comercial	360,3	394,2	- 8,6	1.403,4	1.482,2	- 5,3
Livre Comercial	92,0	69,9	+ 31,8	341,4	232,1	+ 47,1
Rural	**373,4**	**430,5**	**- 13,3**	**1.441,4**	**1.502,3**	**- 4,1**
Cativo Rural	332,4	398,6	- 16,6	1.325,0	1.410,5	- 6,1
Livre Rural	41,0	31,9	+ 28,3	116,4	91,8	+ 26,8
Outros	**263,4**	**246,1**	**+ 7,1**	**989,8**	**928,3**	**+ 6,6**
Cativo Outros	249,4	233,7	+ 6,7	937,5	880,3	+ 6,5
Livre Outros	14,0	12,4	+ 13,5	52,3	48,0	+ 8,9
1 Vendas de energia no mercado cativo	**1.968,8**	**2.179,0**	**- 9,6**	**7.527,0**	**7.778,0**	**- 3,2**
2 Energia associada aos consumidores livres (TUSD)	543,8	501,4	+ 8,5	2.089,6	1.873,7	+ 11,5
3 Mercado cativo + TUSD (1+2)	**2.512,6**	**2.680,4**	**- 6,3**	**9.616,6**	**9.651,7**	**- 0,4**
4 Fornecimento não faturado	(43,1)	(34,7)	+ 24,0	(18,7)	15,7	-
5 Mercado cativo + TUSD + fornecimento não faturado (3+4)	**2.469,5**	**2.645,7**	**- 6,7**	**9.597,9**	**9.667,4**	**- 0,7**

Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

O gráfico, a seguir, apresenta a evolução do mercado de energia elétrica, cativo e livre, em GWh da Companhia, nos últimos cinco anos:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

A Companhia encerrou 2021 com 1.556.997 unidades consumidoras cativas, quantidade 3,3% superior à registrada no fim do mesmo período de 2020, e com 434 consumidores livres, 32,7% maior que no ano anterior.

3.2. Perdas de energia elétrica ("perdas")

O indicador de perdas da EMT fechou o quarto trimestre de 2021 em 13,62%, o que representa uma redução de 0,66 ponto percentual em relação a dezembro de 2020. O resultado consolida a trajetória de redução iniciada em 2021 e sinaliza robustez das medidas adicionais focadas na reversão do indicador. A elevação observada na comparação com o 3T21 é atribuída a efeitos sazonais de temperatura e chuvas na região.

O comportamento das perdas de energia da Companhia foi o seguinte:

Últimos 12 meses

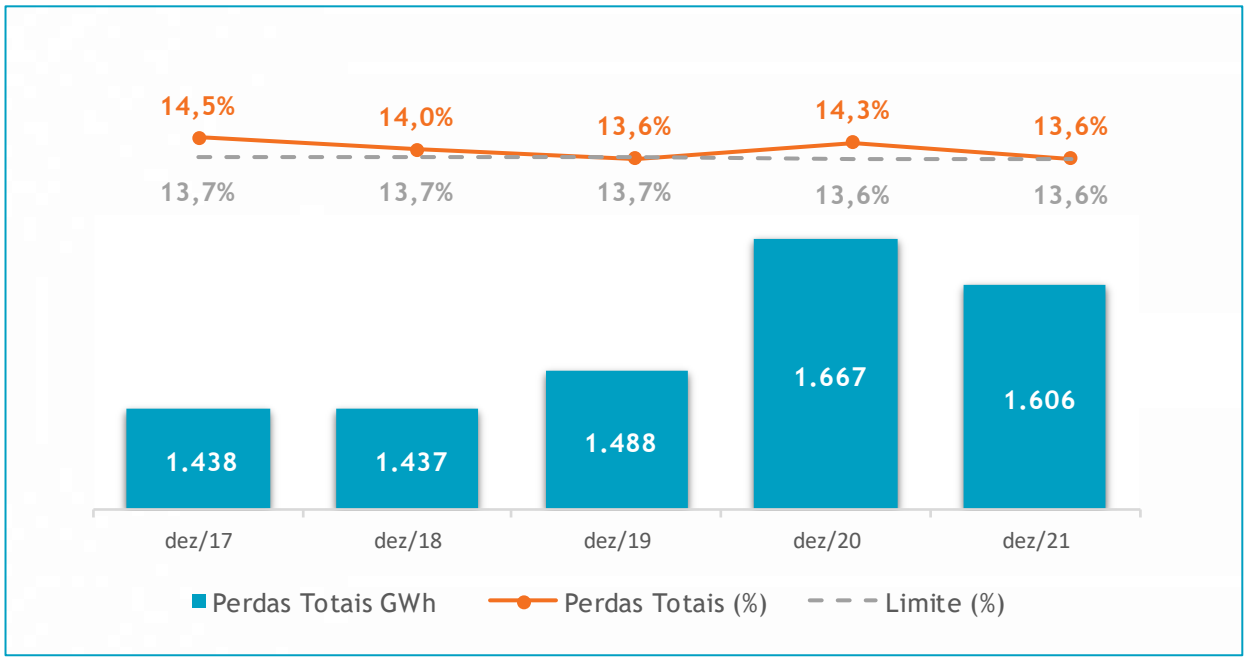
Perdas Técnicas (%)			Perdas Não-Técnicas (%)			Perdas Totais (%)			ANEEL
dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	
9,47	8,95	8,94	4,80	4,53	4,68	14,28	13,48	13,62	13,69

Nota: Para cálculo dos percentuais apresentados acima, foram considerados os valores de energia não faturada. Os cálculos das perdas não-técnicas representam a melhor estimativa da Administração.

Perdas Técnicas			Perdas Não-Técnicas			Perdas Totais			
dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	dez/20	set/21	dez/21	Var.(%)[1]
1.106,0	1.065,5	1.053,9	560,8	539,1	551,7	1.666,8	1.604,6	1.605,6	+ 0,1

[1] Variação dezembro de 2021/ setembro de 2021. Nota: Os dados são passíveis de recontabilizações de energia realizadas pela CCEE.

O gráfico, a seguir, apresenta as perdas nos últimos cinco anos:



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

3.3. Gestão da Inadimplência

3.3.1. Taxa de Inadimplência

A taxa de inadimplência dos consumidores, medida pela relação percentual entre a soma da provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa ("PPECLD") e o fornecimento faturado da Companhia no período de 12 meses, é apresentada a seguir:

PPECLD (% do Fornecimento faturado)	Em 12 meses (%)		
	dez21	dez20	Variação em p.p.
EMT	0,99	2,17	- 1,18

3.3.2. Taxa de Arrecadação

A taxa de arrecadação da Companhia, representada pela arrecadação dos últimos 12 meses sobre ao faturamento bruto do mesmo período, é apresentada a seguir:

Taxa de Arrecadação (%)	Em 12 meses (%)		
	dez/21	dez/20	Variação em p. p.
EMT	95,56	95,88	- 0,33

3.4. Indicadores de qualidade dos serviços - DEC e FEC

A EMT apresentou elevação no DEC e no FEC na comparação com 2020. Essa elevação foi motivada principalmente pela maior frequência e intensidade de chuvas (+27%) e descargas atmosféricas (+39%), principalmente a partir de setembro de 2021, associado a uma dificuldade temporária de composição de equipes por afastamentos, devido à COVID e mobilização de empreiteiras. Não obstante, a empresa cumpriu a meta regulatória e promoveu as adequações com vistas a buscar aproximar-se do patamar anterior.

Nos últimos seis anos, esses indicadores apresentaram a seguinte evolução:

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4. Desempenho Financeiro

4.1. Receita Operacional

Em 2021, a Companhia apresentou receita operacional bruta, sem a receita de construção que é atribuída margem zero, de R$ 10.183,1 milhões contra R$ 7.703,3 milhões registrados em 2020, crescimento de 32,2% (R$ 2.479,9 milhões). A receita operacional líquida, também deduzida da receita de construção, apresentou acréscimo de 41,6% (R$ 1.988,4 milhões) no ano, para R$ 6.766,2 milhões.

A composição das receitas operacionais é a seguinte:

Descrição	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
(+) Receita de energia elétrica (mercado cativo)	**2.045,9**	**1.774,7**	**+ 15,3**	**6.973,6**	**6.098,7**	**+ 14,3**
✓ Residencial	952,1	862,4	+ 10,4	3.192,0	2.808,2	+ 13,7
✓ Industrial	158,2	140,5	+ 12,6	559,5	522,8	+ 7,0
✓ Comercial	414,7	355,3	+ 16,7	1.439,0	1.293,1	+ 11,3
✓ Rural	295,7	257,6	+ 14,8	1.042,2	891,3	+ 16,9
✓ Outras classes	225,3	158,9	+ 41,7	740,9	583,3	+ 27,0
(+) Suprimento de energia elétrica	56,5	57,4	- 1,7	392,2	150,4	+ 160,7
(+) Fornecimento não faturado líquido	17,5	16,0	+ 9,0	242,4	90,7	+ 167,2
(+) Disponibilidade do sistema elétrico (TUSD)	221,3	199,6	+ 10,9	837,0	696,4	+ 20,2
(+) Receitas de construção	172,3	101,7	+ 69,3	557,1	318,2	+ 75,1
(+) Constituição e amortização - CVA	263,5	116,5	+ 126,2	985,3	154,8	+ 536,5
(+) Subvenções vinculadas aos serviços concedidos	96,3	95,3	+ 1,0	387,8	395,3	- 1,9
(+) Ativo financeiro indenizável da concessão (VNR)	127,7	84,0	+ 52,0	353,0	113,8	+ 210,3
(+) Ultrapassagem demanda e excedentes de reativo	12,3	12,0	+ 2,8	46,5	42,9	+ 8,4
(+) Outras receitas	(12,4)	(12,3)	+ 1,0	(34,5)	(39,6)	- 12,8
(=) Receita bruta	**3.000,8**	**2.445,1**	**+ 22,7**	**10.740,2**	**8.021,4**	**+ 33,9**
(-) Impostos sobre vendas	769,1	709,2	+ 8,4	2.755,9	2.403,0	+ 14,7
(-) Deduções Bandeiras Tarifárias	(8,2)	(5,1)	+ 60,8	(25,9)	(7,3)	+ 253,3
(-) Encargos setoriais	172,2	135,2	+ 27,4	686,9	529,9	+ 29,6
(=) Receita líquida	**2.067,7**	**1.605,8**	**+ 28,8**	**7.323,3**	**5.095,9**	**+ 43,7**
(-) Receitas de construção	172,3	101,7	+ 69,3	557,1	318,2	+ 75,1
(=) Receita líquida, sem receitas de construção	**1.895,5**	**1.504,0**	**+ 26,0**	**6.766,2**	**4.777,7**	**+ 41,6**

Seguem algumas variações em R$ milhões:

i) Crescimento de 15,3% (R$ 271,1 milhões) nas receitas no mercado cativo no 4T21 em relação ao 4T20 (aumento de 14,3% ou R$ 874,9 milhões em 2021 sobre 2020);

ii) Acréscimo de 126,2% (R$ 147,0 milhão) na receita de constituição e amortização - CVA no 4T21 em relação ao 4T20 (crescimento de 536,5% ou R$ 830,5 milhões em 2021 sobre 2020);

iii) Crescimento de 52,0% (R$ 43,7 milhões) na remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão no 4T21 em relação ao 4T20 (aumento de 210,3 % ou R$ 239,3 milhões em 2021 sobre 2020); e

iv) Aumento de 10,9% (R$ 21,7 milhões) na receita bruta de disponibilidade do sistema elétrico (TUSD) no 4T21 em relação ao 4T20 (acréscimo de 20,2% ou R$ 140,6 milhões em 2021 sobre 2020).

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

4.2. Despesas operacionais

As despesas operacionais, excluindo os custos de construção, totalizaram R$ 5.084,1 milhões em 2021 e R$ 1.512,0 milhões no 4T21, aumentos de 32,2% (R$ 1.237,7 milhões) e 31,4% (R$ 361,5 milhões) respectivamente, quando comparado com os mesmos períodos de 2020. As despesas com PMSO (Pessoal, Material, Serviços e Outros) registraram aumento de 15,4% (R$ 23,9 milhões), totalizando R$ 179,4 milhões no 4T21. No exercício essas despesas totalizaram R$ 609,2 milhões, acréscimo de 16,3% (R$ 85,3 milhões) ante os R$ 523,9 milhões registrados no 2020.

A composição das despesas operacionais pode ser assim demonstrada:

Composição das despesas operacionais Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
1 Custos e Despesas não controláveis	**1.177,8**	**891,3**	**+ 32,1**	**4.052,3**	**2.906,6**	**+ 39,4**
1.1 Energia comprada	1.057,2	783,6	+ 34,9	3.590,8	2.540,8	+ 41,3
1.2 Transporte de potência elétrica	120,6	107,7	+ 12,0	461,5	365,8	+ 26,2
2 Custos e Despesas controláveis	**228,3**	**176,0**	**+ 29,8**	**666,0**	**667,7**	**- 0,2**
2.1 PMSO	**179,4**	**155,5**	**+ 15,4**	**609,2**	**523,9**	**+ 16,3**
2.1.1 Pessoal	65,3	71,7	- 9,0	215,1	199,3	+ 7,9
2.1.2 Benefício pós-emprego	9,2	(11,8)	-	17,0	(3,9)	-
2.1.3 Material	13,7	12,2	+ 12,3	52,0	41,8	+ 24,4
2.1.4 Serviços de terceiros	64,3	71,8	- 10,5	254,6	243,8	+ 4,4
2.1.5 Outras	26,9	11,5	+ 133,5	70,5	42,9	+ 64,4
✓ Multas e compensações	10,5	0,8	+ 1.247,6	13,5	8,2	+ 65,8
✓ Contingências (liquidação de ações cíveis)	9,6	8,1	+ 18,5	40,8	28,7	+ 42,3
✓ Outros	6,8	2,7	+ 157,8	16,1	6,0	+ 167,9
2.2 Provisões/Reversões	49,0	20,5	+ 139,3	56,8	143,8	- 60,5
2.2.1 Contingências	(6,4)	(2,0)	+ 216,6	(20,3)	(3,8)	+ 434,5
2.2.2 Perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa	55,3	22,5	+ 146,2	77,1	147,6	- 47,8
3 Demais receitas/despesas	**105,8**	**83,3**	**+ 27,1**	**365,7**	**272,0**	**+ 34,4**
3.1 Amortização e depreciação	58,9	76,1	- 22,6	232,4	242,1	- 4,0
3.2 Outras receitas/despesas	47,0	7,2	+ 552,6	133,3	29,9	+ 345,4
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, s/ construção)	**1.512,0**	**1.150,5**	**+ 31,4**	**5.084,1**	**3.846,3**	**+ 32,2**
Custo de construção	172,3	101,7	+ 69,3	557,1	318,2	+ 75,1
Total Custos e Despesas Operacionais (1+2+3, c/ construção)	**1.684,3**	**1.252,2**	**+ 34,5**	**5.641,1**	**4.164,5**	**+ 35,5**

(*) Os custos de construção estão representados pelo mesmo montante em receita de construção. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 - Contratos de Concessão e correspondem aos custos de construção de obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica, sendo o custo de construção igual à receita de construção.

4.3. Lucro líquido e geração de caixa

A evolução do lucro líquido e da geração de caixa da Companhia é a seguinte:

Composição da Geração de Caixa Valores em R$ milhões	Trimestre				Exercício			
	4T21	4T20	Var. %	Var. R$	2021	2020	Var. %	Var. R$
(=) Lucro líquido do período	**248,1**	**268,7**	**- 7,7**	**(20,6)**	**1.133,4**	**678,0**	**+ 67,2**	**455,4**
(-) Contribuição social e imposto de renda	(64,7)	(79,8)	- 18,8	15,0	(245,6)	(144,5)	+ 69,9	(101,0)
(-) Resultado financeiro	(70,6)	(5,0)	+ 1.300,1	(65,5)	(303,2)	(108,9)	+ 178,4	(194,3)
(-) Amortização e depreciação	(58,9)	(76,1)	- 22,6	17,2	(232,4)	(242,1)	- 4,0	9,7
(=) Geração de caixa (EBITDA)	**442,3**	**429,6**	**+ 3,0**	**12,7**	**1.914,5**	**1.173,5**	**+ 63,1**	**741,0**
(+) Receita de acréscimos moratórios	32,8	34,3	- 4,4	(1,5)	139,6	115,8	+ 20,6	23,8
(=) Geração ajustada de caixa (EBITDA Ajustado)	**475,1**	**463,9**	**+ 2,4**	**11,2**	**2.054,1**	**1.289,3**	**+ 59,3**	**764,8**
Margem do EBITDA Ajustado (%)	23,0	28,9	- 5,9 p.p.		28,0	25,3	+ 2,7 p.p.	

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5. Estrutura de capital

5.1. Caixa e Endividamento

A posição consolidada de caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais totalizou R$ 1.040,4 milhões em dezembro, frente aos R$ 1.103,3 milhões registrados em setembro de 2021. Ressalte-se que os referidos saldos incluem os créditos referentes à Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis (CCC) e Conta de Compensação dos Valores da Parcela A (CVA), que apresentaram montantes positivos de R$ 636,4 milhões em dezembro, contra R$ 597,1 milhões em setembro de 2021.

Em 31 de dezembro, a dívida líquida, deduzida dos créditos setoriais, foi de R$ 3.313,5 milhões, contra R$ 3.139,3 milhões em setembro de 2021. Consequentemente, a relação dívida líquida por EBITDA Ajustado passou de 1,5 vezes em setembro para 1,6 vezes em dezembro de 2021.

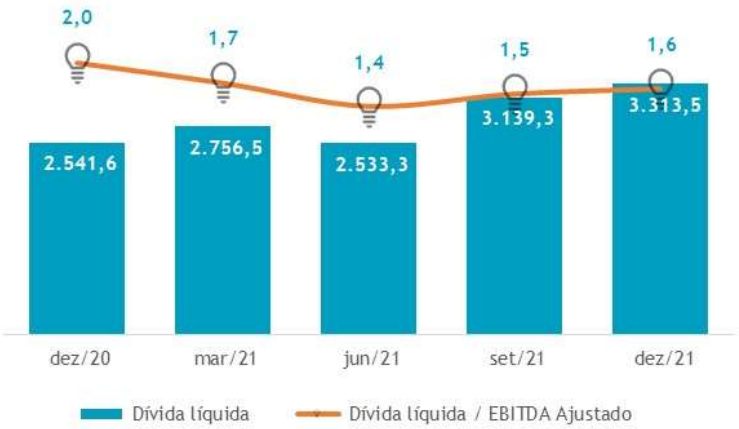
A seguir, as dívidas de curto e longo prazo da Companhia nos últimos três períodos:

Descrição Valores em R$ milhões	31/12/2021	30/09/201	30/06/2021
Circulante	**1.088,3**	**936,7**	**817,4**
Empréstimos e financiamentos	883,4	747,2	658,5
Debêntures	191,4	159,9	160,7
Encargos de dívidas	54,1	50,9	43,0
Benefícios pós-emprego	12,8	14,0	14,0
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(53,4)	(35,2)	(58,8)
Não Circulante	**3.265,7**	**3.305,9**	**2.946,4**
Empréstimos e financiamentos	1.703,4	2.038,3	1.600,3
Debêntures	1.718,5	1.410,9	1.411,4
Benefícios pós-emprego	94,2	131,1	127,6
Instrumentos financeiros derivativos líquidos	(250,4)	(274,5)	(192,9)
Total das dívidas	**4.354,0**	**4.242,6**	**3.763,8**
(-) Disponibilidades financeiras	404,0	506,2	892,6
Total das dívidas líquidas	**3.950,0**	**3.736,4**	**2.871,2**
(-) Créditos CDE	147,4	88,6	85,0
(-) Créditos CCC	44,1	40,1	31,4
(-) Créditos CVA	444,9	468,4	221,5
Total das dívidas líquidas deduzidas de créditos setoriais	**3.313,5**	**3.139,3**	**2.533,3**
Indicador Relativo			
Dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses [1]	1,6	1,5	1,4

[1] EBITDA Ajustado = EBITDA + Receitas de acréscimos moratórios.

Evolução da alavancagem

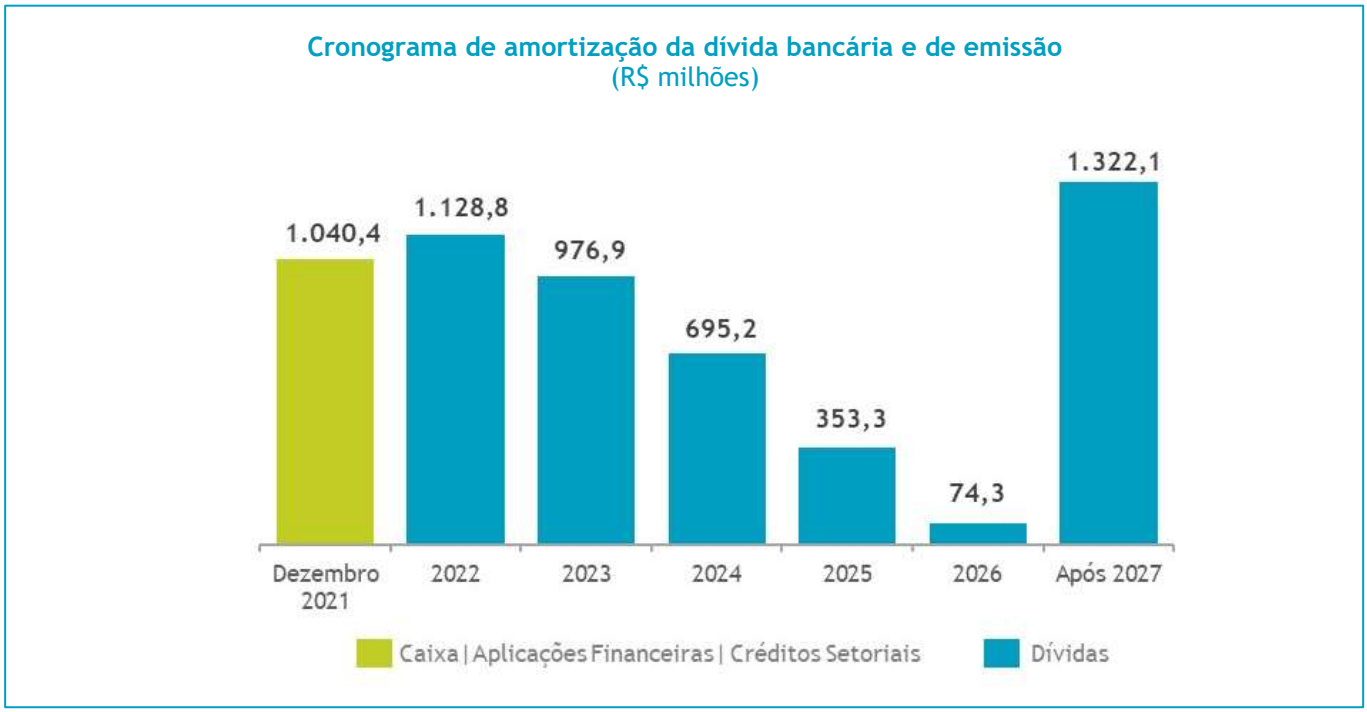
- Dívida líquida (R$ milhões) e dívida líquida/EBITDA Ajustado 12 meses (vezes) -



Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

5.2. Cronograma de amortização das dívidas

O cronograma de amortização dos empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures consolidados, em 31 de dezembro de 2021, vis-à-vis o caixa, está representado pelo gráfico abaixo:



6. Investimentos

No 4T21, a Companhia investiu um total de R$ 176,4 milhões (contra R$ 91,5 milhões no 4T20), no ano o valor totalizou R$ 595,9 milhões (contra R$ 466,2 milhões no 2020).

A composição dos investimentos foi a seguinte:

Descrição Valores em R$ milhões	Trimestre			Exercício		
	4T21	4T20	Var. %	2021	2020	Var. %
Ativo Elétrico	165,8	87,3	+ 89,9	579,7	332,5	+ 74,4
Obrigações Especiais	5,9	(4,5)	-	4,3	112,1	- 96,2
Ativo não Elétrico	4,6	8,7	- 46,9	12,0	21,7	- 44,8
Total dos Investimentos	**176,4**	**91,5**	**+ 92,7**	**595,9**	**466,2**	**+ 27,8**

O programa de investimento foi associado à melhoria da qualidade do produto e do serviço, destacando-se:

- ✓ Entrada em operação, em janeiro de 2021, da Subestação Espigão do Leste (30 MVA) na região do Araguaia, possibilitando outra fonte de suprimento para aos municípios de São Jose do Xingu e Santa Cruz do Xingu, até então atendidos pela SE Confresa;

- ✓ Conclusão do Projeto Baterias de Lítio para Religadores, com o objetivo de substituir baterias seladas VRLA, com vida útil de apenas dois anos e baixa confiabilidade, por novas baterias de lítio com vida útil de dez anos e operação em temperaturas de até 60ºC, trazendo melhor confiabilidade de operação dos religadores, com redução de OPEX e DEC/FEC;

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

- ✓ No biênio 2021/2022, estão sendo instalados 177 km de Linha de Distribuição AT 138 kV, principalmente na região de Aripuanã x Colniza, para interligação do último sistema Isolado do Mato Grosso e desativação da geração diesel, reduzindo em 5 mil toneladas anuais o volume de emissão de gases de efeito estufa;

- ✓ Realização de mais de 5.880 quilômetros de rede de distribuição MT/BT em todo o estado, visando atender ao crescimento vegetativo do estado de Mato Grosso, concluir a 7ª Tranche do Programa Luz para Todos, de universalização rural, e melhorar a qualidade por meio de divisões de circuitos com limites de capacidade comprometidos;

- ✓ Projetos de redução dos indicadores de continuidade (DEC/FEC) com instalação de religadores automatizados, recondutoramentos e interligações que trouxeram ganhos necessários para alcançar as metas estabelecidas pela Aneel;

- ✓ Programa de Redução de Perdas, principalmente no combate a perdas não técnicas por meio da regularização de consumidores com furto de energia ou defeito na medição, com o objetivo de alcançar dos limites regulatórios e recuperação de consumo.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

7. Fluxo de caixa

No trimestre, a geração de caixa operacional da Companhia foi R$ 69,1 milhões inferior ao mesmo período do ano anterior. As atividades de investimento tiveram redução de R$ 195,8 milhões, e as atividades de financiamento tiveram um aumento de R$ 120,7 milhões.

Fluxo de Caixa Consolidado Valores em R$ milhões	Trimestre		Acumulado	
	4T21	4T20	2021	2020
(a) Saldo Inicial de Caixa e Equivalentes de Caixa	**99,7**	**379,9**	**351,0**	**108,3**
(b) Caixa Líquido Atividades Operacionais (a=i+ii)	**243,4**	**312,5**	**342,7**	**1.646,6**
(i) Caixa Gerado nas Operações	**459,3**	**426,8**	**1.778,4**	**1.363,4**
Lucro Líquido antes do Imposto de Renda	312,9	348,5	1.379,0	822,5
Despesas com juros, variações monetárias e cambiais	157,0	(4,6)	471,8	476,7
Provisões/reversões	59,3	29,0	100,0	174,1
Depreciação e amortização	58,9	76,1	232,4	242,1
Ajuste a valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	(127,7)	(84,0)	(353,0)	(113,8)
Marcação a mercado e instrumentos derivativos	(40,1)	51,4	(117,0)	(271,9)
Programa de Remuneração Variável	62,2	31,4	63,5	32,0
Perda na alienação de bens do imobilizado e do intangível	(23,2)	(21,1)	1,8	1,6
(ii) Variações nos Ativos e Passivos	**(215,9)**	**(114,3)**	**(1.435,7)**	**283,2**
Capital de giro	(80,3)	(65,6)	(415,0)	(275,7)
Tributos	(79,5)	(60,3)	(11,9)	176,1
Processos trabalhistas, cíveis e fiscais pagos	(10,4)	(8,6)	(43,2)	(30,3)
Impostos a recuperar	2,0	23,3	(40,1)	116,3
Ativos / passivos regulatórios	(263,5)	(116,4)	(985,3)	(119,5)
Cauções e depósitos vinculados	(0,3)	(1,7)	(5,8)	(1,7)
Recebimentos Despacho nº 2.177 - CONTA COVID	-	98,5	-	378,0
Valor justo dos títulos cedidos ao FDIC	(4,1)	-	96,1	-
Pagamento Recuperação de Créditos ICMS - REFIS Estadual	(30,2)	-	(332,6)	-
Outros	250,4	16,5	302,2	40,1
(c) Caixa Líquido das Atividades de Investimento	**(96,1)**	**(291,9)**	**765,9**	**(1.595,9)**
Aplicações no imobilizado / intangível	(198,2)	(99,3)	(535,9)	(363,6)
Alienação de bens do imobilizado / intangível / ativos de geração	15,4	13,1	54,7	34,7
Aplicações financeiras	86,7	(205,7)	1.247,1	(1.267,0)
(d) Caixa Líquido das Atividades de Financiamento	**(169,8)**	**(49,6)**	**(1.382,3)**	**192,0**
Financiamentos obtidos	340,0	126,0	1.124,1	1.566,4
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - principal	(271,3)	(42,9)	(1.212,5)	(1.166,9)
Pagamentos de empréstimos, financiamentos e debêntures - juros	(45,4)	(23,2)	(199,3)	(147,6)
Liquidação de derivativos	22,5	(0,4)	104,3	60,5
Dividendos	(190,4)	(81,4)	(1.119,1)	(81,4)
Pagamento de incorporação de redes	(24,6)	(27,1)	(76,7)	(39,7)
Pagamento por Arrendamento Financeiro Mercantil	(0,5)	(0,6)	(3,1)	(2,0)
Adiantamento para Futuro Aumento de Capital	-	-	-	2,5
(e) Aumento (Redução) de Caixa (e=b+c+d)	**(22,5)**	**(29,0)**	**(273,7)**	**242,6**
(f) Saldo Final de Caixa e Equivalentes de Caixa (f=a+e)	**77,3**	**351,0**	**77,3**	**351,0**
(g) Saldo aplicações financeiras e créditos setoriais	963,2	1.389,9	963,2	1.389,9
(h) Saldo Final de Caixa, aplicações financeiras e créditos setoriais (h=f+g)	**1.040,4**	**1.740,9**	**1.040,4**	**1.740,9**

Em dezembro de 2021 as aplicações financeiras somaram R$ 362,8 milhões e os créditos setoriais foram positivos em R$ 636,4 milhões, de forma que a posição consolidada de caixa totalizou R$ 1.040,4 milhões.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

8. Dividendos

Com base nos resultados alcançados pela Companhia em 2021, o Conselho de Administração irá propor à Assembleia Geral a distribuição de dividendos no montante de R$872,5 milhões (R$ 3,98490875971 por ação ordinária e preferencial), já tendo sido pagos: (I) R$ 482,6 milhões, equivalentes a R$ 2,204350319940 por ação ordinária e preferencial, em 27 de agosto de 2021; (II) R$190,5 milhões, equivalentes a R$ 0,8701645888 por ação ordinária e preferencial, em 09 de dezembro de 2021;

Foi aprovado pelo Conselho da Administração, na reunião realizada em 16 de março de 2022, o pagamento de dividendo complementar, no montante de R$ 199,3 milhões, equivalentes a R$ 0,91039385099 por ação ordinária e preferencial, que serão pagos no dia 23 de junho de 2022.

9. Gestão de pessoas

As pessoas são o maior recurso da Energisa Mato Grosso e, por isso, são foco constante de ações que visam a atração, capacitação, análise de desempenho e valorização. Ao final de 2021, a Companhia contabilizava um total de 3.300 colaboradores, sendo 2.427 empregados diretos e 873 parceiros contratados de terceiros, não considerando os empregados das empresas prestadoras de serviços ligadas à construção.

Para maximizar a inclusão em seu quadro funcional, a Companhia tem adotado diversas ações e políticas afirmativas para valorizar a diversidade. São trabalhadas, por exemplo, as possíveis barreiras para que mulheres, pessoas negras e portadores de deficiência (PCDs) sejam incluídos e acessem às vagas. Em 2021, aderiu ao projeto Mulheres Positivas, plataforma virtual cujo objetivo é promover o desenvolvimento pessoal e profissional de mulheres por meio de informação e serviços. O aplicativo, compartilhado por mais de 40 grandes empresas, mantém gratuitamente mais de 100 cursos de capacitação, além de ofertas de vagas para perfis variados no país todo.

A atuação é pautada por um modelo de Gestão por Competências, cascateado em iniciativas para desenvolver os colaboradores em todos os níveis, de as equipes de campo a futuros líderes e liderança. Com investimentos de R$ 1.180,6 mil, foram promovidas a média de 49,3 horas de treinamento por empregado de cargos operacionais, 39,5 horas em áreas administrativas e 22 horas em cargos gerenciais.

A Educativa Online, plataforma que abrange o modelo de capacitação por meio de trilhas, cujo objetivo é fomentar o autodesenvolvimento dos colaboradores por meio de educação e treinamento direcionados aos negócios, permaneceu como uma das aliadas do conhecimento em 2021. Seu objetivo é fomentar o autodesenvolvimento dos colaboradores por meio de educação e treinamento direcionados aos negócios, alguns cursos foram realizados online e outros de forma presencial, especialmente as disciplinas práticas.

10. Saúde e segurança

Mais do que a garantia da saúde e da segurança dos colaboradores, a Energisa Mato Grosso valoriza a vida de cada indivíduo. Para dar ainda mais peso ao tema e, principalmente, maior abrangência, a Companhia revisou seus valores em 2021, dentre os quais, destaca-se: a Vida vem em primeiro lugar.

O projeto Operar Seguro é a principal iniciativa de reforço da cultura de segurança, tendo como objetivo reconhecer riscos e identificar barreiras comportamentais, bem como oportunidades de melhorias operacionais que garantam maior segurança. Em 2021, houve ações que envolveram temas como capacitações em percepção de riscos, comportamentais e Regras de Ouro, e também foi implementado o Operar Seguro Terceiro, para colaboradores contratados por fornecedores de serviços.

Há 1.028 cursos na trilha educativa para capacitação em saúde e segurança, incluindo normas regulamentadoras, sempre em linguagem acessível. Todos os empregados e contratados de terceiros passam obrigatoriamente por uma capacitação e, concluído o treinamento, o participante e seu gestor direto devem preencher um formulário de avaliação de eficácia da capacitação.

Essas iniciativas permitiram uma melhoria nos indicadores comparativamente ao ano anterior. A taxa de frequência de acidentes da força de trabalho (empregados próprios mais terceiros) foi de 0,99 (3,89 em 2020) e taxa de gravidade passou de 710,21, em 2020, para 673,27 em 2021. Não foram registrados óbitos de empregados nem de terceiros.

São mantidas diversas ações e programas de prevenção e promoção à saúde. Entre os destaques está o Viva Energia, pelo qual os colaboradores são orientados por médicos do trabalho que identificam necessidades em avaliações periódicas ou por demandas espontâneas. Existe um cronograma de campanhas de prevenção de doenças e promoção de saúde e programas para gestantes, doentes crônicos (com telemonitoramento ativo em casos como cardiovasculares, diabetes, doenças respiratórias ou obesidade), problemas emocionais e doenças osteomusculares.

11. Responsabilidade socioambiental

A aproximação com a sociedade local, por meio de ações culturais e de manifestação dos valores regionais, está entre os compromissos da Energisa Mato Grosso. Assim, a Companhia investe em ações de incentivo à produção cultural e à preservação da memória em suas áreas de concessão, de forma a impulsionar a economia criativa onde atua.

Em 2021, a Energisa Mato Grosso destinou R$ 4,5 milhões para iniciativas de impacto social nas frentes de educação, cultura, esporte, combate à fome e segurança alimentar, entre outras. Os recursos de incentivo fiscal somaram R$ 1,9 milhões, destacando-se o projeto Circuito Cultura nas Escolas.

A Energisa Mato Grosso foi reconhecida em 2021 como Empresa Socialmente Responsável pelo Instituto Desportivo da Criança, que atende crianças e adolescentes da rede pública de ensino, entre 8 e 16 anos. A entidade promove esporte educacional e educação musical no contraturno escolar, com ênfase em disciplina, responsabilidade e autonomia, com o objetivo de ampliar o desempenho escolar, afastar a ociosidade e fortalecer a rede social.

11.1. Eficiência energética

A Companhia investiu R$ 12,3 milhões em 2021 em projetos de eficiência energética, que beneficiaram 7.457 unidades consumidoras e permitiram economizar 10.677 MWh/ano, energia suficiente para abastecer durante 12 meses aproximadamente 4,4 mil residências com consumo médio mensal de 200 kWh.

O Programa de Eficiência Energética (PEE) é apoiado pelo projeto Nossa Energia, um conjunto de iniciativas para o combate ao desperdício de energia em comunidades de baixa renda, órgãos públicos e hospitais, estimulando o consumo consciente. Incluem substituição de lâmpadas incandescentes por fluorescentes compactas ou LED e doação de equipamentos eficientes (como refrigeradores e aparelhos de ar-condicionado), adequação das instalações elétricas internas, e palestras sobre o uso racional da energia elétrica.

No ano, foram substituídos 451 refrigeradores ineficientes para consumidores de baixa renda, além de realizada ações de eficientização em sistemas de iluminação, condicionamento ambiental e refrigeração em entidades filantrópicas. Foram substituídas mais de 190.600 lâmpadas ineficientes por novas de tecnologia LED, com alto rendimento e menor impacto ambiental. Todas as lâmpadas velhas foram descartadas, após rigoroso processo de descontaminação, contribuindo para a preservação do meio ambiente e dos recursos naturais.

Em parceria com as prefeituras dos municípios de Tangará da Serra, Cuiabá, Alta Floresta, Nobres, Sapezal, Lucas do Rio Verde, Nova Mutum, Cláudia e Campo Verde, foram substituídos 3.924 pontos de iluminação pública para LED, com economia estimada de 3.435,68 MWh/ano, o suficiente para abastecer 13.737 residências que consomem 3.000 kWh por ano. Um acordo de cooperação com os municípios de Arenápolis, Santo Afonso, Denise, Nova Marilândia, Nortelândia, Alto Paraguai, Cuiabá, contemplou a instalação de 4.556 luminárias de LED, gerando uma economia de 1.446,92 MWh/ano.

Além disso, foram trocadas 15.568 lâmpadas, com uma economia de 2.705,33 MWh/ano, em projetos para Universidades Federais do Mato Grosso, de Rondonópolis e Pontal, assim como para a Promotoria de Justiça do estado, o Ginásio Aecim Tocantins, a Procuradoria Geral de Justiça, as escolas estaduais Liceu Cuiabano, Presidente Médici, Irene Gomes, Antonio Cesário, Adalgisa de Barros e Heliodoro.

Relatório da Administração/Comentário do Desempenho

11.2. Iniciativas socioculturais

Energia do Bem: Diante de novas ondas da pandemia da Covid-19 em 2021, a Energisa Mato Grosso manteve o apoio à sociedade por meio do Movimento Energia do Bem, contribuindo com a doação de 100 cilindros de oxigênio 100 refrigeradores e 16 câmaras frias para armazenamento de vacinas, e 1.420 cestas básicas. O Energia do Bem consiste em uma rede de solidariedade liderada pela Energisa em parceria com diversas entidades e que está presente nos 11 estados onde o Grupo atua.

A empresa conclui em 2021 o **Programa Luz para Todos**, de a universalização do acesso à energia, atingindo com suas redes de energia todos os 141 municípios do Mato Grosso. O programa tem o objetivo de promover acesso à energia elétrica para a população localizada nas áreas rurais, visando ao desenvolvimento social e econômico e possibilitando assim o fomento de atividades para o aumento da renda familiar. Foram realizadas 1.883 ligações em 2021, beneficiando cerca de 7.500 pessoas.

Estão previstas mais 2.710 conexões por meio do **Programa Mais Luz para a Amazônia**, por meio de convênio com o Ministério de Minas e Energia, que envolve prover uma solução de geração solar fotovoltaica na região, de forma a contribuir para a integração, melhoria da qualidade de vida e redução de vulnerabilidade social e econômica das comunidades.

Em parceria com o Poder Judiciário de Mato Grosso, a Companhia patrocina o **Projeto Verde Novo**, que tem como objetivo intensificar a distribuição de mudas de árvores nativas. Apoia ainda para Associação Cultural Flor Ribeirinha, que trabalha há mais de 24 anos no resgate, manutenção e difusão da cultura popular, sobretudo o Siriri e Cururu, bem como outras formas de expressão da cultura regional em todo o Estado de Mato Grosso.

11.3. Iniciativas ambientais

Apoiada por uma Política de Meio Ambiente, Saúde e Segurança, a Energisa Mato Grosso assegura uma convivência responsável com o meio ambiente do entorno das operações, com uso racional dos recursos naturais e melhoria contínua no desempenho ambiental. A empresa conta com uma área de Meio Ambiente, responsável pelos processos de gestão e de licenciamento dos empreendimentos, e utiliza sistema de gestão elaborado com base na norma ISO 14001.

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações com o apoio de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais destacam-se:

Energia: Implantação do Projeto de Consumo Consciente para ampliar a economia de energia. Inclui campanhas destinadas aos colaboradores relativas ao uso consciente, por meio de cartilhas e divulgação interna (intranet, adesivos e cartazes fixados pela empresa e proteção de tela dos computadores). Medidas de economia incluem funcionamento de ar-condicionado entre 7h30 e 18h, com temperatura limitada a 20º; desligamento de iluminação de fachadas, letreiros e jardins; sensores de presença em banheiros e vestiários; uso de lâmpadas LED, mais eficientes.

Mudanças climáticas: A Energisa tem como ambição ser protagonista na transformação energética e alcançar a neutralidade nas emissões de carbono até 2050, por meio de investimentos em projetos de eficiência energética, desligamento de usinas termelétricas, priorização de fontes renováveis na comercialização e de ações para a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE). Por meio do Projeto NetClima, a empresa acompanha as condições climáticas em tempo real, podendo fazer as previsões para preparar o time em regiões que poderão sofrer tempestades.

Emissões de gases de efeito estufa: Em 2021 a EMT publicou o primeiro inventário de GEE, de acordo com a metodologia do GHG Protocol referente ao ano de 2020. Também foi montado o Procedimento Operacional Padrão (POP) do GHG Protocol.

Biodiversidade: Em 2021, a EMT adquiriu mais de 19 mil metros cúbicos de madeira em crédito de reposição florestal de reflorestadores no Estado. A aquisição de créditos de reposição florestal fomenta o plantio de florestal e diminui a pressão sob as florestas nativas para o consumo madeireiro.

Resíduos: A empresa aderiu em 2021 ao Sistema Nacional de Informações sobre a Gestão dos Resíduos Sólidos (Sinir), inventariando a geração e destinação de resíduos da unidade. No ano, o volume de resíduos sólidos foi de 456,26 toneladas. A Companhia possui procedimento para a destinação de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias. Os resíduos são destinados por empresas especializadas e devidamente licenciadas. Ocorre regeneração de óleos isolantes utilizados em equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização desse material e evitando a poluição do meio ambiente. A realização de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais.

12. Serviços prestados pelo auditor independente

A remuneração total dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes pelos serviços prestados de revisão contábil das demonstrações financeiras para a Companhia em 2021 foi de R$ 969 mil.

A política de contratação adotada pela Companhia atende aos princípios que preservam a independência do auditor, de acordo com as normas vigentes, que determinam, principalmente, que o auditor não deve auditar seu próprio trabalho, nem exercer funções gerenciais para seu cliente ou promover os seus interesses.

A Administração.

Notas Explicativas

Notas Explicativas

Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A
Notas explicativas às demonstrações financeiras para o exercício findo em 31 de dezembro de 2021
(Em milhares de reais, exceto quando indicado o contrário)

1. Contexto Operacional

A Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S/A ("Companhia" ou "EMT"), é uma sociedade por ações de capital aberto, concessionária distribuidora de energia elétrica, sob o controle acionário da Rede Energia Participações S/A ("REDE"), atua na área de distribuição de energia elétrica, que inclui geração própria de energia, por meio de usina térmica, para o atendimento aos sistemas isolados em sua área de concessão que abrange todo o Estado de Mato Grosso com 903.378 km^2, atendendo 1.557.430 consumidores em 141 municípios. A Companhia possui sede na cidade de Cuiabá, Estado de Mato Grosso e obteve registro de Companhia aberta na CVM em 25 de outubro de 1994.

1.1. Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica:

Em 11 de dezembro de 1997, foi outorgado à Companhia concessão para distribuição de energia elétrica em 141 municípios no Estado de Mato Grosso, pelo prazo de 30 anos. O contrato de concessão foi homologado junto à ANEEL, podendo ser prorrogado por uma única vez, pelo mesmo período, a critério do Poder Concedente.

Além do contrato de distribuição acima mencionado, a Companhia possui Contrato de Concessão de Geração nº 04/1997 de Uma Usina Termelétrica, com a respectiva subestação associada, com vencimento em 10 de dezembro de 2027.

Concessão de usinas térmicas	Capacidade total instalada MW (*)	Capacidade total utilizada MW (*)	Data da concessão	Data de vencimento
Concessão da Usina Termelétrica: Guariba	2,44	1,207	10/12/1997	10/12/2027

(*) Informação fora do escopo dos auditores independentes

De acordo com o artigo 8º da Lei nº 10.848 de 15 de março de 2004, regulamentada pelo Decreto nº 5.163 de 30 de julho de 2004, ficou vedada às concessionárias que atuam na distribuição de energia elétrica, manter atividades de geração no sistema interligado nacional de transmissão. A exceção ficou para os casos de atendimento a sistema elétrico isolado, ou seja, aqueles não ligados ao sistema interligado de transmissão. Embora possuindo 1 usina termelétrica própria no sistema isolado, a principal atividade da Companhia é a distribuição de energia elétrica, e a necessidade da manutenção desses ativos de geração é somente para atendimento dessas comunidades isoladas. Portanto, a administração considera seu negócio principal a atividade de distribuição de energia elétrica e a pequena atividade de geração como parte integrante do negócio principal.

O contrato de concessão de distribuição contém cláusulas específicas que garantem o direito à indenização do valor residual dos bens vinculados ao serviço no final da concessão. Para efeito da reversão, consideram-se bens vinculados aqueles efetivamente utilizados na prestação do serviço.

As obrigações da concessionária, previstas no contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica são:

I - operar e manter as instalações de modo a assegurar a continuidade e a eficiência do Serviço Regulado, a segurança das pessoas e a conservação dos bens e instalações e fornecer energia elétrica a consumidores localizados em sua área de concessão, nos níveis de qualidade e continuidade estabelecidos em legislação específica;
II - realizar as obras necessárias à prestação dos serviços concedidos, reposição de bens, e operar a infraestrutura de forma a assegurar a regularidade, continuidade, eficiência, segurança e modicidade das tarifas, em conformidade com as normas técnicas e legais específicas;

Notas Explicativas

III - organizar e manter controle patrimonial dos bens e instalações vinculados à concessão e zelar por sua integridade providenciando que aqueles que, por razões de ordem técnica, sejam essenciais à garantia e confiabilidade do sistema elétrico, estejam sempre adequadamente garantidos por seguro sendo vedado à concessionária alienar ou conceder em garantia tais bens sem a prévia e expressa autorização do agente regulador;
IV - atender todas as obrigações de natureza fiscal, trabalhista, previdenciária e regulatória, inclusive prestando contas aos consumidores;
V - implementar medidas que objetivem o combate ao desperdício de energia, por meio de programas de redução de consumo de energia e inovações;
VI - submeter à prévia aprovação da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL) alterações nas posições acionárias que impliquem em mudanças de controle. Na hipótese de transferência de ações representativas do controle acionário, o novo controlador deverá assinar termo de anuência e submissão às cláusulas do contrato de concessão e às normas legais e regulamentares da concessão; e
VII - manter o acervo documental auditável, em conformidade com as normas vigentes.

A concessão poderá ser extinta pelo término do contrato, encampação do serviço, caducidade, rescisão, irregularidades ou falência da concessionária, podendo ser prorrogada, mediante requerimento da concessionária e a critério exclusivo do Poder Concedente – Ministério de Minas e Energia - MME.

As informações referentes a reajustes, revisões tarifárias e outros assuntos regulatórios, ativos e passivos financeiros setoriais, ativo financeiro indenizável da concessão, ativo contratual – infraestrutura em construção e receita de construção da infraestrutura estão apresentados nas notas explicativas nº 9, 10, 14, 15, e 28, respectivamente.

1.2. Efeitos do COVID-19

Em 11 de março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou o surto de COVID-19 como uma pandemia, dado os vários casos de contágio ao redor do mundo. A grande capacidade de disseminação do vírus fez com que as autoridades de diversos países adotassem o distanciamento físico como medida de contenção do vírus, medida essa também adotada no Brasil. Houve impacto significativo na economia global, tendo em vista a interrupção ou desaceleração da cadeia de suprimentos e o aumento significativo da incerteza econômica, considerando o aumento na volatilidade dos preços dos ativos, das taxas de câmbio e a queda das taxas de juros de longo prazo. As principais economias do Mundo e os blocos econômicos vêm adotando pacotes de estímulos econômicos para superar os efeitos econômicos produzidos pela pandemia.

No Brasil, os Poderes Executivo e Legislativo da União publicaram atos normativos para prevenir e conter a pandemia, assim como mitigar os respectivos impactos na economia, com destaque para o Decreto Legislativo nº 6, publicado em 20 de março de 2020, que declarou estado de calamidade pública. Os governos estaduais e municipais também fizeram publicar diversos atos normativos buscando restringir a livre circulação de pessoas e as atividades comerciais e de serviços, além de viabilizar investimentos emergenciais na área da saúde.

Impactos observados no exercício de 2021

Em 2021 a pandemia da COVID-19 no Brasil apresentou picos de disseminação e mortes causados pelo coronavírus, principalmente nos primeiros seis meses do ano permanecendo com elevados impactos negativos na sociedade tanto no segmento econômico como no social. Os diversos agentes governamentais continuam a implementar medidas de isolamento social e campanhas de conscientização e de vacinação. Nos últimos meses a variante Omicron tem incomodado, porém não tem trazido fortes impactos na atividade econômica global.

O crescente aumento da vacinação no país, tem contribuído significativamente pelo retorno das atividades operacionais e econômicos da população brasileira. No fim de 2021, novas ondas de mortes e disseminação no vírus causaram aumento de preocupação nos principais mercados mundiais reacendendo as discussões na comunidade cientifica global quanto as consequências no controle da pandemia relacionadas a possíveis precipitações da retomada das atividades econômicas e nível baixo de vacinação da população mundial.

A Administração da Companhia segue monitorando os possíveis impactos da pandemia da COVID-19 em suas operações e avalia constantemente a eficácia das medidas protetivas adotadas com o intuito de mitigar tais riscos, sendo as principais ações adotadas estão listadas a seguir:

Notas Explicativas

- Monitorar os níveis de sobrecontratação de energia elétrica no intuito de efetuar ações rápidas e tempestivas a fim de minimizar os riscos inerentes a esta exposição, uma vez que, o cenário da pandemia tem levado a sobrecontratação do setor de distribuição de energia elétrica no Brasil à níveis acima do regulatório devido, sobretudo, a retração da economia brasileira;
- Adotar regime de teletrabalho para colaboradores cuja função possibilite esta modalidade de trabalho e ações de engajamento e saúde mental para líderes e colaboradores durante a pandemia. Para os profissionais onde a modalidade do teletrabalho não foi possível, foram adotados sistema de revezamento com turnos alternados para evitar exposição a aglomerações;
- Acompanhar os contratos de empréstimos e financiamentos para identificação tempestiva de oportunidades de liquidações ou novas contratações com a finalidade de atenuar eventuais riscos de liquidez;
- Monitorar o incremento da inadimplência das faturas das contas de energia elétrica ocasionado pela retração econômica no Brasil e, sobretudo, pelo impedimento temporário do corte no fornecimento de energia elétrica, a determinados grupos de consumidores, conforme Resolução ANEEL nº 928 de 26 de março de 2021 alterada pela Resolução ANEEL nº 936 de 15 de junho de 2021. A Companhia implementou ações para aumentar a eficiência na cobrança das contas de energia em atraso, destacando-se o aumento do volume de envio de SMS, telecobrança, negativações, e-mails, realizações de campanhas de conscientização relacionadas à importância da manutenção dos pagamentos e, divulgação de planos de parcelamentos dos débitos aos clientes e facilitando o acesso às negociações por meio digital;
- Supervisão constante das obras em andamento com ação tempestiva junto a fornecedores para impedimento de atrasos em função do cenário adverso da pandemia. A Administração não identificou impactos relevantes em suas operações em função de atrasos nas obras em andamento;
- Como forma de atenuar os efeitos da pandemia no Brasil e ciente de suas responsabilidades diante da sociedade, o Grupo Energisa criou o movimento Energia do Bem, iniciativa de mobilização nacional que inclui diferentes ações na sua área de concessão, com destaque para: doação de ventiladores pulmonares, custeio em obras hospitalares para aumento de novos leitos, distribuição de máscaras para população de alto risco, apoio financeiro a programas de fomento para aquecimento da economia e de programas sociais; e
- Na Companhia 98,5% dos colaboradores já foram vacinados com a 2ª dose da vacina contra COVID-19.

Não foram identificados outros impactos além dos mencionado acima. A Companhia segue comprometida com a segurança de seus colaboradores, clientes, parceiros, fornecedores, acionistas e das comunidades na região onde atua, bem como é orientada pela transparência e pelas boas práticas de governança corporativa.

2. Apresentação das demonstrações financeiras

2.1. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com a Normais Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas pelo *International Accounting Standards Board* ("IASB"), que compreendem as normas da Comissão de Valores Mobiliários ("CVM"), os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e, quando aplicáveis, as regulamentações do órgão regulador, a Agência Nacional de Energia Elétrica - ANEEL.

Adicionalmente, a Administração considerou as orientações emanadas da Orientação OCPC 07, emitida pelo CPC em novembro de 2014, na elaboração das suas demonstrações financeiras de forma que todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, estão divulgadas e correspondem ao que é utilizado na gestão da Companhia.

A Companhia avaliou suas operações à luz do cenário de pandemia da COVID-19, conforme detalhado na nota explicativa 1.2, e concluiu que não há impactos significativos em suas atividades, portanto, a Administração continua a adotar a base contábil de continuidade operacional na elaboração de suas demonstrações financeiras.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pelo Conselho de Administração em 16 de março de 2022.

Notas Explicativas

2.2. Moeda funcional e base de mensuração

As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Companhia.

As transações em moeda estrangeira foram convertidas para a moeda funcional pela taxa de câmbio da data em que as transações foram realizadas. Os saldos de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reavaliados para a moeda funcional da Companhia pela taxa de câmbio na data base dos balanços. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da atualização desses ativos e passivos são reconhecidos como receitas e despesas financeiras no resultado.

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos quando requeridos nas normas, conforme detalhado na nota explicativa nº 34.

2.3. Julgamentos, estimativas e premissas

A elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as Normas Internacionais de Relatório Financeiro ("IFRS") emitidas *pelo International Accounting Standards Board* – IASB, requer que a Administração faça o uso de julgamentos, estimativas e premissas que afetam os valores reportados de ativos e passivos, receitas e despesas. Os resultados de determinadas transações, quando de sua efetiva realização em exercícios subsequentes, podem diferir dessas estimativas. As revisões das estimativas contábeis são reconhecidas no exercício em que são revisadas e nos exercícios futuros afetados.

As principais estimativas e julgamentos relacionados às demonstrações financeiras referem-se ao registro dos efeitos decorrentes de:

I - Nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionárias (fornecimento de energia elétrica não faturada) e Provisão de perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa;
II - Nota explicativa nº 10 - Ativos e passivos financeiros setoriais;
III - Nota explicativa nº 13 - Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente;
IV - Nota explicativa nº 14 - Ativo financeiro indenizável da concessão;
V - Nota explicativa nº 16 – Imobilizado
VI - Nota explicativa nº 17 - Intangível
VII - Nota explicativa nº 24 – Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios;
VIII - Nota explicativa nº 29 – Custos e despesas operacionais;
IX - Nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos; e
X - Nota explicativa nº 35 – Benefícios pós-emprego.

3. Resumo das principais políticas contábeis

As principais políticas contábeis têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nestas demonstrações financeiras.

3.1. Principais políticas contábeis

a. **Caixa e equivalentes de caixa** – os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação;

b. **Instrumentos financeiros e operações de hedge**

Notas Explicativas

***Ativos financeiros*:**

Reconhecimento inicial e mensuração - são classificados no reconhecimento inicial, como subsequentemente mensurados ao custo amortizado ao seu valor justo por meio de outros resultados abrangentes e ao valor justo por meio do resultado.

A classificação dos ativos financeiros no reconhecimento inicial depende das características dos fluxos de caixa contratuais do ativo financeiro e do modelo de negócios para a gestão destes ativos financeiros.

Para que um ativo financeiro seja classificado e mensurado pelo custo amortizado ou pelo valor justo por meio de outros resultados abrangentes, ele precisa gerar fluxos de caixa que sejam "exclusivamente pagamentos de principal e de juros" sobre o valor do principal em aberto. Esta avaliação é executada a nível de cada instrumento.

As aquisições ou alienação de ativos financeiros que exigem a entrega de ativos dentro de um prazo estabelecido por regulamento ou convenção no mercado são reconhecidas na data da negociação, ou seja, a data em que a Companhia se comprometeu a comprar ou vender o ativo.

Um ativo financeiro não é mais reconhecido quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual, essencialmente, todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos.

Mensuração subsequente - para fins de mensuração subsequente, os ativos financeiros são classificados em ativos financeiros ao custo amortizado (instrumentos de dívida); ativos financeiros ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes com reclassificação de ganhos e perdas acumulados (instrumentos de dívida); ativos financeiros designados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, sem reclassificação de ganhos e perdas acumulados no momento de seu desreconhecimento (instrumentos patrimoniais); e ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado.

A Companhia mensura os ativos financeiros ao custo amortizado se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em datas especificadas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Os ativos financeiros ao custo amortizado são subsequentemente mensurados usando o método de juros efetivos e estão sujeitos a redução ao valor recuperável. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando o ativo é baixado, modificado ou apresenta redução ao valor recuperável.

Quanto aos instrumentos de dívida a Companhia avalia ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes se o ativo financeiro for mantido dentro de modelo de negócios cujo objetivo seja manter ativos financeiros com o fim de receber fluxos de caixa contratuais, e se os termos contratuais do ativo financeiro derem origem, em determinadas datas especificas, a fluxos de caixa que constituam, exclusivamente, pagamentos de principal e juros sobre o valor do principal em aberto.

Para os instrumentos de dívida ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes, a receita de juros, a reavaliação cambial e as perdas ou reversões de redução ao valor recuperável são reconhecidas na demonstração do resultado e calculadas da mesma maneira que para os ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado. As alterações restantes no valor justo são reconhecidas em outros resultados abrangentes.

No momento do desreconhecimento, a mudança acumulada do valor justo reconhecida em outros resultados abrangentes é reclassificada para resultado.

Segue abaixo resumo da classificação e mensuração – CPC 48/IFRS 9:

Classificação e Mensuração - CPC 48/IFRS 9

Notas Explicativas

Ativos financeiros a custo amortizado	Estes ativos são mensurados ao custo amortizado utilizando o método dos juros efetivo. O custo amortizado é reduzido por perdas por *impairment*. A receita de juros, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidas no resultado. Qualquer ganho ou perda no desreconhecimento é registrado no resultado.
Ativos financeiros mensurados a VJR	Esses ativos são mensurados ao valor justo. O resultado líquido, incluindo juros ou receita de dividendos, é reconhecido no resultado.
Instrumentos de dívida ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os rendimentos de juros calculados utilizando o método dos juros efetivo, ganhos e perdas cambiais e *impairment* são reconhecidos no resultado. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA. No reconhecimento inicial de um investimento em um instrumento patrimonial que não seja mantido para negociação, poderá optar irrevogavelmente por apresentar alterações subsequentes no valor justo do investimento em ORA. Esta escolha é feita para cada investimento. No desreconhecimento, o resultado acumulado em ORA é reclassificado para o resultado.
Instrumentos patrimoniais ao VJORA	Esses ativos são mensurados ao valor justo. Os dividendos são reconhecidos como ganho no resultado, a menos que o dividendo represente claramente uma recuperação de parte do custo do investimento. Outros resultados líquidos são reconhecidos em ORA e nunca são reclassificados para o resultado.

Avaliação do modelo de negócio:

A Companhia realiza uma avaliação do objetivo do modelo de negócios em que um ativo financeiro é mantido em carteira porque reflete melhor a maneira pela qual o negócio é gerido e as informações são fornecidas à Administração. As informações consideradas incluem (i) as políticas e objetivos estipulados para a carteira e o funcionamento prático dessas políticas que inclui a questão de saber se a estratégia da Administração tem como foco a obtenção de receitas de juros contratuais, a manutenção de um determinado perfil de taxa de juros, a correspondência entre a duração dos ativos financeiros e a duração de passivos relacionados ou saídas esperadas de caixa, ou a realização de fluxos de caixa por meio da venda de ativos; (ii) como o desempenho da carteira é avaliado e reportado à Administração da Sociedade; (iii) os riscos que afetam o desempenho do modelo de negócios (e o ativo financeiro mantido naquele modelo de negócios) e a maneira como aqueles riscos são gerenciados; (iv) como os gerentes do negócio são remunerados - por exemplo, se a remuneração é baseada no valor justo dos ativos geridos ou nos fluxos de caixa contratuais obtidos; e (v) a frequência, o volume e o momento das vendas de ativos financeiros nos períodos anteriores, os motivos de tais vendas e suas expectativas sobre vendas futuras.

As transferências de ativos financeiros para terceiros em transações que não se qualificam para o desreconhecimento não são consideradas vendas, de maneira consistente com o reconhecimento contínuo dos ativos da Companhia.

Os ativos financeiros mantidos para negociação ou gerenciados com desempenho avaliado com base no valor justo são mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Avaliação sobre se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos de principal e de juros.

Para fins de avaliação dos fluxos de caixa contratuais, o principal é definido como o valor do custo do ativo financeiro no reconhecimento inicial. Os juros são definidos como uma contraprestação pelo valor do dinheiro no tempo e pelo risco de crédito associado ao valor principal em aberto durante um determinado período de tempo e pelos outros riscos e custos básicos de empréstimos (por exemplo, risco de liquidez e custos administrativos), assim como uma margem de lucro.

A Companhia considera os termos contratuais do instrumento para avaliar se os fluxos de caixa contratuais são somente pagamentos do principal e de juros. Isso inclui a avaliação sobre se o ativo financeiro contém um termo contratual que poderia mudar o momento ou o valor dos fluxos de caixa contratuais de forma que ele não atenderia essa condição. Ao fazer essa avaliação, é considerado os eventos contingentes que modifiquem o valor ou a época dos fluxos de caixa; os termos que possam ajustar a taxa contratual, incluindo taxas variáveis; o pré-pagamento e a prorrogação do prazo; e os termos que limitam o acesso da Companhia a fluxos de caixa de ativos específicos baseados na performance de um ativo.

Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:

Divulgações adicionais referentes à redução ao valor recuperável de ativos financeiros são também fornecidas nas seguintes notas explicativas:

Notas Explicativas

- Julgamentos, estimativas e premissas - nota explicativa nº 2.3;
- Consumidores e concessionárias - nota explicativa nº 6; e
- Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos - nota explicativa nº 34.

A Companhia reconhece uma provisão para perdas de crédito esperadas para todos os instrumentos de dívida não detidos pelo valor justo por meio do resultado. As perdas de crédito esperadas baseiam-se na diferença entre os fluxos de caixa contratuais devidos de acordo com o contrato e todos os fluxos de caixa que a Companhia espera receber, descontados a uma taxa de juros efetiva que se aproxime da taxa original da transação. Os fluxos de caixa esperados incluirão fluxos de caixa da venda de garantias detidas ou outras melhorias de crédito que sejam integrantes dos termos contratuais.

As perdas de crédito esperadas são reconhecidas em duas etapas. Para as exposições de crédito para as quais não houve aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, as perdas de créditos esperadas são provisionadas para perdas de crédito resultantes de eventos de inadimplência possíveis nos próximos 12 meses (perda de crédito esperada de 12 meses). Para as exposições de créditos para as quais houve um aumento significativo no risco de crédito desde o reconhecimento inicial, é necessária uma provisão para perdas de créditos esperadas durante a vida remanescente da exposição, independentemente do momento da inadimplência.

Para contas a receber de consumidores e concessionárias e o ativo de contrato, a Companhia aplica uma abordagem simplificada no cálculo das perdas de crédito esperadas. Portanto, a Companhia não acompanha as alterações no risco de crédito, mas reconhece uma provisão para perdas com base em perdas de créditos esperadas vitalícias em cada data-base. A Companhia estabeleceu uma matriz de provisões que se baseia em sua experiência histórica de perdas de créditos, como métrica para a mensuração das perdas esperadas, condições futuras relevantes de inadimplência também são analisadas pela Companhia para cálculo final das perdas esperadas.

Passivos financeiros:

São mensurados ao custo amortizado utilizando o método de juros efetivos. Em 2021, compreendem empréstimos, financiamentos e debêntures, arrendamentos operacionais, saldos a pagar a fornecedores e outras contas a pagar.

Reconhecimento inicial e mensuração **-** os passivos financeiros são classificados, no reconhecimento inicial, como passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado, passivo financeiro ao custo amortizado ou como derivativos designados como instrumentos de *hedge* em um *hedge* efetivo, conforme apropriado.

Todos os passivos financeiros são mensurados inicialmente ao seu valor justo, mais ou menos, no caso de passivo financeiro que não seja ao valor justo por meio do resultado, os custos de transação que sejam diretamente atribuíveis à emissão do passivo financeiro.

Mensuração subsequente **-** a mensuração de passivos financeiros é como segue:

Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado - os passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado incluem passivos financeiros para negociação e passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado. Passivos financeiros são classificados como mantidos para negociação se forem incorridos para fins de recompra no curto prazo. Esta categoria também inclui instrumentos financeiros derivativos contratados que não são designados como instrumentos de *hedge* nas relações de *hedge* definidas pelo CPC 48. Derivativos embutidos separados também são classificados como mantidos para negociação a menos que sejam designados como instrumentos de *hedge* eficazes. Ganhos ou perdas em passivos para negociação são reconhecidos na demonstração do resultado. Os passivos financeiros designados no reconhecimento inicial ao valor justo por meio do resultado são designados na data inicial de reconhecimento, e somente se os critérios do CPC 48 forem atendidos. A Companhia não designou nenhum passivo financeiro ao valor justo por meio do resultado.

Passivo financeiro ao custo amortizado - após o reconhecimento inicial, debêntures emitidas, empréstimos e financiamentos contraídos e concedidos sujeitos a juros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetiva. Ganhos e perdas são reconhecidos no resultado quando os passivos são baixados, bem como pelo processo de amortização da taxa de juros efetiva. O custo

Notas Explicativas

amortizado é calculado levando em consideração qualquer deságio ou ágio na aquisição e taxas ou custos que são parte integrante do método da taxa de juros efetiva. A amortização pelo método da taxa de juros efetiva é incluída como despesa financeira na demonstração do resultado do exercício. Essa categoria geralmente se aplica a empréstimos e financiamentos concedidos e contraídos, sujeitos a juros.

Desreconhecimento:

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação sob o passivo é extinta, ou seja, quando a obrigação especificada no contrato for liquidada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente é substituído por outro do mesmo mutuante em termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente são substancialmente modificados, tal troca ou modificação é tratada como o desreconhecimento do passivo original e o reconhecimento de um novo passivo. A diferença nos respectivos valores contábeis é reconhecida na demonstração do resultado do exercício.

Compensação de instrumentos financeiros:

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

Instrumentos financeiros derivativos:

As operações com instrumentos financeiros derivativos, contratadas pela Companhia, resumem-se em “Swap”, que visa exclusivamente à proteção contra riscos cambiais associados a posições no balanço patrimonial, aquisição de bens para o ativo intangível e ativo imobilizado.

São mensurados ao seu valor justo, com as variações registradas contra o resultado do exercício, exceto quando designadas em uma contabilidade de “hedge” de fluxo de caixa, cujas variações no valor justo são reconhecidas em “outros resultados abrangente” no patrimônio líquido.

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é calculado por empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos.

Instrumentos financeiros derivativos e contabilidade de *“hedge”:*

A Companhia designa certos instrumentos de “hedge” relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como “hedge” de valor justo. No início da relação de “hedge”, a Companhia documenta a relação entre o instrumento de “hedge” e o item objeto de “hedge” de acordo com os objetivos da gestão de riscos e estratégia financeira. Adicionalmente, no início do “hedge” e de maneira continuada, a Companhia documenta se o instrumento de “hedge” usado é altamente efetivo na compensação das mudanças de valor justo ou fluxo de caixa do item objeto de “hedge”, atribuível ao risco sujeito a “hedge”. A nota explicativa nº 34, traz mais detalhes sobre o valor justo dos instrumentos derivativos utilizados para fins de “hedge”.

A documentação inclui a identificação do instrumento de “hedge”, do item protegido, da natureza do risco que está sendo protegido e de como a entidade avalia se a relação de proteção atende os requisitos de efetividade de “hedge” (incluindo sua análise das fontes de inefetividade de “hedge” e como determinar o índice de “hedge”). Um relacionamento de “hedge” se qualifica para contabilidade de “hedge” se atender todos os seguintes requisitos de efetividade:

• Existe relação econômica entre o item protegido e o instrumento de “hedge”.

• O efeito de risco de crédito não influencia as alterações no valor que resultam desta relação econômica.

Notas Explicativas

• O índice de "hedge" da relação de proteção é o mesmo que aquele resultante da quantidade do item protegido que a entidade efetivamente protege e a quantidade do instrumento de "hedge" que a entidade efetivamente utiliza para proteger esta quantidade de item protegido.

Os "hedges" que atendem a todos os critérios de qualificação para contabilidade de "hedge" são registrados conforme descrito abaixo:

"Hedges" de valor justo: a mudança no valor justo de um instrumento de "hedge" é reconhecida na demonstração do resultado como outras despesas. A mudança no valor justo do item objeto de "hedge" atribuível ao risco coberto é registrada como parte do valor contábil do item protegido e é também reconhecida na demonstração do resultado do exercício como outras despesas.

Para "hedges" de valor justo relacionados a itens mensurados ao custo amortizado, qualquer ajuste ao valor contábil é amortizado por meio do resultado durante o prazo remanescente do "hedge", utilizando o método da taxa de juros efetiva. A amortização da taxa de juros efetiva pode ser iniciada assim que exista um ajuste e, no mais tardar, quando o item protegido deixar de ser ajustado por alterações no seu valor justo atribuíveis ao risco coberto.

Se o item objeto de "hedge" for desreconhecido, o valor justo não amortizado é reconhecido imediatamente no resultado.

Quando um compromisso firme não reconhecido é designado como um item protegido, a mudança acumulada subsequente no valor justo do compromisso firme atribuível ao risco protegido é reconhecida como um ativo ou passivo com reconhecimento do ganho ou perda correspondente no resultado;

c. **Consumidores e concessionárias -** inclui, principalmente, o fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, esta última apurada por estimativa, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento das demonstrações financeiras, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros, reconhecidos pelo regime de competência, até o encerramento das demonstrações financeiras.

   A provisão para perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração;

d. **Estoques** - estão valorizados ao custo médio da aquisição e não excedem os seus custos de aquisição ou seus valores de realização;

e. **Ativos e passivos financeiros setoriais** – referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles que são efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Essa diferença constitui um direito a receber da Companhia sempre que os custos homologados e incluídos na tarifa são inferiores aos custos efetivamente incorridos, ou uma obrigação quando os custos homologados são superiores aos custos incorridos. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão;

f. **Ativo financeiro indenizável da concessão -** corresponde ao contrato de concessão do serviço público de distribuição de energia elétrica firmado entre o Poder concedente e a Companhia, no qual estabelecem e determinam para o segmento de distribuição de energia elétrica que a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

   Os contratos de concessão das distribuidoras de energia elétrica indicam que ao final da concessão os ativos vinculados a infraestrutura serão revertidos ao Poder Concedente mediante o pagamento de indenização, que o preço praticado é regulado através de mecanismo de tarifas de acordo com as fórmulas paramétricas de parcela A e B e das revisões tarifárias periódicas para cobrir os custos, amortizar investimentos e a

Notas Explicativas

remuneração do capital investido. Dispondo a parcela estimada dos investimentos realizados e não amortizados ou depreciados até o final da concessão classificada como um ativo financeiro por ser um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente.

As características do contrato de concessão fornecem a Administração base para entendimento de que as condições para aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12) – Contratos de Concessão para as Distribuidoras, está atendido de forma a refletir o negócio de distribuição de energia elétrica.

Os ativos financeiros relacionados ao contrato da concessão de distribuição são classificados e mensurados a valor justo por meio de resultado, onde, para o segmento de distribuição, foram valorizados com base na BRR – Base de Remuneração Regulatória, conceito de valor de reposição, que é o critério utilizado pela ANEEL para determinar a tarifa de energia elétrica das distribuidoras, bem como, é reconhecido a remuneração da parcela dos ativos que compõe a base de remuneração, inclusive da parcela ainda não homologada pela ANEEL, sendo que esta última é calculada com base em estimativas, considerando, além do IPCA, expectativa de glosas baseado na experiência da Administração e no histórico de glosas observadas em homologações anteriores, o que reflete a melhor estimativa de valor justo do ativo.

A Companhia contabiliza a atualização do ativo financeiro indenizável da concessão no grupo de receitas operacionais por refletir com mais propriedade o modelo de seu negócio de distribuição de energia elétrica e melhor apresentar sua posição patrimonial e o seu desempenho, corroborado no parágrafo 23 do OCPC 05 – Contrato de Concessão. Esses ativos estão detalhados na nota explicativa nº 14;

g. **Ativo contratual – Infraestrutura em construção -** o ativo contratual é o direito à contraprestação em troca de bens ou serviços transferidos ao cliente. Conforme determinado pelo CPC 47 - Receita de contrato com cliente, os bens vinculados à concessão em construção, registrados de acordo com o escopo do ICPC 01 (R1) - Contratos da Concessão ("ICPC 01"), devem ser classificados como ativo contratual em face da Companhia ter o direito de cobrar pelos serviços prestados aos consumidores dos serviços públicos ou receber dinheiro ou outro ativo financeiro, pela reversão da infraestrutura do serviço público, apenas após a transferência dos bens em construção (ativo contratual) para o ativo intangível da concessão, onde a natureza da remuneração paga pelo Poder Concedente ao concessionário é determinada de acordo com os termos do contrato de concessão;

h. **Imobilizado -** itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas, quando aplicável.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria Companhia inclui:

- O custo de materiais e mão de obra direta;
- Quaisquer outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude;
- Os custos de desmontagem e de restauração do local onde estes ativos estão localizados; e
- Custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado (apurados pela diferença entre os recursos advindos da alienação e o valor contábil do imobilizado), são reconhecidos em outras receitas/ despesas operacionais na demonstração do resultado do exercício.

Depreciação:
Itens do ativo imobilizado são depreciados pelo método linear no resultado do exercício baseado na vida útil econômica estimada de cada componente e/ou de acordo com o prazo de concessão/autorização;

Notas Explicativas

i. **Intangível** – compreendem, principalmente, os ativos referentes ao contrato de concessão do serviço público, direito de uso CPC 06 (R2) e softwares. São mensurados pelo custo total de aquisição, menos as despesas de amortização, essas são baseadas no padrão de consumo dos benefícios esperados durante o prazo da concessão, e perdas acumuladas por redução ao valor recuperável, quando aplicável;

j. **Arrendamentos:** os contratos são avaliados, se o mesmo é ou contém um arrendamento, ou seja, se o contrato transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificado por um período de tempo em troca de contraprestação. Neste caso, a Companhia reconhece os passivos de arrendamento para efetuar pagamentos de arrendamento e ativos de direito de uso que representam o direito de uso dos ativos subjacentes. No entanto, como permitido pela norma contábil vigente, CPC 06 (R2), para os pagamentos de arrendamento de curto prazo (contratos com vigência inferior a 12 meses) e de arrendamentos de ativos de baixo valor (máximo de USD 5.000) são reconhecidos como despesa pelo método linear ao longo do prazo do arrendamento.

- Ativos de direito de uso: os ativos de direito de uso são reconhecidos na data de início do arrendamento a valor presente. Os ativos de direito de uso são mensurados ao custo, deduzidos da amortização acumulada e perdas por redução ao valor recuperável, e ajustados por qualquer nova remensuração dos passivos de arrendamento. Os ativos de direito de uso são amortizados linearmente, pelo menor período entre o prazo do arrendamento e a vida útil estimada dos ativos.

- Passivo de arrendamento: os passivos de arrendamento são reconhecidos na data de início do arrendamento pelo valor presente dos pagamentos do arrendamento a serem realizados durante o contrato. Após a data de início, o valor do passivo de arrendamento é aumentado para refletir o acréscimo de juros e reduzido para os pagamentos de arrendamento efetuados. Além disso, o valor do passivo de arrendamento é remensurado se houver modificação, alteração de prazo ou uma mudança de valor das parcelas;

k. **Juros e encargos financeiros** - são capitalizados às obras em curso com base na taxa média efetiva de captação, limitado a taxa WACC regulatório de acordo com os procedimentos de capitalização estabelecidos no normativo contábil (CPC 20);

l. **Redução a valor recuperável**

Ativo não financeiro:

A Administração da Companhia revisa o valor contábil líquido de seus ativos tangíveis e intangíveis com objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas operacionais ou tecnológicas para determinar se há alguma indicação de que tais ativos sofreram alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável do ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

Quando não for possível estimar o montante recuperável de um ativo individualmente, a Companhia calcula o montante recuperável da unidade geradora de caixa à qual pertence o ativo. Quando uma base de alocação razoável e consistente pode ser identificada, os ativos também são alocados às unidades geradoras de caixa individuais ou ao menor grupo de unidades geradoras de caixa para o qual uma base de alocação razoável e consistente possa ser identificada.

Para fins de avaliação do valor recuperável dos ativos através do valor em uso, utiliza-se o menor grupo de ativos para o qual existem fluxos de caixa identificáveis separadamente (unidades geradoras de caixa – UGC). Uma perda é reconhecida na demonstração do resultado, pelo montante em que o valor contábil do ativo ultrapasse seu valor recuperável.

Uma perda do valor recuperável anteriormente reconhecida é revertida caso - tiver ocorrido uma mudança nos pressupostos utilizados para determinar o valor recuperável do ativo ou UGCs, desde quando a última perda do valor recuperável foi reconhecida. A reversão é limitada para que o valor contábil do ativo não exceda o seu valor recuperável, nem o valor contábil que teria sido determinado, líquido de depreciação, se nenhuma perda do valor recuperável tivesse sido reconhecida no ativo em exercícios anteriores. Essa reversão é reconhecida na demonstração dos resultados, caso aplicável.

Os seguintes critérios são aplicados na avaliação do valor recuperável dos seguintes ativos:

Notas Explicativas

. Ativos intangíveis: os ativos intangíveis com vida útil indefinida são testados em relação a perda por redução ao valor recuperável anualmente na data do encerramento do exercício, individualmente ou em nível da unidade geradora de caixa, conforme o caso, ou quando as circunstâncias indicarem perda por desvalorização do valor contábil.

. Avaliação do valor em uso: as principais premissas usadas na estimativa do valor em uso são:

(i) **Receitas** – as receitas são projetadas considerando o crescimento da base de clientes, a evolução das receitas do mercado e a participação da Companhia neste mercado;

(ii) **Custos e despesas operacionais** – os custos e despesas variáveis são projetados de acordo com a dinâmica da base de clientes, e os custos fixos são projetados em linha com o desempenho histórico da Companhia, bem como com o crescimento histórico das receitas; e

(iii) **Investimentos de capital** – os investimentos em bens de capital são estimados considerando a infraestrutura tecnológica necessária para viabilizar a oferta da energia e dos serviços.

As premissas principais são fundamentadas com base em projeções do mercado, no desempenho histórico da Companhia, nas premissas macroeconômicas que por sua vez são documentadas e aprovadas pela Administração.

Os testes de recuperação dos ativos intangíveis da Companhia não resultaram na necessidade de reconhecimento de perdas para os exercícios findos em 2021 e 2020, em face de que o valor recuperável excede o seu valor contábil na data da avaliação;

m. **Empréstimos, financiamentos e debêntures** - são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado usando o método da taxa de juros efetiva.

Os empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira que possuem operações de swap foram reconhecidos pelo valor justo através do resultado do exercício;

n. **Derivativos** – os instrumentos financeiros derivativos para proteger riscos relativos a moedas estrangeiras e de taxa de juros. Os derivativos são reconhecidos inicialmente pelo seu valor justo e os custos de transação atribuíveis são reconhecidos no resultado quando incorridos. Posteriormente ao reconhecimento inicial, os derivativos são mensurados pelo valor justo e as alterações são contabilizadas no resultado do exercício. Suas características estão demonstradas na nota explicativa nº 34;

o. **Imposto de renda e contribuição social** - compreendem os impostos de renda e contribuição social corrente e diferidos. Os tributos correntes são mensurados ao valor esperado a ser pago às autoridades fiscais, utilizando as alíquotas aplicáveis, enquanto o imposto diferido é contabilizado no resultado do exercício a menos que esteja relacionado a itens registrados em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido. O imposto diferido é reconhecido com relação às diferenças temporárias entre os valores de ativo e passivo para fins contábeis e os correspondentes valores usados para fins de tributação.

O imposto de renda foi calculado à alíquota de 15% sobre o lucro tributável, acrescido do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R$240 mil. A contribuição social foi calculada à alíquota de 9%. Embora os ativos e os passivos fiscais correntes sejam reconhecidos e mensurados separadamente, a compensação no balanço patrimonial está sujeita aos critérios similares àqueles estabelecidos para os instrumentos financeiros. A Companhia tem normalmente o direito legalmente executável de compensar o ativo fiscal corrente contra um passivo fiscal corrente quando eles se relacionarem com tributos sobre o lucro lançados pela mesma autoridade tributária e a legislação tributária permitir que a entidade faça ou receba um único pagamento líquido.

O imposto de renda e a contribuição social diferidos (“tributos diferidos”) são reconhecidos sobre as diferenças temporárias na data do balanço entre os saldos de ativos e passivos.

Conforme orientações do ICPC 22 – Tributos sobre o Lucro, a Companhia avalia se é provável que uma autoridade tributária aceitará um tratamento tributário incerto. Se concluído que a posição não será aceita, o efeito da incerteza será refletido no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2021, não há incertezas quanto aos

Notas Explicativas

tratamentos tributários sobre o lucro apurado pela Companhia;

p. **Incentivos fiscais SUDAM –** como há segurança de que as condições estabelecidas para fruição do benefício serão cumpridas, os incentivos fiscais recebidos são reconhecidos no resultado do exercício e destinados à Reserva de lucros - reserva de Incentivos fiscais de imposto de renda, na qual são mantidos até sua capitalização (vide nota explicativa nº 13);

q. **Provisões** - uma provisão é reconhecida no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos relacionados a causas judiciais estão provisionados por valores julgados suficientes pelos administradores e assessores jurídicos para fazer face aos desfechos desfavoráveis;

r. **Ajuste a valor presente** - determinados títulos a receber são ajustados ao valor presente com base em taxas de juros específicas, que refletem a natureza desses ativos no que tange a prazo, risco, moeda, condição de recebimento, nas datas das respectivas transações;

s. **Dividendos** - os dividendos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios, após o exercício contábil a que se refere as demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até a sua efetiva aprovação;

t. **Receita Operacional -** as receitas são reconhecidas quando representar a transferência (ou promessa) de bens ou serviços a clientes de forma a refletir a consideração de qual montante espera trocar por aqueles bens ou serviços.

O IFRS 15 / CPC 47 estabelece um modelo para o reconhecimento da receita que considera cinco etapas: (i) identificação do contrato com o cliente; (ii) identificação da obrigação de desempenho definida no contrato; (iii) determinação do preço da transação; (iv) alocação do preço da transação às obrigações de desempenho do contrato e (v) reconhecimento da receita se e quando a Companhia cumprir as obrigações de desempenho.

Desta forma, a receita é reconhecida somente quando (ou se) a obrigação de desempenho for cumprida, ou seja, quando o "controle" dos bens ou serviços de uma determinada operação é efetivamente transferido ao cliente.

A receita operacional é composta pela receita de fornecimento de energia elétrica faturada e não faturada, receita de construção da infraestrutura, receita de disponibilidade do uso dos sistemas de transmissão e distribuição (TUSD), suprimento de energia a concessionaria (venda de energia na CCEE), receita de constituição e amortização – CVA ativa e passiva e outras receitas operacionais relacionadas aos serviços prestados

A receita de distribuição de energia elétrica é reconhecida no momento em que a energia é fornecida e seu reconhecimento é realizado de forma mensal através da emissão das faturas de contas de energia elétrica conforme prevê o calendário de medição. A receita não faturada é apurada em base estimada, até a data do balanço, reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data da última leitura e a data do encerramento do mês.

A receita de construção da infraestrutura corresponde às receitas e custos apurados durante o período de construção da infraestrutura utilizada na prestação de serviço de distribuição de energia elétrica. As obras são terceirizadas e, neste contexto, a Administração entende que essa atividade gera uma margem muito reduzida não justificando gastos adicionais para mensuração e controle dos mesmos.

As receitas de disponibilidade do uso dos sistemas elétricos de transmissão e distribuição (TUST e TUSD) recebidas pela Companhia de outras concessionárias e de consumidores livres que utilizam a sua rede de distribuição são contabilizadas no mês que os serviços de rede são prestados.

Os registros das operações de compra e venda de energia na CCEE estão reconhecidos pelo regime de competência de acordo com informações divulgadas por aquela entidade ou por estimativa da Administração. A receita de constituição e amortização de CVA ativa e passiva e outros itens componentes é reconhecida no

Notas Explicativas

resultado do exercício, quando os custos efetivamente incorridos forem diferentes daqueles incorporados à tarifa de distribuição de energia.

As receitas com subvenções governamentais vinculadas ao serviço concedido somente sãoreconhecidas quando houver razoável segurança de que esses montantes serão recebidos. São registradas no resultado do exercício em que a Companhia reconhece como receita os descontos concedidos relacionados à subvenção baixa renda bem como outros descontos tarifários.

u. **Benefícios pós-emprego -** a Companhia oferece aos seus colaboradores planos de benefícios previdenciários, assistência médica-hospitalar e outros benefícios pós-emprego. Os planos de benefícios para suplementação de aposentadoria e pensões são classificados nas modalidades benefício definido (BD) e contribuição definida (CD). O valor presente das obrigações dos planos de benefício definido é calculado anualmente por um atuário qualificado através do método de crédito unitário projetado, com base em premissas e projeções de taxas de juros, inflação, variação dos benefícios, expectativa de vida, e outras variáveis. A taxa de desconto é o rendimento observado na data de apresentação das demonstrações financeiras para os títulos de dívida e cujas datas de vencimento se aproximem das condições das obrigações da Companhia e que sejam denominadas na mesma moeda na qual os benefícios têm expectativa de serem pagos. Na modalidade de benefício definido quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e os valores justos de quaisquer ativos dos planos são deduzidos. Quando o cálculo atuarial resulta em um benefício, o ativo a ser reconhecido é limitado ao total de quaisquer custos de serviços passados não reconhecidos e o valor presente dos benefícios econômicos disponíveis na forma de reembolsos futuros do plano ou redução nas futuras contribuições aos planos. Na modalidade de contribuição definida, no qual a Patrocinadora paga contribuições fixas para uma entidade separada, não possuindo qualquer responsabilidade sobre as insuficiências atuariais desse plano, as obrigações são reconhecidas como despesas no resultado do exercício em que os serviços são prestados.

A Companhia participa do custeio dos planos de assistência médica-hospitalar aos seus empregados, que efetuam contribuição fixa para o plano, em atendimento a Lei 9.656/98 (que dispõe sobre os planos e seguros privados de assistência à saúde). Conforme previsão dos artigos 30º e 31º da Lei, será garantido o direito à extensão do plano de assistência médica no qual o participante tenha direito enquanto empregado ativo.

Os ganhos e perdas atuariais são contabilizados diretamente em outros resultados abrangentes, líquido de tributos, diretamente no patrimônio líquido.

v. **Demais ativos e passivos (circulante e não circulante) -** os demais ativos e passivos estão demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes rendimentos/encargos incorridos até a data do balanço; e

w. **Demonstração do valor adicionado** – preparada com base em informações obtidas dos registros contábeis, de acordo com o pronunciamento técnico NBC TG 09/CPC 09 – Demonstração do Valor Adicionado. Tem por finalidade evidenciar a riqueza criada pela Companhia e sua distribuição durante determinado período e é apresentada conforme requerido pela legislação societária brasileira, como parte suplementar às demonstrações financeiras.

3.2. Novos pronunciamentos contábeis emitidos pelo CPC- Comitê de Pronunciamentos Contábeis e pelo *IASB - International Accounting Standards Board*

(i) Normas e interpretações novas e revisadas já emitidas pelo CPC, e ainda não adotadas pela Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 17	Contratos de Seguros.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1	Classificação de passivos como circulante ou não circulante.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis.	1º de janeiro de 2023
Alterações ao IAS 1 e IFRS 2 – Declaração de Prática	Divulgação de políticas contábeis.	IAS 1 (1º de janeiro de 2023) / IFRS 2 – Declaração de prática (sem data de vigência ou exigência de transição)

Notas Explicativas

(ii) Outros pronunciamentos novos ou revisados aplicados pela primeira vez em 2021, os quais não tiveram impacto nas demonstrações financeiras da Companhia:

Normas	Descrição	Aplicação obrigatória: Exercícios anuais com início em ou após
IFRS 9 / CPC 48, IAS 39 / CPC 38; IFRS 7 / CPC 40(R1); IFRS 4 / CPC 11; e IFRS 16 / CPC 06 (R2)	Adição de novos requisitos de divulgação sobre os efeitos trazidos pela reforma da taxa de juros referenciais	1º de janeiro de 2021
IFRS 16 / CPC 06 (R2): Arrendamentos	Em 31 de março de 2021, o IASB estendeu até 30 de junho de 2022, a aplicação do expediente prático do IFRS 16, em decorrência de benefício concedidos à arrendatários ("lease concessions") em decorrência da pandemia de COVID-19.	31 de março de 2021

A Companhia também avaliou os demais pronunciamentos contábeis emitidos, alterados e/ou substituídos, mas que ainda não efetivos para o exercício e não identificou qualquer impacto ou alterações nas demonstrações financeiras da Companhia.

4. Informações por segmento

Um segmento operacional é um componente que desenvolve atividades de negócio das quais pode obter receitas e incorrer em despesas, incluindo receitas e despesas relacionadas com transações com outros componentes da Companhia. Todos os resultados operacionais dos segmentos são revistos frequentemente pela Administração para decisões sobre os recursos a serem alocados ao segmento e para avaliação de seu desempenho, e para o qual estão disponíveis nas demonstrações financeiras.

Os resultados de segmentos que são reportados à Administração incluem itens diretamente atribuíveis ao segmento, bem como aqueles que podem ser alocados em bases razoáveis.

A Companhia atua somente no segmento de distribuição de energia elétrica em 141 municípios do Estado do Mato Grosso, e sua demonstração do resultado reflete essa atividade.

5. Caixa e equivalente de caixa, aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados

5.1. Caixa e equivalente de caixa

A carteira de aplicações financeiras é constituída por operações compromissadas. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2021 equivale a 85,0% do CDI (105,0% do CDI em 2020).

Descrição	2021	2020
Caixa e depósitos bancários à vista	**61.274**	**46.075**
Aplicações financeiras de liquidez imediata	**16.000**	**304.899**
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	-	304.899
Operações compromissadas	16.000	-
Total de caixa e equivalentes de caixa - circulante (1)	**77.274**	**350.974**

(1) As aplicações financeiras apresentadas possuem liquidez diária e são resgatáveis pela taxa de contratação.

5.2. Aplicações no mercado aberto e recursos vinculados

A carteira de aplicações financeiras é formada, principalmente, por Fundos de Investimentos Exclusivos, compostos por diversos ativos visando melhor rentabilidade com o menor nível de risco, tais como: títulos de renda

Notas Explicativas

fixa, notas do tesouro nacional, CDB´s, LFT, entre outros. A rentabilidade média ponderada da carteira em 31 de dezembro de 2021 equivale a 115,0% do CDI (86% do CDI em 2020).

Descrição	2021	2020
Avaliadas ao valor justo por meio do resultado		
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	40.066	86.301
Fundos de Investimentos (1)	182	14.341
Fundo de investimentos exclusivos (2)	**229.779**	**1.390.976**
Cédula de Crédito Bancário (CCB)	179	894
Certificados de Depósito Bancário (CDB's)	1.424	10.925
Fundo de Renda Fixa	70.230	231.597
Títulos Públicos	-	118.342
Fundo Multimercado	2.336	8.871
Letra financeira do tesouro (LFT)	71.513	259.523
Letra financeira (LF)	26.249	63.662
Letra financeira (LFP)	281	-
Letra financeira (LFS)	-	488.214
Letra Tesouro Nacional (LTN)	4.425	18.656
Nota do Tesouro Nacional (NTNB)	50.818	173.906
Nota do Tesouro Nacional (NTNF)	2.324	16.386
Fundo de investimento em direitos creditórios (FIDC) (3)	56.729	62.052
Total de aplicações no mercado aberto e recursos vinculados (4)	**326.756**	**1.553.670**
Circulante	270.027	1.491.618
Não circulante	56.729	62.052

(1) Fundos de Investimentos - inclui fundos classificados como Renda Fixa e Multimercado e são remunerados de 107,7% a 170,5% e média ponderada 163,2% do CDI (35,5% a 103,7% em 2020).

(2) Fundos de investimentos exclusivos - inclui aplicações em CDB, CCB, Fundos de Renda Fixa, Títulos Públicos, Fundo Multimercado, LFT, LF, LFP, LFS, LTN, NTNB e NTNF são remuneradas 107,0% do CDI Fundo BTG Zona da Mata, (113,5% em 2020) do CDI Fundo FI Energisa, 107,0% (63,5% em 2020) do CDI Fundo Zona da Mata, 138,0% do CDI Fundo MAG Zona da Mata e 117,3% do CDI Fundo Cataguases.

(3) Fundo de investimentos em direitos creditórios – refere-se ao FIDC Energisa Centro Oeste com vencimento em 01/10/2034.

(4) Inclui, R$97.002 (R$128.595 em 2020) referente a recursos vinculados a fundo de investimento em direitos creditórios, Programa Luz para todos, bloqueios judiciais e outros, conforme segue:

Recursos vinculados	2021	2020
Fundo de investimento em direitos creditórios - FIDC	56.729	62.052
Programa Luz para todos	39.236	65.641
Bloqueios judiciais	304	346
Outros	733	556
Total	**97.002**	**128.595**

6. Consumidores e concessionárias

Englobam, o fornecimento de energia elétrica faturada, não faturada, serviços prestados, acréscimos moratórios e outros. A energia não faturada é apurada por estimativa reconhecida pelo regime de competência, tendo por base o consumo médio diário individualizado, entre a data do encerramento da última leitura e a data das demonstrações financeiras.

	Saldos a vencer	Saldos vencidos	PPECLD (3)	Total

Notas Explicativas

	Até 60 dias	Mais de 60 dias	Até 90 dias	91 a 180 dias	181 a 360 dias	Há mais de 360 dias		2021	2020
Valores correntes:									
Residencial	145.526	-	188.679	39.216	6.805	13.329	(66.544)	327.011	279.937
Industrial	51.654	-	20.626	3.919	4.955	24.001	(24.001)	81.154	76.435
Comercial	86.392	-	45.103	8.048	7.227	24.244	(31.525)	139.489	123.574
Rural	66.707	-	35.734	10.008	11.761	6.270	(8.028)	122.452	112.117
Poder público	36.818	-	2.828	549	581	6.052	(6.129)	40.699	28.711
Iluminação pública	24.023	-	1.433	1.187	1.712	3.077	(3.528)	27.904	4.378
Serviço público	17.283	-	7.376	1.051	605	63.285	(72.148)	17.452	19.788
Fornecimento não faturado	669.197	-	-	-	-	-	-	669.197	426.825
Arrecadação Processo Classificação	14.676	-	-	-	-	-	-	14.676	29.679
Valores renegociados:									
Residencial	23.139	52.292	17.137	8.351	6.412	32.562	(66.161)	73.732	61.913
Industrial	2.728	8.996	2.096	514	553	5.264	(9.808)	10.343	13.194
Comercial	5.298	31.869	3.913	2.057	2.383	10.919	(32.704)	23.735	24.568
Rural	3.769	6.745	2.474	1.117	1.455	3.084	(9.291)	9.353	7.868
Poder público (1)	8.825	94.409	51	10	2	1.367	(2.416)	102.248	107.387
Iluminação pública	1.005	10.745	108	17	15	64	(306)	11.648	9.397
Serviço público	174	433	61	6	-	3.277	(3.282)	669	4.004
(-) Ajuste a valor Presente (2)	(647)	(37.939)	-	-	-	-	-	(38.586)	(25.448)
Subtotal -clientes	**1.156.567**	**167.550**	**327.619**	**76.050**	**44.466**	**196.795**	**(335.871)**	**1.633.176**	**1.304.327**
Suprimento Energia - Moeda Nacional (4)	56.665	-	-	-	-	-	-	56.665	53.021
Redução do uso do sistema de distribuição (5)	-	-	-	-	-	12.201	-	12.201	12.201
Outros (6)	713	-	306.647	27.625	1.231	234.660	(84.562)	486.314	309.380
Total	**1.213.945**	**167.550**	**634.266**	**103.675**	**45.697**	**443.656**	**(420.433)**	**2.188.356**	**1.678.929**
Circulante								1.582.323	1.241.857
Não Circulante								606.033	437.072

(1) Valores renegociados - Poder Público - inclui R$85.349 (R$86.271 em 2020), referente a renegociação realizada em 03 de agosto de 2016 em que foi assinado com a Companhia de Saneamento da Capital (SANECAP) o Termo de Confissão, Assunção e Parcelamento de Dívidas referente a fornecimento de energia elétrica, liquido de juros, correção monetária e multas, que está sendo recebido em parcelas equivalentes a 50% do valor pago mensalmente pela Companhia de Saneamento para o Município de Cuiabá, iniciada em 31 de dezembro de 2016. Sobre o saldo devedor incide juros de 0,5% ao mês limitado ao valor da parcela da outorga até o final da concessão da SANECAP (abril/2042).

(2) Ajuste a valor presente- calculado para os contratos renegociados sem a incidência de juros e/ou para aqueles com taxa de juros de IPCA ou IGPM. Para o desconto a valor presente foi utilizado a taxa média anual de CDI 8,76% a.a. (1,90% a.a. em 2020).

(3) Provisão para perdas esperadas de crédito de liquidação duvidosa (PPECLD) – a provisão é constituída com base na perda esperada, utilizando uma abordagem simplificada de reconhecimento, em taxas de perdas históricas, probabilidade futura de inadimplência e na melhor expectativa da administração.

Segue as variações das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa:

	2021	2020
Saldos iniciais - circulante - 2020 e 2019	**451.547**	**381.100**
Provisões constituídas no exercício (*)	57.495	147.585
Baixa de contas de energia elétrica – incobráveis	(77.318)	(77.138)
Saldos finais - circulante - 2021 e 2020	**431.724**	**451.547**
Alocação:		
Consumidores e concessionárias	420.433	271.365
Títulos de créditos a receber (vide nota explicativa nº 7) (*)	1.625	61.535
Outros créditos (vide nota explicativa nº 11) (*)	9.666	118.647

(*) Do total das perdas esperadas com créditos de liquidação duvidosa apuradas no exercício de 31 de dezembro de 2021 de R$57.495, os principais impactos foram de reversão de provisão de R$102.985 oriundos das operações do FIDC realizadas no primeiro trimestre do exercício, constituição de provisão de R$81.191 referente a parcela em controvérsia do contas a receber do ICMS Demanda, contabilizados em contrapartida de Outros resultados (vide nota explicativa nº 30 – Outros resultados), e de constituição de provisão de R$2.192 relacionado ao ICMS Geração Distribuída registrado em Outras despesas financeiras.

Notas Explicativas

(4) Inclui energia vendida na Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE.

Composição do saldo da CCEE	2021	2020
Créditos a vencer	56.665	53.021
Sub-total créditos CCEE	**56.665**	**53.021**
(-) Aquisições de energia na CCEE (*)	(38.050)	(126.924)
(-) Encargos de serviços do sistema (*)	(160.103)	(14.696)
Total débitos CCEE	**(141.488)**	**(88.599)**

(*) vide nota explicativa nº 18 – Fornecedores

(5) Redução do uso do sistema de distribuição - os valores objetivaram recompor a receita da Companhia referente à disponibilização da rede de distribuição aos consumidores livres, geradoras e fontes incentivadas. Para o saldo remanescente de R$12.201 (R$12.201 em 2020) registrado no ativo não circulante, que se encontra suspenso por liminares, a Companhia possui o mesmo valor registrado em contrapartida no passivo não circulante na conta de Outros Passivos (nota explicativa n° 26 – Outros passivos).

(6) Outros - inclui serviços taxados e outros valores a receber e/ou a pagar aos consumidores, basicamente é como segue:

ICMS incidente sobre a TUSD: inclui R$397.982 (R$309.288 em 2020), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de Imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS em impostos e contribuições sociais no passivo não circulante (Vide nota explicativa nº 22).

ICMS Demanda: inclui R$81.191 de ICMS incidente sobre a demanda de energia decorrentes de autuações do Estado sob o argumento de que a Companhia cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS. Em 23 de setembro de 2021 a Companhia firmou o Termo de Acordo Extrajudicial -TAE com o Estado, resultando no pagamento, a vista, do débito integral com a adesão ao REFIS. A Companhia irá ingressar com medidas administrativas e judiciais para a recuperação dos valores pagos, para regresso contra os consumidores que efetivamente se beneficiaram das decisões judiciais para não recolhimento do ICMS. O montante dessa transação foi de R$89.350, como a Administração entende que a confirmação se dará pela ocorrência ou não de um ou mais eventos futuros incertos não totalmente sob controle da entidade, constituiu-se uma provisão para perda esperada no valor de R$81.191 e a diferença de R$8.159 foi reconhecida com perda efetiva. Vide notas explicativas nº 22 – Impostos e Contribuições sociais e nº 30 – Outros resultados.

ICMS Geração Distribuída: parcela do ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição, utilizados pelos consumidores de geração distribuída (GD) no valor de R$101.809 deduzido de provisão de perdas esperada estimada em R$2.192. A realização do ativo se dará pela cobrança dos valores a serem efetuados junto aos consumidores.

7. Títulos de créditos a receber

	2021	2020
Processo execução de precatórios P M de Cuiabá (1)	183	5.981
Precatório de Órgãos Públicos Municipais (2)	7.573	69.664
Outros títulos a receber (3)	1.625	1.625
(-) Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa (*)	(1.625)	(61.535)
(-) AVP – Precatório (1)	-	(9)
Total	**7.756**	**15.726**
Circulante	536	7.272
Não circulante	7.220	8.454

(*) Incluído no total apresentado como redutora no ativo não circulante.

(1) Ação de Execução (processo nº 383/2001 – 3ª Vara de Fazenda Pública – Cuiabá) ajuizada em desfavor do Município de Cuiabá, que deu origem ao Precatório Requisitório nº 13.699/2004/TJMT. O montante dos títulos encontra-se em processo de recebimento, tendo sido já recebidos 66 parcelas, restando 1 parcela corrigida pela taxa de 0,5% ao mês.

(2) Referem-se a títulos precatórios de Órgãos Públicos Municipais, que após condenação judicial definitiva dos devedores, resultou na expedição dos precatórios conforme ordem emanada do Poder Judiciário, e expedição de requisições de pagamentos, para cobrar dos municípios dívidas relacionadas a débitos de contas de energia elétrica.

Prefeituras	2021	2020
Prefeitura Municipal de Juscimeira (*)	7.573	7.457

Notas Explicativas

Prefeitura Municipal de Alta Floresta (**)	-	2.297
Prefeitura Municipal de Cáceres (**)	-	4.021
Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG (**)	-	55.889
Total	**7.573**	**69.664**

(*) Os títulos precatórios da Prefeitura Municipal de Juscimeira foram renegociados em 10 de agosto de 2020, com homologação na Central de Precatórios. O valor foi de R$8.456, com entrada de R$1.000 e parcelamento do saldo remanescente em 250 parcelas, corrigidas pela taxa de 0,4% ao mês. Conforme o acordo, o recebimento das parcelas foi iniciado em abril/2021, mas por uma divergência na interpretação do acordo, o município de Juscimeira vem depositando a parcela menor que o valor acordado. A Companhia apresentou petição com os esclarecimentos do cálculo e aguarda decisão judicial. Durante o exercício foram recebidas 9 parcelas, com valores inferiores ao acordado.

(**) Os títulos foram cedidos ao FIDC em janeiro de 2021, vide nota explicativa nº 30 - Outros resultados.

(3) Refere-se aquisição de créditos de carbono realizado em 16 de julho de 2008 junto Companhia Técnica e Comercialização de Energia S/A, apresentando em 31 de dezembro de 2021 o saldo de R$1.625 (R$1.625 em 2020) encontra-se totalmente provisionado.

Em 31 de dezembro de 2021 os vencimentos dos títulos de créditos são como segue, apresentados líquido do ajuste a valor presente:

	2021
2022	446
2023	516
Após 2024	8.419
Total	**9.381**

8. Tributos a recuperar

	2021	2020
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS	69.290	45.663
Imposto de Renda Pessoa Jurídica - IRPJ	102.976	73.369
Contribuição Social Sobre o Lucro - CSSL	20.520	14.609
Contribuições ao PIS e a COFINS	38.115	35.083
Efeitos da Redução do ICMS na base de Cálculo PIS e COFINS (*)	1.254.231	-
Outros	3.029	3.028
Total	**1.488.161**	**171.752**
Circulante	177.304	128.263
Não circulante	1.310.857	43.489

(*) Em 13 de maio de 2021 o STF finalizou o julgamento e decidiu em plenário que a exclusão do ICMS da base de cálculo do PIS e COFINS é de fato válida a partir de 15 de março de 2017, data em que foi fixada a tese de repercussão geral no julgamento do RE nº 574706, além de consolidar o entendimento de ser o ICMS a ser excluído da base de cálculo é o destacado nas notas fiscais e não o recolhido, o que proporcionou o reconhecimento contábil de créditos de R$1.254.231 e de obrigações de R$1.240.193 (vide nota explicativa nº 23 - Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins, oriundos de ação judicial transitada em julgado, em 21 setembro de 2021. Os valores foram devidamente atualizados pela aplicação da variação da taxa Selic, que montou em R$273.387, contabilizados em outras receitas financeiras na demonstração do resultado do exercício. A habilitação dos créditos encontra-se em fase de aprovação junto à Receita Federal do Brasil e após o respectivo deferimento, terá início a utilização dos créditos nas compensações de débitos tributários federais da mesma natureza.

Referem-se a créditos tributários de saldos negativos de imposto de renda e de contribuição social sobre o lucro, ICMS sobre aquisição de bens para o ativo intangível/imobilizado e/ou recolhimentos de impostos e contribuições efetuados a maior, que são recuperados ou compensados com apurações de tributos em exercícios posteriores, de acordo com forma prevista na legislação vigente aplicável.

9. Reajuste, Revisões Tarifárias e outros assuntos regulatórios

9.1. Reajuste tarifário:

Notas Explicativas

Os valores das tarifas serão reajustados em periodicidade anual e a receita da concessionária será dividida em duas parcelas: Parcela A (composta pelos custos não gerenciáveis) e Parcela B (custos operacionais eficientes e custos de capital). O reajuste tarifário anual tem o objetivo de repassar os custos não gerenciáveis e atualizar monetariamente os custos gerenciáveis.

A ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.856/2021, de 22 de abril de 2021, aprovou o reajuste tarifário da Companhia, em vigor a partir de 22 de abril de 2021, cujo impacto tarifário médio a ser percebido pelos consumidores foi um aumento de 8,9%.

9.2. Revisão tarifária:

A revisão tarifária periódica ocorre a cada 5 anos e neste processo, a ANEEL procede ao recálculo das tarifas, considerando as alterações na estrutura de custos e mercado da concessionária, estimulando a eficiência e a modicidade das tarifas. Os reajustes e as revisões são mecanismos de atualização tarifária, ambos previstos no contrato de concessão. A Concessionária também pode solicitar uma revisão extraordinária sempre que algum evento provoque significativo desequilíbrio econômico-financeiro da concessão.

Em 03 de abril de 2018, a ANEEL, através da Resolução Homologatória nº 2.379 e Nota Técnica nº 69/2018-SGT/ANEEL, homologou o resultado da quarta revisão tarifária periódica da Companhia, em vigor desde 08 de abril de 2018. O impacto tarifário médio percebido pelos consumidores foi um aumento médio de 11,53%.

9.3. Bandeiras tarifárias:

A partir de 2015, as contas de energia passaram a trazer o sistema de Bandeiras Tarifárias.

As Bandeiras Tarifárias têm como finalidade sinalizar aos consumidores as condições de geração de energia elétrica no Sistema Interligado Nacional -SIN, por meio da cobrança de valor adicional à Tarifa de Energia – TE.

O sistema de Bandeiras Tarifárias é representado por:

- Bandeira Tarifária Verde;
- Bandeira Tarifária Amarela;
- Bandeira Tarifária Vermelha, segregada em Patamar 1 e 2;
- Bandeira Escassez Hídrica.

A tarifa sofre acréscimo a cada 100 quilowatt-hora (kWh) consumido no mês, conforme valores estabelecidos na tabela abaixo.

Bandeira	Anterior R$/Kwh (1)	Atual R$/Kwh (2) REH nº2.888/2021 (*)	Atual R$/Kwh Resolução nº 3/2021	Variação total (2) / (1)
Verde	-	-	-	0%
Amarela	1,34	1,87	-	40%
Vermelha 1	4,17	3,97	-	-5
Vermelha 2	6,24	9,49	-	52
Escassez Hídrica (*)	-	-	14,20	-

(*) A ANEEL aprovou, em 30 de junho de 2021, por meio da Resolução Homologatória nº 2.888, os novos adicionais da Bandeira Tarifária, em vigor a partir de 01 de julho de 2021.

Em 31 de dezembro de 2021 e 2020 as bandeiras tarifárias vigoraram da seguinte forma:

Mês	2021	2020
Janeiro	Amarela	Amarela
Fevereiro	Amarela	Verde
Março	Amarela	Verde
Abril	Amarela	Verde

Notas Explicativas

Maio	Vermelha Patamar 1	Verde
Junho	Vermelha Patamar 2	Verde
Julho	Vermelha Patamar 2	Verde
Agosto	Vermelha Patamar 2	Verde
Setembro	Escassez Hídrica	Verde
Outubro	Escassez Hídrica	Verde
Novembro	Escassez Hídrica	Verde
Dezembro	Escassez Hídrica	Vermelha Patamar 2

Bandeira Escassez Hídrica:

A Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética – CREG, através da Resolução nº 3 de 31 de agosto de 2021, determinou a ANEEL a implementação de patamar específico de Bandeira Tarifária, denominada Bandeira de Escassez Hídrica, nos termos do Decreto nº 8.401, de 4 de fevereiro de 2015, no valor de R$142,00/MWh (cento e quarenta e dois reais por megawatt-hora), que passa a vigorar no período de setembro de 2021 a abril de 2022.

A Bandeira Escassez Hídrica não se aplica aos consumidores inscritos na Tarifa Social de Energia Elétrica - TSEE, os quais devem permanecer na sistemática das Bandeiras Tarifárias, conforme os valores aprovados na Resolução Homologatória ANEEL nº 2.888, de 29 de junho de 2021.

9.4. Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica

Foi instituído através da Resolução nº 2, de 31 de agosto de 2021 da Câmara de Regras Excepcionais para Gestão Hidroenergética do Ministério de Minas e Energia o Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica para unidades consumidoras dos grupos A e B no mercado regulado do Sistema Interligado Nacional - SIN, vinculado ao Ministério de Minas e Energia, com o objetivo de estabelecer medidas emergenciais para o enfrentamento da atual situação de escassez hídrica, a fim de garantir a continuidade e a segurança do suprimento eletroenergético no País.

O Programa foi implementado mediante a concessão de bônus em fatura, no valor de R$50,00 (cinquenta reais) para cada 100 (cem) kWh, em contrapartida da redução média verificada do consumo de energia elétrica em montante igual ou superior a 10% (dez por cento), por unidade consumidora do ambiente de contratação regulada, limitado a 20% (vinte por cento). O percentual de redução do consumo será aplicado sobre o montante apurado com base no consumo médio de cada unidade consumidora nas faturas referentes às competências de setembro a dezembro de 2020, desde que possuam histórico de medição. E será aplicado às unidades consumidoras do grupo B pertencentes às classes de consumo residencial, industrial, comércio, serviços e outras atividades, rural e serviço público e para as unidades consumidoras do grupo A pertencentes às classes de consumo poder público, iluminação pública e consumo próprio.

O primeiro estágio do Programa de Incentivo à Redução Voluntária do Consumo de Energia Elétrica vigerá por quatro ciclos de faturamento, contados a partir de 1º de setembro de 2021.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foram apurados R$69.345 em bônus de redução voluntária do consumo a serem repassados aos consumidores, cuja obrigação foi reconhecida na rubrica de Outros passivos circulante - Bônus de redução voluntária de consumo (vide nota explicativa nº 26), tendo como contrapartida uma redução na receita operacional. Por outro lado, o direito de ressarcimento da Companhia pelo bônus concedido foi reconhecido na rubrica de Reembolsos do Fundo CDE no grupo de Outros créditos no ativo circulante (vide nota explicativa nº 11) e, tendo como contrapartida uma rubrica de receita operacional de forma a gerar o equilíbrio econômico-financeiro da concessão.

9.5. Outros assuntos regulatórios - Sobrecontratação

O Brasil vivencia uma situação de sobrecontratação de energia generalizada desde o ano de 2016, que tem afetado grande parte das empresas distribuidoras de energia elétrica do país. Por um lado, além das incertezas no crescimento da demanda por razões econômicas, o mercado regulado passou a ser extremamente afetado pelo aumento no volume das migrações dos consumidores cativos para o mercado livre e pelo crescimento da geração

Notas Explicativas

distribuída. De outro lado, dado o modelo centralizado de contratação, a carteira das distribuidoras carrega contratos de longo prazo com pouca flexibilidade. Ainda assim, de maneira geral e como resultado das estratégias de gestão de portfólio, a administração da Companhia encontra-se bem posicionada.

Neste contexto, a metodologia de apuração dos resultados de sobrecontratação vem sendo discutida entre a ANEEL e as Distribuidoras desde o encerramento do ano civil de 2016, por consequência impedindo a homologação dos valores para os anos de 2016 a 2021.

No âmbito deste processo, destaca-se abaixo o histórico recente:

1. Em 08 de abril de 2021, a Procuradoria Federal junto à ANEEL se manifestou contrariamente ao posicionamento exarado, até então, pela área técnica e diretoria, tendo, no âmbito do Parecer n. 00079/2021/PFANEEL/PGF/AGU, opinado pela necessidade de alterações dos valores dos montantes de involuntariedade originalmente calculados, diante de análises aprofundadas dos seguintes pontos: (i) possibilidade ou não de aplicação do critério econômico na avaliação da sobrecontratação involuntária; (ii) diferenciação do conceito do máximo esforço para exposição e sobrecontratação involuntárias; e (iii) possibilidade de avaliação retroativa de migrações de consumidores livres e especiais ao ACL;

2. Ato seguinte, em 26 de novembro de 2021, e em atendimento à análise da Procuradoria Federal da ANEEL, foi publicada pela Superintendência de Regulação Econômica e Estudos de Mercado - SRM da ANEEL a Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL, contendo a nova metodologia de apuração e valores de involuntariedades, bem como recomendando a apreciação da matéria pela Diretoria da Agência.

Analisando esta última proposta, a Companhia entendeu haver maior aderência entre os resultados esperados e aqueles obtidos pelo novo entendimento da ANEEL, sem prejuízo de novos pleitos junto à agência para adequação de pontos ainda divergentes. Desta forma, com base na metodologia trazida pela área técnica da ANEEL por meio da Nota Técnica nº 121/2021-SRM/SGT/ANEEL a Administração revisitou as suas estimativas e premissas quanto aos ativos e passivos financeiros setoriais referente a sobrecontratação de energia dos exercícios de 2016 a 2021, proporcionalizando um efeito negativo na demonstração do resultado do exercício de R$75.600.

Dos valores reconhecidos no resultado do exercício, o montante de R$73.900, foi contabilizado na receita operacional bruta - constituição e amortização CVA ativa e passiva e R$1.700 referente a atualização financeira devedora, registrado em despesas financeiras na rubrica de atualização financeira - Passivos financeiros setoriais.

10. Ativos e passivos financeiros setoriais

Referem-se aos ativos e passivos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados pela Parcela A e outros componentes financeiros, que são incluídos nas tarifas no início do período tarifário e aqueles efetivamente incorridos ao longo do período de vigência da tarifa. Os valores são realizados quando do início da vigência de outros períodos tarifários ou extinção de concessão com saldos apurados e não recuperados, os quais serão incluídos na base de indenização.

Os valores reconhecidos de ativos e passivos financeiros setoriais tiveram a contrapartida a receita de venda de bens e serviços.

Os aditivos contratuais emitidos pela ANEEL, veem garantir que os valores de CVA e outros itens financeiros serão incorporados no cálculo da indenização, quando da extinção da concessão.

A Companhia contabilizou as variações destes custos como ativos e passivos financeiros setoriais, conforme demonstrado a seguir:

Ativos Financeiros Setoriais	Saldo em 2020	Receita Operacional	Resultado financeiro	Transferência	Saldo em 2021	Valores em Amortização	Valores em Constituição	Circulante	Não circulante

Notas Explicativas

		Adição	Amor-tização	Remu-neração						
Itens da Parcela A (1)										
Energia elétrica comprada para revenda	-	(125.684)	-	5.196	175.269	54.781	-	54.781	40.021	14.760
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	1.563	5.155	(4.312)	44	(218)	2.232	1.845	387	2.128	104
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	17.439	95.945	-	2.365	(30.968)	84.781	-	84.781	61.937	22.844
Encargo de serviços de sistema ESS (2)	52.671	331.815	(57.698)	1.999	(5.259)	323.528	27.960	295.568	243.889	79.639
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	1.537	2.373	-	51	(3.610)	351	-	351	256	95
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	13	25.738	-	35	(25.786)	-	-	-	-	-
Componentes financeiros										
Sobrecontratação de energia (4)	4.469	207.780	-	(2.252)	(160.357)	49.640	-	49.640	36.265	13.375
CUSD	22	(215)	-	(14)	207	-	-	-	-	-
Exposição de submercados (5)	4.658	17.900	(78.062)	951	70.978	16.425	8.534	7.891	14.299	2.126
Neutralidade	-	544	-	155	(699)	-	-	-	-	-
Garantias	323	314	(289)	8	-	356	82	274	281	75
Saldo a compensar ((6)	-	6.329	(2.626)	113	(1.582)	2.234	1.022	1.212	1.907	327
Outros Financeiros (9)	-	289.003	-	22.307	(28.675)	282.635	-	282.635	207.527	75.108
Efeitos postergação tarifárias (8)	-	-	-	(128)	128	-	-	-	-	-
Total Ativo	**82.695**	**856.997**	**(142.987)**	**30.830**	**(10.572)**	**816.963**	**39.443**	**777.520**	**608.510**	**208.453**

Passivos Financeiros Setoriais	Saldo em 2020	Receita Operacional		Resultado financeiro	Trans-ferência	Saldo em 2021	Valores em Amor-tização	Valores em Consti-tuição	Circu-lante	Não circu-lante
		Adição	Amortização	Remu-neração						
Itens da Parcela A (1)										
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	23.378	17.346	6.910	348	(25.786)	22.196	1.265	20.931	16.557	5.639
Programa Incentivo Fontes Alternativas de Energia – PROINFA	-	218	-	-	(218)	-	-	-	-	-
Encargo de serviços de sistema ESS (2)	-	5.259	-	-	(5.259)	-	-	-	-	-
Energia elétrica comprada para revenda	67.835	(113.074)	(95.787)	(2.978)	175.269	31.265	31.265	-	31.265	-
Transporte de Energia Elétrica - Itaipu	2.906	1.822	(464)	(9)	(3.610)	645	645	-	645	-
Transporte de Energia Elétrica Rede Básica	27.575	2.770	3.741	-	(30.968)	3.118	3.118	-	3.118	-
Componentes financeiros										
Neutralidade da Parcela A (3)	35.498	2.667	(30.137)	129	(699)	7.458	7.008	450	7.337	121
Sobrecontratação de energia (4)	11.627	268.839	(36.588)	1.285	(160.357)	84.806	9.206	75.600	9.206	75.600
CUSD	151	2.202	(306)	55	207	2.309	58	2.251	1.702	607
Saldo a compensar (6)	3.367	25	(1.818)	8	(1.582)	-	-	-	-	-
Exposição de submercados (5)	37.525	(70.712)	(37.791)	-	70.978	-	-	-	-	-
Outros Financeiros c	-	55.123	(5.537)	8.239	(23.633)	34.192	2.042	32.150	25.648	8.544
Efeitos postergação tarifárias (8)	5.169	(157)	-	(98)	(4.914)	-	-	-	-	-
Devoluções Tarifárias (7)	133.542	46.488	-	6.065	-	186.095	-	186.095	-	186.095
Total Passivo	**348.573**	**218.816**	**(197.777)**	**13.044**	**(10.572)**	**372.084**	**54.607**	**317.477**	**95.478**	**276.606**
Saldo líquido	**(265.878)**	**638.181**	**54.790**	**17.786**	**-**	**444.879**	**(15.164)**	**460.043**	**513.032**	**(68.153)**

(1) **Valores tarifários não gerenciáveis a compensar da Parcela A (CVA):** a Portaria Interministerial dos Ministros de Estado da Fazenda e de Minas e Energia nº 25, de 24 de janeiro de 2002, estabeleceu a Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" - CVA, com o propósito de registrar as variações de custos, negativas ou positivas, ocorridas no período entre reajustes tarifários anuais, relativos aos itens previstos nos contratos de concessão de distribuição de energia elétrica. Estas variações são apuradas por meio da diferença entre os gastos efetivamente incorridos e os gastos estimados no momento da constituição da tarifa nos reajustes tarifários anuais. Os valores considerados na CVA são atualizados monetariamente com base na taxa SELIC;

(2) **Encargo de Serviço do Sistema - ESS**: representa um encargo destinado à cobertura dos custos dos serviços do sistema, que inclui os serviços ancilares, prestados pelos usuários do Sistema Interligado Nacional – SIN;

(3) **Neutralidade da Parcela A:** refere-se à neutralidade dos encargos setoriais na tarifa, apurando as diferenças mensais entre os valores faturados e os valores inseridos nas tarifas;

(4) **Repasse de sobrecontratação/exposição involuntária de energia**: a distribuidora deve garantir, por meio de contratos de energia regulados, o atendimento de 100% do seu mercado. Contratações superiores ou inferiores a este referencial implicam na apuração, pela ANEEL, com aplicação nos processos de reajustes e revisões tarifárias, dos custos de repasse de aquisição do montante de sobrecontratação, limitado aos 5% em relação à carga anual regulatória de fornecimento da distribuidora e do custo da energia referente à exposição ao mercado de curto prazo;

Notas Explicativas

(5) **Exposição de submercados**: representa o resultado financeiro decorrente das diferenças entre o Preço de Liquidação das Diferenças (PLD) em função das transferências de energia entre Submercados;

(6) **Saldo a Compensar da CVA do ciclo anterior**: conforme previsto no § 4° do artigo 3° da Portaria Interministerial MME/MF n° 25/2002, verifica-se se o saldo da CVA em processamento considerado no processo tarifário foi efetivamente compensado, levando-se em conta as variações ocorridas entre o mercado de energia elétrica utilizado na definição daquele processo tarifário e o mercado verificado nos 12 meses da compensação, bem como a diferença entre a taxa de juros projetada e a taxa de juros SELIC verificada;

(7) **Devoluções Tarifárias**: referem-se a receitas de ultrapassagem de demanda e excedentes de reativos auferidas a partir do 4º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (4CRTP), onde a partir de novembro de 2017, são apropriados nos passivos financeiros setoriais atualizadas mensalmente com aplicação da variação da SELIC e serão amortizadas a partir do início do 5º Ciclo de Revisão Tarifária Periódica (5CRTP);

(8) **Efeitos postergação tarifárias:** devido a pandemia do COVID-19, a Companhia que passou por reajuste tarifário no primeiro semestre, solicitou a ANEEL o diferimento da aplicação do reajuste para 30 de junho de 2020 tendo, em contrapartida, o diferimento do recolhimento das quotas mensais da Conta de Desenvolvimento Energético – CDE em iguais montantes financeiros; e

(9) **Outros financeiros:** considera-se os demais itens financeiros de característica não recorrentes e específico das Distribuidoras, tais como diferimentos financeiros, postergação de aplicação de reajustes das tarifas de energia elétrica e repasse de Compensação DIC/FIC etc.

Postergação de aplicação de reajustes das tarifas de energia elétrica - devido aos altos impactos dos processos tarifários, a Companhia teve sua data de aplicação das novas tarifas postergadas de 08 de abril para o dia 22 de abril de 2021, para que a ANEEL tivesse tempo hábil para analisar todas as ações de mitigação do impacto tarifário. O valor de R$8.646 será repassado aos consumidores no próximo evento tarifário, atualizado pela variação da taxa SELIC, e foram reconhecidos como ativo financeiro setorial.

Repasse dos recursos da Conta de Comercialização de Itaipu – em 22 de novembro de 2021 a Companhia recebeu R$292.298 de recursos da conta de comercialização de Itaipu. O processo de repasse do recurso da Conta de Comercialização de Energia de Itaipu para as concessionárias foi deliberado na Reunião Pública Ordinária da Diretoria da ANEEL ocorrida em 30 de novembro de 2021. O montante recebido foi contabilizado reduzindo a parcela dos ativos financeiros setoriais constituídos e a diferença de R$55.124 foi registrada como um passivo financeiro setorial.

Adesão a conta COVID: a Companhia protocolou em 03 de julho de 2020, correspondência de solicitação da disponibilidade dos recursos da conta COVID no valor máximo de R$377.985, destinados a cobertura total dos ativos e passivos financeiros setoriais.

Despachos	Data entrada de recurso	Valor
Despacho ANEEL nº 2.177 de 24 de julho de 2020	31 de julho de 2020	206.454
Despacho ANEEL nº 2.353 de 11 de agosto de 2020	12 de agosto de 2020	31.347
Despacho ANEEL nº 2.640 de 11 de setembro de 2020	14 de setembro de 2020	41.691
Despacho ANEEL nº 2.914 de 9 de outubro de 2020	13 de outubro de 2020	11.994
Despacho ANEEL nº 3.197 de 11 de novembro de 2020	12 de novembro de 2020	39.830
Despacho ANEEL nº 3.490 de 10 de dezembro de 2020	14 de dezembro de 2020	22.284
Despacho ANEEL nº 3.621 de 21 de dezembro de 2020	28 de dezembro de 2020	24.385
Total recebido		**377.985**

A criação da conta COVID foi instituída pelo Decreto nº 10.350/2020 em 18 de maio de 2020, sob a gestão da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE), com a finalidade específica de contratar e liquidar operações de crédito, destinadas à cobertura total ou parcial, quais sejam: (i) efeitos financeiros da sobrecontratação de energia; (ii) saldo em constituição da Conta de Compensação de Variação de Valores de Itens da "Parcela A" – CVA; (iii) neutralidade dos encargos setoriais; (iv) postergação até 30 de junho de 2020 dos resultados dos processos tarifários de distribuidoras de energia elétrica homologados até a mesma data; (v) saldo não amortizado da CVA reconhecida no último processo tarifário; (vi) saldo não amortizado de diferimentos reconhecidos ou revertidos no último processo tarifário; e (vii) antecipação do ativo regulatório relativo à Parcela B.

O principal objetivo da instituição da conta COVID, decorrente da pandemia, foi postergar para até 5 anos os aumentos nas contas de energia que seriam cobrados em até 1 ano, e também, garantir a liquidez das concessionárias de distribuição que estão impactadas principalmente pela queda de demanda e inadimplência, blindando os demais agentes do setor elétrico, como já mencionamos anteriormente.

De acordo com o artigo 7º da Resolução Normativa ANEEL nº 885/2020, a CCEE é como o garantidor, bem como responsável por todo o processo da operacionalização da conta COVID. Conforme artigo 8º da Resolução Normativa os repasses efetuados pela conta COVID às Concessionárias irão gerar um Contas a Receber na CCEE vinculado ao fundo CDE que será o devedor, e não diretamente das Concessionárias.

Os valores da conta COVID foram incluídos na cobertura tarifária das distribuidoras a partir dos processos tarifários de 2021 e permanecerão pelo tempo necessário de amortização integral das operações financeiras.

11. Outros créditos

	2021	2020

Notas Explicativas

Subvenção Baixa Renda [1]	11.202	10.070
Subvenção CDE - Desconto Tarifário [2]	66.874	71.705
Bônus – Reembolso do Fundo CDE [*]	69.345	-
Banco Daycoval [3]	-	102.985
(-) Provisão para perdas Banco Daycoval [3]	-	(102.985)
Outros créditos a Receber - CELPA [4]	32.497	32.499
(-) Ajuste a Valor presente - CELPA [4]	(10.407)	(10.871)
Ordens de serviço em curso - PEE e P&D	79.295	55.550
Ordens de serviço em curso – Outros	3.852	4.889
Ordem de desativação – ODD [5]	1.415	(3.329)
Sub-rogação CCC [6]	33.346	15.902
Despesas pagas antecipadamente	23.988	32.309
Adiantamentos	12.597	7.317
Créditos a receber de terceiros-alienação de bens e direitos [7]	24.626	18.514
(-) Provisão para perdas [7]	(9.666)	(15.662)
Créditos Eletrobrás – LPT [8]	-	18.365
Aquisição de combustível para conta CCC [9]	10.754	4.417
Outros	6.337	3.373
Total	**356.055**	**245.048**
Circulante	307.409	212.893
Não circulante	48.646	32.155

(*) Vide nota explicativa nº 9.4 - Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica.

(1) **Subvenção - Baixa Renda** - esses créditos referem-se à subvenção da classe residencial baixa renda, das unidades consumidoras com consumo mensal inferior a 220 kWh, desde que cumpridos certos requisitos. Essa receita é custeada com recursos financeiros oriundos da RGR - Reserva Global de Reversão e da CDE - Conta de Desenvolvimento Energético, ambos sob a administração da Câmara de Comercialização de Energia Elétrica - CCEE. O saldo refere-se às provisões de novembro e dezembro de 2021 cuja previsão de recebimento será no próximo trimestre de 2022 e a Administração não espera apurar perdas em sua realização.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2021	2020
Saldo inicial - circulante – 2020 e 2019	**10.070**	**8.307**
Subvenção Baixa Renda	64.516	81.049
Ressarcimentos realizados pela CCEE	(63.384)	(79.286)
Saldo final - circulante -2021 e 2020	**11.202**	**10.070**

(2) **Subvenção CDE - Desconto Tarifário** - refere-se a recursos transferidos às concessionárias autorizados pelo Governo Federal, para fazer frente à Subvenção CDE para os descontos incidentes sobre as tarifas aplicáveis aos usuários do serviço público de distribuição de energia elétrica. Os valores são reconhecidos mensalmente de acordo com o repasse aos clientes em contrapartida a demonstração do resultado do exercício, enquanto os ressarcimentos, efetuados pela CCEE são realizados na forma de duodécimos mensais, calculados no início de cada exercício. Os saldos correspondem às subvenções incorridas, deduzidas das parcelas recebidas. As diferenças integram os cálculos anuais. Os saldos apresentados, após validação da ANEEL, serão reembolsados ao longo do exercício seguinte.

Segue a movimentação ocorrida no exercício:

	2021	2020
Saldos iniciais - circulante – 2020 e 2019	**71.705**	**39.656**
Desconto Tarifário Subvenção Irrigante e Rural	323.294	314.254
Ressarcimento realizados pela CCEE	(328.125)	(282.205)
Saldos finais - circulante - 2021 e 2020	**66.874**	**71.705**

(3) **Banco Daycoval S/A -** refere-se ao valor transferido pelo Banco para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S/A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira. A Administração da Companhia considera essa transferência indevida e ajuizou medida judicial para a recuperação desse valor. A Companhia realizou no mês de janeiro de 2021, alienação do recebível no montante de R$102.985 que se encontrava totalmente provisionado e que foram avaliados a valor justo resultando efeitos no caixa e na demonstração de resultado do período. Vide maiores detalhes da operação do FIDC na nota explicativa nº 30 – Outros resultados.

Notas Explicativas

(4) **Crédito a receber da Centrais Elétricas do Pará S/A - CELPA -** oriundo de transações entre partes relacionadas até a data de alienação para a Equatorial Energia S.A. realizado em 25 de setembro de 2012. Os créditos intragrupo foram parcialmente assumidos pela Rede Power do Brasil S.A., até onde se compensavam, que quitou perante as Partes Relacionadas a parcela do crédito assumido. Do montante inicial da negociação, cerca de 69% foram assumidos pela Rede Power do Brasil S/A e o restante tiveram seus recebimentos iniciados em parcelas semestrais em 31 de dezembro de 2019, com conclusão em setembro de 2034, cujo saldo atualizado é de R$32.497 (R$32.499 em 2020).

(5) **Ordem de desativação - ODD** - refere-se às ordens de desativação em curso, em que os ativos retirados das linhas e redes foram devolvidos aos almoxarifados, porém o processo de fechamento das ordens não foi concluído. A Administração tem efetuado esforços para concluir os trabalhos dos processos objetivando reduzir os saldos.

(6) **Sub-rogação CCC** - a Companhia foi enquadrada na sub-rogação do direito de uso da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC, que contribui para a modicidade das tarifas aos consumidores finais. Para fins de cálculo do benefício, foram aprovados os seguintes projetos com saldos a receber em aberto:

Obra	Status	Valor aplicado	Valor sub-rogado	Recebido	Atualização	A receber	
						2021	2020
Sistema de Transmissão Sapezal / Comodoro	em serviço	36.225	32.254	25.439	22.975	29.790	12.795
Sistema de Transmissão Rondolandia	em serviço	10.203	4.613	4.574	(39)	-	39
Sistema de Transmissão Paranorte	em serviço	6.697	4.915	2.415	1.056	3.556	3.068
Total		**53.125**	**41.782**	**32.428**	**23.992**	**33.346**	**15.902**
Circulante						**6.791**	**5.374**
Não Circulante						**26.555**	**10.528**

O Despacho ANEEL nº 4.722, de 18 de dezembro de 2009, para aplicação nas publicações do exercício de 2009, trata nos itens 53 e 54, a respeito da contabilização do subsídio recebido pela concessionária, oriundo do fundo da CCC em virtude de obras que visam à desativação de usinas térmicas e consequente redução de óleo diesel no processo de geração de energia em nosso país.

O mencionado Despacho determina que todos os valores já recebidos ou aprovados sejam registrados no grupo de contas "223 - Obrigações Especiais Vinculadas à Concessão do Serviço Público de Energia Elétrica". Dentro desse grupo é feita a segregação dos valores já efetivamente recebidos e dos valores pendentes de recebimento, aprovados pelo órgão regulador.

(7) **Créditos a receber de terceiros** - refere-se a uso mútuo de poste e venda de sucatas. Inclui R$9.666 (R$15.662 em 2020) de provisão para perdas esperada de créditos de liquidação duvidosa.

(8) **Créditos Eletrobrás - LPT** – refere-se a créditos a receber das Centrais Elétricas Brasileiras S/A – Eletrobrás em função do Contrato nº ECFS-348/2014, firmando em 07 de agosto de 2014. O montante diz respeito às liberações finais da 6ª Tranche da subvenção econômica prevista no citado instrumento, cujos recursos são provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético (CDE), e que se destinam a aplicação integral no âmbito do Programa Luz Para Todos, tendo como contrapartida a conta de Obrigações vinculadas à concessão e permissão do serviço público de energia elétrica. Em março de 2021 o ativo foi baixado em contrapartida da conta de obrigações especiais pendente de recebimento pelo encerramento da 6º Tranche do Programa.

(9) **Aquisição de combustível para a conta CCC** - trata-se de direitos de ressarcimento correspondentes ao custo de geração total, cujos gastos totais ultrapassaram o valor do ACRmed (custo coberto pelos consumidores da concessão). Os valores estabelecidos para o ano de 2021 foi de R$253,50/MWh e em 2020 correspondia a R$306,55/ MWh. A metodologia de apuração é estabelecida pela Lei nº 12.111/2017 regulamentada pela ANEEL por meio da Resolução Normativa nº 801/2017.

12. Transações com partes relacionadas

A Companhia é controlada pela Rede Energia Participações S/A, (57,68% do capital total), que por sua vez detém o controle acionário das companhias:

- Energisa Mato Grosso do Sul - Distribuidora de Energia S/A (EMS);
- Energisa Tocantins - Distribuidora de Energia S/A (ETO);
- Energisa Sul Sudeste - Distribuição de Energia S/A (ESS);
- Multi Energisa Serviços S/A;
- Rede Power do Brasil S/A (REDE POWER);
- Companhia Técnica e Comercialização de Energia (CTCE); e
- QMRA Participações S/A.

Notas Explicativas

A Energisa S/A, por meio das participações nas sociedades Energisa Transmissão de Energia S/A (ETE), Alsol Energias Renováveis S/A e Energisa Participações Minoritárias S/A (EPM), possui participação nas seguintes Companhias, como segue:

Controladas diretas da Energisa S/A:

- Energisa Paraíba - Distribuidora de Energia S/A (EPB);
- Energisa Borborema - Distribuidora de Energia S/A (EBO);
- Energisa Sergipe - Distribuidora de Energia S/A (ESE);
- Energisa Nova Friburgo - Distribuidora de Energia S/A (ENF);
- Energisa Rondônia - Distribuidora de Energia S/A (ERO);
- Energisa Acre - Distribuidora de Energia S/A (EAC);
- Energisa Soluções S/A (ESOL);
- Energisa Soluções e Construções em Linhas e Redes S/A;
- Energisa Comercializadora de Energia Ltda; e
- Voltz Capital S/A.

Controladas diretas da Energisa Transmissão de Energia S/A:
- Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A;
- Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A;
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia S/A;
- Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A; e
- Energisa Tocantins Transmissora de Energia II S/A.

Controlada direta da Alsol Energias Renováveis S/A:
- Laralsol Empreendimentos Energéticos Ltda. (Laralsol); e
- URB Energia Limpa Ltda.

Transações efetuadas durante o exercício pela Companhia:

		Serviços contratados (Despesas/ Projetos)	Disponibilização do sistema de transmissão e distribuição Receita/(Despesa)	Outros resultados - receita	Debêntures (Despesa) financeira) [4]	Saldo a pagar - Fornecedores	Saldo a pagar Debêntures [4]	Saldo a receber/(pagar) - Disponibilização de sistema de transmissão e distribuição
Energisa S/A [1] [4]		(58.541)	-	-	(36.217)	(6.640)	(266.444)	-
Multi Energisa Serviços S/A [2]		(9.286)	-	-	-	(1.528)	-	-
Energisa Soluções S/A [3]		(13.041)	-	-	-	(564)	-	-
Energisa Soluções Construções em Linhas e Redes S/A [3]		(53.722)	-	-	-	(9.330)	-	-
Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A[5]		-	1.580	-	-	-	-	45
Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S/A [5]		-	(2.038)	-	-	-	-	-
Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A [6]		-	(461)	-	-	-	-	(40)
Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A [6]		-	(10.586)	-	-	-	-	(1.002)
Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A [6]		-	(31)	-	-	-	-	(3)
Alsol Energias Renováveis S/A [7]		(859)	-	-	-	-	-	-
Energisa Amazonas Transmissora de Energia S.A. [6]		-	(207)	-	-	-	-	(6)
Fundo de Investimentos – FIDIC [8]		-	-	96.083	-	-	-	-
	2021	**(135.449)**	**(11.743)**	**96.083**	**(36.217)**	**(18.062)**	**(266.444)**	**(1.006)**
	2020	**(113.471)**	**(570)**	**-**	**(22.800)**	**(14.300)**	**(287.354)**	**4**

(1) **Energisa S/A:** refere-se a serviços administrativos e de compartilhamento de recursos humanos para execução de parcela dos macroprocessos prestados às suas controladas. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários. Os contratos de compartilhamento foram aprovados pela ANEEL e firmados em 01 de março de 2017 com prazo de validade de 60 meses, podendo ser prorrogado mediante termo aditivo que deverá conter anuência da ANEEL;

(2) **Multi Energisa Serviços S/A:** refere-se a serviços de Call Center e Suporte a TI e foram submetidos à aprovação da ANEEL. Os custos são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;

Notas Explicativas

(3) **Energisa Soluções S/A e Energisa Soluções e Construções em Linhas Redes S/A:** as transações com as empresas ligadas referem-se a serviços de manutenção de linhas, subestações, engenharia e de projetos. Os contratos foram submetidos à aprovação da ANEEL e são referenciados ao modelo de empresa de referência utilizado pela área regulatória da ANEEL para fins tarifários;

(4) **Energisa S/A - debêntures:** a Companhia efetuou a 6ª e 7ª emissão de debêntures em moeda corrente, que foram na sua totalidade, adquiridas pela Energisa S/A com vencimentos e condições conforme nota explicativa nº 20 – Debêntures (não conversíveis em ações). Em 31 de dezembro de 2021 o valor atualizado é de R$266.444 (R$287.354 em 2020);

(5) **Energisa Mato Grosso do Sul Distribuidora de Energia S/A e Energisa Rondônia Distribuidora de Energia S/A:** refere-se ao contrato de disponibilização do sistema de distribuição (TUSD);

(6) **Energisa Goiás Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia I S/A, Energisa Pará Transmissora de Energia II S/A e Energisa Amazonas Transmissora de Energia S/A:** refere-se ao transporte de energia dos centros de geração até os pontos de distribuição, conforme previsto no contrato de concessão;

(7) **Alsol Energias Renováveis S/A:** refere-se a serviços de execução dos projetos de P&D; e

(8) **Fundo de Investimentos - FIDC** – referente ao montante recebido do fundo de investimento por conta da cessão dos créditos realizados no exercício, vide nota explicativa nº 30 – Outros resultados.

Remuneração dos Administradores

	2021	2020
Remuneração Anual [(a)]	9.985	11.997
Remuneração dos membros do conselho de Administração	572	580
Remuneração da Diretoria	3.664	3.254
Outros Benefícios [(b)]	4.062	2.748

(a) Limite global da remuneração anual dos administradores foi aprovado em AGO/E de 28 de abril de 2020. Para o exercício de 2021 foi aprovado na AGO/E de 28 de abril de 2021.
(b) Inclui encargos sociais, benefícios de previdência privada, seguro saúde e seguro de vida.

A maior e a menor remuneração atribuídas a dirigentes e conselheiros relativas ao mês de dezembro, foram de R$67 e R$3 (R$61 e R$3 em 2020), respectivamente. A remuneração no exercício de 2021 foi de R$24 (R$23 em 2020).

Programa de Remuneração Variável (ILP)

A Companhia ofereceu aos seus executivos um Plano de Incentivo de Longo Prazo – ILP. Este plano tem por objetivo (i) o alinhamento de interesses entre acionistas e executivos; (ii) a promoção da meritocracia; (iii) a retenção de executivos de bom desempenho; (iv) o estímulo de resultados sustentáveis e atingimento de metas empresariais, com compartilhamento da criação de valor. O benefício é direcionado aos executivos da Companhia a ser pago em Units da controladora Energisa S/A, até o limite previsto de 0,5% do capital social da controladora Energisa S/A, na data de aprovação do Plano, que será baseado em um valor definido para cada nível levando em consideração o desempenho individual consignado no contrato de concessão de ações, de acordo com o escopo de cada executivo. O benefício visa atrair e reter pessoas chaves e premiá-las em função do seu desempenho, aliado às metas de desempenho da Companhia. O plano foi aprovado pela controladora Energisa S/A em Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 25 de abril de 2018, e o regulamento aprovado em reunião do Conselho de Administração em 10 de maio de 2018.

Atualmente, a Companhia possui um total de três programas de concessão de ações em andamento. Aos programas são associadas condições de performance (*Total Shareholder Return* - TSR Relativo e Fluxo de caixa livre), que modificam o target em função das faixas atingidas.

Para determinação do valor justo foram utilizadas as seguintes premissas:

	1º programa ILP [(1)]	2º programa ILP	3º programa ILP	4º programa ILP
Método de Cálculo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo	Monte Carlo
Total de opções de ações outorgadas	38.658	31.318	28.904	44.930
Data de aprovação do Conselho de Administração	10/05/2018	09/05/2019	10/02/2021	13/05/2021

Notas Explicativas

Data de início *vesting*	02/05/2018	10/05/2019	21/12/2020	14/05/2021
Prazo de carência	3 anos	3 anos	2 anos e 5 meses	3 anos
Taxa de juros livre de risco (2)	8,2%	7,7%	5,27%	6,795%
Volatilidade (3)	29,29%	25,06%	50,51%	35,09%
Valor justo na data da outorga	R$44,35	R$54,97	R$43,69	R$36,23
Movimentação	Liquidado	Em operação	Em operação	Em operação

(1) Em 13 de maio de 2021, o Conselho de Administração da controladora Energisa S/A, aprovou a liquidação do 1º Programa do Plano de Incentivo de Longo Prazo cujo montante foi de R$1.385 representativo de 29.444 Units, já líquido de imposto de renda retido na fonte de responsabilidade do beneficiário.

(2) Para o 1º Programa a taxa de juros = 8,2% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2021). Para o 2º Programa: Taxa de juros = 7,7% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2022). Para o 3º Programa: Taxa de juros = 5,27% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2023). Para o 4º Programa: Taxa de juros = 6,795% (projeção da DI com prazo de vencimento equivalente ao fim da carência do Programa – DI1J2023);

(3) Volatilidade e correlação entre os preços de ação (da Energisa S/A e dos concorrentes considerados no IEE ("Índice de Energia Elétrica e seus pares") para o *Total Shareholder Return TSR*) foram calculadas com base nos valores históricos de 01 (um) ano anterior à data de outorga do programa.

Não há opções exercíveis ou expiradas em 31 de dezembro de 2021 para os programas 2º, 3º e 4º. Devido as características específicas do Plano de Incentivo de Longo Prazo da Companhia, divulgadas acima, não há preço de exercício ou limite para exercício.

Em atendimento ao IFRS 2/CPC 10, a Companhia apurou o valor justo das ações (units) restritas com condições de performance (*Performance Shares*) outorgadas com base no modelo de Monte Carlo para permitir a incorporação das condições de carência de mercado no valor justo do ativo. A despesa é reconhecida em uma base "pro rata temporis", que se inicia na data da outorga, até a data em que o beneficiário adquire o direito a receber as ações.

No exercício de 2021, foram reconhecidos R$1.771 (R$1.642 em 2020) decorrente do Plano de Outorga de Opção de Ações na demonstração do resultado do exercício na rubrica de despesas gerais e administrativas – pessoal e administradores. O montante reconhecido na reserva de capital no patrimônio líquido acumulado em 31 de dezembro de 2021 é de R$3.732 (R$2.486 em 2020).

13. Créditos tributários, impostos diferidos e despesa de imposto de renda e contribuição social corrente

O IRPJ e a CSLL diferidos são calculados sobre as diferenças entre os saldos dos ativos e passivos das demonstrações financeiras e as correspondentes bases fiscais utilizadas no cálculo do IRPJ e da CSLL correntes. A probabilidade de recuperação destes saldos é revisada no final de cada exercício e, quando não for mais provável que bases tributáveis futuras estejam disponíveis e permitam a recuperação total ou parcial destes impostos, o saldo do ativo é reduzido ao montante que se espera recuperar.

	2021	2020
Ativo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	232.919	275.407
Contribuição social sobre o lucro líquido	83.851	99.147
Total	**316.770**	**374.554**
Passivo		
Diferenças temporárias:		
Imposto de renda	347.681	285.001
Contribuição social	125.165	102.600
Total	**472.846**	**387.601**
Total líquido - passivo não circulante	**(156.076)**	**(13.047)**

A natureza dos créditos diferidos são como segue:

Notas Explicativas

	2021		2020	
	Base de cálculo	IRPJ + CSSL	Base de cálculo	IRPJ + CSSL
Provisão para créditos (PPECLD e Banco Daycoval) (*)	431.723	146.786	451.547	153.526
Outras provisões (honorários e outras)	237.574	80.775	264.385	89.891
Provisão ajuste atuarial	115.708	39.341	142.387	48.412
Provisões para riscos cíveis, trabalhistas, fiscais e regulatórios	94.676	32.190	105.924	36.014
Marcação a mercado - dívida	10.685	3.633	86.015	29.245
Ajustes a valor presente	38.586	13.119	25.448	8.652
Contratos e prestações de serviços	(9.974)	(3.391)	2.384	811
Outras exclusões temporárias	12.698	4.317	23.536	8.003
Instrumentos financeiros – derivativos	(303.744)	(103.273)	(388.487)	(132.086)
Encargos sobre reavaliação de ativos	(71.769)	(24.401)	(89.317)	(30.368)
Parcela do VNR do ativo financeiro Indenizável da concessão e atualização	(1.015.210)	(345.172)	(662.196)	(225.147)
Total - passivo não circulante	**(459.047)**	**(156.076)**	**(38.374)**	**(13.047)**

(*) As principais movimentações ocorridas no exercício estão relacionadas a cessão de crédito ao FIDC conforme consta na nota explicativa nº 30 – Outros resultados.

A seguir, as realizações dos créditos fiscais ativos:

Exercícios	Realização de créditos fiscais
2022	32.762
2023	29.964
2024	35.642
2025	36.503
2026	35.421
2027 e 2028	64.081
2029 a 2031	82.397
Total	**316.770**

Os valores de imposto de renda e contribuição social que afetaram o resultado do exercício, bem como a compensação dos créditos tributários registrados, são demonstrados como segue:

Alíquota efetiva	2021	2020
Resultado antes dos tributos sobre o lucro	1.378.967	822.498
Alíquotas fiscais combinadas	34%	34%
Imposto de renda e da contribuição social calculadas às alíquotas fiscais combinadas	(468.849)	(279.649)
Ajustes:		
Despesas Indedutíveis (doações, brindes, multa, etc.)	(3.133)	(2.420)
Créditos sobre Incentivos fiscais (1)	215.844	128.587
Incentivos fiscais - Lei do bem	3.201	5.250
Outras exclusões / permanentes (2)	7.365	3.700
Imposto de renda e contribuição social	**(245.572)**	**(144.532)**
Alíquota efetiva	**(17,81%)**	**17,57%**

(1) Em dezembro de 2014 a Companhia obteve aprovação junto ao Ministério da Integração Social do seu pedido de benefício fiscal para o período de 01 de janeiro de 2014 a 31 de dezembro de 2023, através do Laudo Constitutivo 114/2014, expedido em 19/12/2014, bem como o reconhecimento pela Receita Federal do Brasil, através do Ato Declaratório Executivo nº 17-DRF/CBA de 02 de fevereiro de 2015, que consiste na redução de até 75% do Imposto de Renda calculado sobre o lucro de exploração. Os valores de redução do imposto de renda e adicionais - Incentivo SUDAM apurados no exercício, foram registrados diretamente na demonstração de resultado do exercício na rubrica "imposto de renda e contribuição social corrente" de acordo com a Lei nº 11.638/07 e Medida Provisória nº 449/08.

A Companhia, amparada pela legislação vigente, formalizou o pedido de prorrogação do benefício fiscal, a fim de ampliá-lo pelo período de mais 10 anos, a contar do momento da sua aprovação, que se encontra em fase de análise, formalizado junto à Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (SUDAM).

(2) Referem-se basicamente a outros incentivos fiscais utilizados pela Companhia, como PAT (Programa de Alimentação do Trabalhador), Doações/Patrocínios Culturais, Lei 8.313/91 e Projetos Desportivos, Lei 11.438/2006.

Notas Explicativas

Declaração do Supremo Tribunal Federal sobre a inconstitucionalidade da cobrança do IRPJ e da CSLL sobre a Taxa SELIC incidente em valores recebidos em razão de repetição de indébito tributário

A Companhia em agosto de 2021 impetrou Mandado de Segurança com o objetivo de reconhecer a ilegalidade e inconstitucionalidade da exigência do recolhimento de Imposto de Renda da Pessoa Jurídica ("IRPJ") e Contribuição Social sobre o Lucro Líquido ("CSLL") sobre os valores recebidos a título de taxa Selic decorrentes da repetição/compensação de tributos indevidamente recolhidos.

Em 24 de setembro de 2021, o plenário do Supremo Tribunal Federal ("STF") julgou o Recurso Extraordinário nº 1.063.187/SC, representativo do tema 962 da repercussão geral, que trata da incidência do IRPJ e CSLL sobre juros de mora recebidos pelo contribuinte em repetição de indébito, ou seja, um dos temas pleiteados no Mandado de Segurança em referência. Neste julgamento foi acolhida, a tese da inconstitucionalidade da incidência do IRPJ e da CSLL sobre os valores relacionados à taxa Selic recebidos em razão de repetição de indébito tributário. Em 29 de setembro de 2021 foi divulgada a Ata de Julgamento, enquanto o acordão foi divuglado em 15 de dezembro de 2021.

A Companhia avaliou junto com seus assessores jurídicos e tributários e concluiu sobre a imaterialidade dos valores líquidos a serem reconhecidos, visto a existência de atualizações monetárias ativas e passivas sobre o mesmo mérito. A Administração continuará a monitorar o tema e a evolução da jurisprudência sobre o tratamento fiscal da correção sobre as atualizações monetárias dos valores do passivo, que em 31 de dezembro compensam a possível base para restituição de IR e CS sobre as atualizações monetárias ativas.

14. Ativo financeiro indenizável da concessão

Os contratos de distribuição de energia elétrica estão dentro dos critérios de aplicação da Interpretação Técnica ICPC 01 (IFRIC 12), que trata de contratos de concessão, e referem-se à infraestrutura investida que será objeto de indenização do Poder Concedente, durante o período e ao final das concessões, estão classificados como ativos financeiros e mensurados ao valor justo por meio do resultado conforme previsto no marco regulatório do segmento e no contrato de concessão assinados pela Companhia e a ANEEL.

A remuneração do ativo financeiro indenizável da concessão, foi registrada em receitas operacionais no resultado do exercício como receita de ativo financeiro indenizável da concessão no montante de R$353.014 (R$113.759 em 2020).

Seguem as movimentações ocorridas nos exercícios:

	2021	2020
Ativo financeiro valor justo - 2020 e 2019	**3.183.825**	**2.689.436**
Adições no exercício [1]	376.748	395.689
Baixas no exercício	(29.479)	(15.059)
Receita de ativo financeiro indenizável da concessão [2]	353.014	113.759
Ativo financeiro valor justo - 2021 e 2020	**3.884.108**	**3.183.825**

(1) Adições no exercício: refere-se a transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

(2) Receita operacional: os ativos financeiros indenizáveis da concessão estão demonstrados e classificados a valor justo por meio do resultado, atualizados pela variação mensal do IPCA, índice de remuneração utilizado pelo regulador nos processos de revisão tarifária, reduzido pelo percentual de glosas apurados em homologações anteriores, refletindo a melhor estimativa da Administração do valor justo do ativo.

15. Ativo contratual - infraestrutura em construção

No ativo contratual são registrados, os gastos que são diretamente atribuíveis a aquisição e construção dos ativos, tais como: (i) O custo de materiais e mão de obra direta; (ii) outros custos para colocar o ativo no local em condições necessárias para que sejam capazes de operar na sua plenitude; e (iii) os juros incorridos sobre

Notas Explicativas

empréstimos, financiamentos ao custo de construção da infraestrutura, apropriados considerando os determinados critérios para capitalização, como aplicação da taxa média ponderada e juros de contratos específicos de acordo com o normativo do CPC 20.

	Saldos em 2020	Adição	Transferências (1)	Baixas(2)	Saldos em 2021
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	333.436	568.462	(143.111)	(406.470)	352.317
Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	154.077	4.274	(9.642)	(29.722)	118.987
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**179.359**	**564.188**	**(133.469)**	**(376.748)**	**233.330**

	Saldos em 2019	Adição	Transferências (1)	Baixas (2)	Saldos em 2020
Ativo contratual - infraestrutura em construção					
Em construção	496.135	434.222	(174.501)	(422.420)	333.436
(-) Obrigações Vinculadas à Concessão					
Em construção	52.486	112.100	16.222	(26.731)	154.077
Total do ativo contratual - infraestrutura em construção	**443.649**	**322.122**	**(190.723)**	**(395.689)**	**179.359**

(1) O montante de R$133.469 (R$190.723 em 2020) foi transferido para o Intangível – contrato de concessão.

(2) As baixas no montante de R$376.748 (R$395.689 em 2020) referem-se as transferências para o ativo financeiro indenizável da concessão, corresponde a parcela bifurcada do ativo contratual – infraestrutura em construção a ser indenizada no final da concessão pelo Poder Concedente, conforme prevê o contrato de concessão de distribuição de energia elétrica que está enquadrado nos critérios de aplicação da interpretação técnica do ICPC 01 (IFRIC 12).

16. Imobilizado

	Taxa Média de Depreciação	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2021
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,33%	749	-	6.148	-	6.897
Máquinas e Equipamentos	14,25%	36.476	-	3.821	-	40.297
Móveis e utensílios	6,25%	8.165	-	836	-	9.001
Total do imobilizado em serviço		**45.390**	**-**	**10.805**	**-**	**56.195**
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		(492)	-	-	(64)	(556)
Máquinas e Equipamentos		(26.815)	-	-	(2.794)	(29.609)
Móveis e utensílios		(4.462)	-	-	(380)	(4.842)
Total Depreciação acumulada		**(31.769)**	**-**	**-**	**(3.238)**	**(35.007)**
Subtotal Imobilizado		13.621	-	10.805	(3.238)	21.188
Imobilizado em curso		12.564	11.959	(10.805)	-	13.718
Total do Imobilizado		**26.185**	**11.959**	**-**	**(3.238)**	**34.906**

	Taxa média de Depreciação	Saldos em 2019	Adição	Transferências	Depreciação	Saldos em 2020
Imobilizado em Serviço						
Custo						
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias	3,33%	749	-	-	-	749

Notas Explicativas

Máquinas e Equipamentos	15,67%	33.727	-	2.749	-	36.476
Móveis e utensílios	6,25%	7.129	-	1.036	-	8.165
Total do imobilizado em serviço		**41.605**	**-**	**3.785**	**-**	**45.390**
Depreciação acumulada						
Edificações, Obras Civis e Benfeitorias		(470)	-	-	(22)	(492)
Máquinas e Equipamentos		(23.509)	-	-	(3.306)	(26.815)
Móveis e utensílios		(4.148)	-	-	(314)	(4.462)
Total Depreciação acumulada		**(28.127)**	**-**	**-**	**(3.642)**	**(31.769)**
Subtotal Imobilizado		13.478	-	3.785	(3.642)	13.621
Imobilizado em curso		1.420	21.061	(9.917)	-	12.564
Total		**14.898**	**21.061**	**(6.132)**	**(3.642)**	**26.185**

17. Intangível

	2021	2020
Intangível - contrato de concessão	1.345.068	1.470.698
Intangível - direito de uso	3.697	8.514
Intangível - software	36.760	30.833
Total	**1.385.525**	**1.510.045**

17.1. Intangível - contrato de concessão

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2020	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2021
Intangível Em Serviço						
Custo	3,84%	4.926.823	143.111	(82.163)	-	4.987.771
Amortização Acumulada		(3.014.412)	(12)	56.975	(300.666)	(3.258.115)
Subtotal		1.912.411	143.099	(25.188)	(300.666)	1.729.656
Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,70%	1.398.517	9.642	-	-	1.408.159
Amortização Acumulada		(956.804)	(12)	-	(66.755)	(1.023.571)
Subtotal		441.713	9.630	-	(66.755)	384.588
Total		1.470.698	133.469	(25.188)	(233.911)	1.345.068

	Taxa média de Amortização	Saldos em 2019	Transferências (1)	Baixas (2)	Amortização (3)	Saldos em 2020
Intangível em Serviço						
Custo	3,90%	4.825.497	174.501	(73.175)	-	4.926.823
Amortização Acumulada		(2.775.934)	(13)	53.560	(292.025)	(3.014.412)
Subtotal		2.049.563	174.488	(19.615)	(292.025)	1.912.411
(-) Obrigações vinculadas à concessão						
Custo	3,65%	1.414.739	(16.222)	-	-	1.398.517
Amortização Acumulada		(908.644)	(13)	-	(48.147)	(956.804)
Subtotal		506.095	(16.235)	-	(48.147)	441.713
Total		**1.543.468**	**190.723**	**(19.615)**	**(243.878)**	**1.470.698**

(1) Transferências originadas do ativo contratual - infraestrutura em construção.

(2) As baixas no montante de R$25.188 (R$19.615 em 2020), foram realizadas no exercício, contabilizadas nas Ordens de Desativação - ODD, e ao final do processo os valores são transferidos para a demonstração do resultado do exercício na rubrica de outras receitas (despesas) operacionais.

Notas Explicativas

(3) A Companhia reconheceu no exercício, créditos de PIS e COFINS sobre a amortização dos bens e equipamentos no montante de R$15.468 (R$15.939 em 2020) e o montante de R$1.163 (R$56 em 2020) referente a provisão de despesa de amortização de incorporações de redes.

A infraestrutura utilizada pela Companhia nas suas operações é vinculada ao serviço público de geração e distribuição de energia, não podendo ser retirada, alienada, cedida ou dada em garantia hipotecária sem a prévia e expressa autorização do Órgão Regulador. A Resolução Normativa nº 691 de 08 de dezembro de 2015, regulamenta a desvinculação da infraestrutura das concessões do Serviço Público de Energia Elétrica, concedendo autorização prévia para sua desvinculação, quando destinada à alienação. Determina, também, que o produto da alienação seja depositado em conta bancária específica e os recursos reinvestidos na infraestrutura da própria concessão.

A amortização do ativo intangível reflete a forma na qual os benefícios futuros referentes à utilização dos ativos são esperados que sejam consumidos pela Companhia ou limitado ao prazo da concessão com base nos benefícios econômicos gerados anualmente. O padrão de consumo destes ativos está relacionado às vidas úteis estimadas de cada bem integrante do conjunto de bens tangíveis contidos na infraestrutura de distribuição. A taxa média ponderada de amortização utilizada é de 3,84% (3,90% em 2020).

Obrigações vinculadas à concessão:

O saldo do intangível e do ativo financeiro indenizável da concessão está reduzido pelas obrigações vinculadas a concessão, que possuem sua composição assim como segue:

	2021	2020
Contribuições do consumidor (1)	976.464	951.621
Participação da União, Estados e Municípios (2)	1.181.132	1.201.701
Receitas de Ultrapassagem de Demanda e Energia Reativa Excedente	119.971	119.971
(-) Amortização acumulada	(1.023.571)	(956.804)
Total	**1.253.996**	**1.316.489**
Alocação:		
Contas a receber do ativo financeiro indenizável da concessão	750.421	720.699
Infraestrutura - Intangível em serviço	384.588	441.713
Ativo contratual - infraestrutura em construção	118.987	154.077
Total	**1.253.996**	**1.316.489**

(1) As contribuições do consumidor representam a participação de terceiros em obras para fornecimento de energia elétrica, bem como, valores aplicados em programas de eficiência energética e Programa Pesquisa e Desenvolvimento - P&D, cujos resultados se revertam em bens destinados ao Ativo imobilizado em serviço.

(2) Inclui participação da União (recursos provenientes da Conta de Desenvolvimento Energético - CDE) e a participação do Governo do Estado, destinadas ao Programa Luz para Todos; recursos da Conta de Consumo de Combustíveis Fósseis - CCC que envolvem na sub-rogação do direito de uso, devido à implantação de projetos elétricos que proporcionaram a redução do dispêndio da CCC.

17.2. Intangível - direito de uso

Refere-se ao direito de uso de imóveis originados pela aplicação das normas contábil CPC 06 (R2) e são amortizados em conformidade com vida útil definida em cada contrato.

	Taxa Média de Amortização (%)	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Baixas	Amortização	Saldos em 2021
Intangível - direito de uso - Imóveis							
Custo	21,77%	12.992	2.937	189	(5.427)	-	10.691
Amortização Acumulada		(4.478)	-	(189)	-	(2.327)	(6.994)
Total		**8.514**	**2.937**	**-**	**(5.427)**	**(2.327)**	**3.697**

	Taxa média de Amortização (%)	Saldos em 2019	Adição	Baixas	Amortização	Saldos em 2020

Notas Explicativas

Intangível - direito de uso - Imóveis						
Custo	21,97%	9.246	3.803	(57)	-	12.992
Amortização Acumulada		(2.081)	-	-	(2.397)	(4.478)
Total		**7.165**	**3.803**	**(57)**	**(2.397)**	**8.514**

17.3. Intangível - software

	Taxa Média de Amortização	Saldos em 2020	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2021
Intangível - software						
Custo	20,00%	55.672	-	8.696	-	64.368
Amortização Acumulada		(33.063)	-	-	(9.545)	(42.608)
Em curso		8.224	15.472	(8.696)	-	15.000
Total		**30.833**	**15.472**	**-**	**(9.545)**	**36.760**

	Taxa média de Amortização	Saldos em 2019	Adição	Transferências	Amortização	Saldos em 2020
Intangível - software						
Custo	20,00%	46.820	-	8.852	-	55.672
Amortização Acumulada		(24.887)	-	-	(8.176)	(33.063)
Em curso		-	10.944	(2.720)	-	8.224
Total		**21.933**	**10.944**	**6.132**	**(8.176)**	**30.833**

18. Fornecedores

	2021	2020
Contratos Bilaterais [1]	359.978	331.595
CCEE [2]	38.050	126.924
Uso da rede básica [1]	36.937	33.382
Encargos de serviços do sistema [3]	160.103	14.696
Energia livre	7.860	7.860
Materiais e serviços e outros [4]	60.712	39.602
Total	**663.640**	**554.059**
Circulante	631.755	514.293
Não circulante	31.885	39.766

(1) **Contratos bilaterais e uso da rede básica** - refere-se à aquisição de energia elétrica de geradores, uso da rede básica e uso do sistema de distribuição, cujo prazo médio de liquidação é de 25 dias.

(2) **CCEE -** a conta CCEE é composta pelas duas últimas provisões do MCP e diminuiu principalmente pela queda do PLD (Preço das Liquidações das Diferenças), que atingiu média próxima ao piso, comparando novembro-dezembro/21 com novembro-dezembro/20. O PLD além de precificar as liquidações de energia no MCP (Mercado de Curto Prazo), também valora as despesas relacionadas ao Risco Hidrológico que, conforme previsto na Lei nº 12.783/2013, são assumidas pelas distribuidoras com direito ao repasse para o consumidor final através do reajuste tarifário.

(3) **Encargos do serviço do sistema -** a variação dos valores de Encargos de Serviços de Sistema refere-se à previsão de aumento do despacho de térmicas fora da ordem de mérito de custo em razão, principalmente, de Segurança Energética. Apesar da melhora das condições hidrológicas com as chuvas do 4ºTRI de 2021, a situação ainda é de atenção com o nível dos reservatórios e o acionamento das térmicas fora da ordem de mérito é fundamental para a garantia da segurança do atendimento ao SIN no ano do 2022.

(4) **Materiais, serviços e outros** - refere-se às aquisições de materiais, serviços e outros, necessários à execução, conservação e manutenção dos serviços de distribuição de energia elétrica, com prazo médio de liquidação de 30 dias.

19. Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas

Notas Explicativas

A movimentação dos empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
Pós Fixado								
INPC	-	9.308	(1.210)	(400)	1.270	-	-	8.968
IPCA	-	310.994	-	(7.143)	30.012	-	-	333.863
CDI	1.617.697	-	(644.028)	(79.674)	64.584	-	-	958.579
TR	353.498	-	-	(23.350)	23.608	-	-	353.756
Gastos com captação	(518)	-	-	-	667	(1.566)	-	(1.417)
Total do custo	**1.970.677**	**320.302**	**(645.238)**	**(110.567)**	**120.141**	**(1.566)**	**-**	**1.653.749**
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	821.720	474.700	(437.745)	(15.989)	75.898	-	-	918.584
Euro	68.115	-	-	(556)	(50)	-	-	67.509
Gastos com captação	(328)	-	-	-	219	-	-	(109)
Marcação a mercado	8.059	-	-	-	-	-	(6.988)	1.071
Total ao valor justo	**897.566**	**474.700**	**(437.745)**	**(16.545)**	**76.067**	**-**	**(6.988)**	**987.055**
Total	**2.868.243**	**795.002**	**(1.082.983)**	**(127.112)**	**196.208**	**(1.566)**	**(6.988)**	**2.640.804**
Circulante	1.128.151							937.410
Não circulante	1.740.092							1.703.394

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária, cambial e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo								
Moeda Nacional								
CDI	1.227.131	798.333	(448.333)	(31.095)	71.661	-	-	1.617.697
TR	353.402	-	-	(23.659)	23.755	-	-	353.498
Gastos com captação	(641)	-	-	-	824	(701)	-	(518)
Total do custo	**1.579.892**	**798.333**	**(448.333)**	**(54.754)**	**96.240**	**(701)**	**-**	**1.970.677**
Mensurados ao valor justo								
Moeda Estrangeira								
Dólar	764.766	133.725	(292.210)	(23.953)	239.392	-	-	821.720
Euro	48.387	-	-	(516)	20.244	-	-	68.115
Gastos com captação	(547)	-	-	-	219	-	-	(328)
Marcação a mercado	3.238	-	-	-	-	-	4.821	8.059
Total ao valor justo	**815.844**	**133.725**	**(292.210)**	**(24.469)**	**259.855**	**-**	**4.821**	**897.566**
Total	**2.395.736**	**932.058**	**(740.543)**	**(79.223)**	**356.095**	**(701)**	**4.821**	**2.868.243**
Circulante	583.907							1.128.151
Não circulante	1.811.829							1.740.092

A composição da carteira de empréstimos e financiamentos e as principais condições contratuais podem ser encontradas no detalhamento abaixo:

Operação	Total		Encargos Financeiros Anuais	Vencimento	Amortização do principal	(Taxa efetiva de juros) (4)	Garantias (*)
	2021	2020					

Notas Explicativas

FIDC Grupo Energisa IV - 1ª Série	353.756	353.498	TR + 7,00% a.a.	out/34	Mensal a partir de out/29	7,05%	R
FIDC Grupo Energisa IV - 2ª Série	443.566	481.684	CDI + 0,70% a.a.	abr/31	Mensal a partir de abr/21	5,12%	R
Nota Promissória 2ª Emissão (3)	320.270	304.361	CDI + 0,80% a.a.	mar/22	Final	5,22%	A
Santander FRN 4133870 (3)	194.743	192.161	CDI + 0,95% a.a.	fev/23	Semestral a partir de fev/22	5,37%	A
CCB BRADESCO 24032020 (3)	-	137.301	CDI + 4,8005% a.a.	mar/21	Final	9,22%	A
CCB ITAÚ 1011200300114	-	30.499	CDI + 4,10% a.a.	mar/21	Final	8,52%	A
Santander FRN 4135786	-	332.290	CDI + 4,60% a.a.	mar/21	Final	9,02%	A
Santander FRN 4137163	-	69.701	CDI + 4,10% a.a.	jun/21	Final	8,52%	A
Santander FRN 4137165	-	69.700	CDI + 4,10% a.a.	dez/21	Final	8,52%	A
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO A (3)	145.584	-	IPCA + 4,83% a.a.	out/27	Mensal a partir de abr/22	14,89%	A + R
EMT X BNDES - 20.2.0494-1 SUBCREDITO B (3)	188.279	-	IPCA + 4,83% a.a.	dez/34	Mensal a partir de nov/27	14,89%	A + R
EMT X ENERGISAPREV - Migração 2020 (5)	6.779	-	INPC + 5,460% a.a.	dez/31	Mensal	15,62%	A
EMT X ENERGISAPREV - Déficit de 2017 (6)	170	-	INPC + 5,45% a.a.	nov/33	Mensal	15,61%	A
EMT X ENERGISAPREV - Déficit de 2015 A 2019 (6)	2.019	-	INPC + 5,47% a.a.	out/39	Mensal	15,63%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(1.417)	(518)					
Total em Moeda Nacional	**1.653.749**	**1.970.677**					
Resolução 4131-Bank of America ML(1 e 3)	-	128.375	Libor + 1,20% a1,60% a.a.	jan/21	Final	8,75% a 9,15%	A
Citibank Loan - 4131 (1 e 3)	40.068	74.624	Libor + 1,70% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	9,25%	A
Citibank EDC Loan - 4131 (1 e 3)	40.065	74.619	Libor + 1,80% a.a.	jun/22	Anual a partir de 2021	9,35%	A
EMT X SCOTIABANK - LOAN 4131 – 11062021 (1 e 3)	130.840	-	1,2070% a.a.	jun/24	Final	8,60%	A
J P MORGAN Loan (1 e 3)	-	139.083	Libor + 1,05% a.a.	nov/21	Final	8,60%	A
Merryl Lynch Loan (1 e 3)	67.509	68.115	0,6870% a.a.	dez/22	Final	-0,20%	A
Scotiabank Loan (1 e 3)	274.583	255.699	2,1964% a.a.	dez/22	Final	9,59%	A
Citibank Loan 56416 (1 e 3)	64.793	60.347	Libor + 0,60% a.a.	fev/23	Final	8,15%	A
Merryl Lynch Loan 12062020 (1 e 3)	-	88.973	2,83% a.a.	jan/21	Final	10,22%	A
Merryl Lynch Loan 12062020 (1 e 3)	256.476	-	Libor + 1,70% a.a.	set/23	Final	9,2 a 5%	A
Merryl Lynch Loan 12062020 (1 e 3)	111.759	-	Libor + 1,18% a.a.	ago/23	Final	8,7 a 3%	A
Custo de captação incorrido na contratação	(109)	(328)					
Marcação à Mercado de Dívida (2)	1.071	8.059					
Total em Moeda Estrangeira	**987.055**	**897.566**					
Total	**2.640.804**	**2.868.243**					

(*) A = Aval Energisa S.A., R=Recebíveis.

(1) Os contratos em moeda estrangeiras possuem proteção de swap cambial e instrumento financeiros derivativos (vide nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

(2) Estas operações estão sendo mensuradas ao valor justo por meio do resultado, de acordo com os métodos da contabilidade de "hedge" de valor justo ou pela designação como "Fair Value Option" (vide nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos).

(3) Condições de *covenants* - o contrato possui cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis. Essas garantias são estruturadas a partir de indicadores estabelecidos pela controladora final Energisa S/A, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0 em 2021 em diante Para os financiamentos do BNDES, e Scotiabank com vencimento em 06/2024 o limite é de 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

Notas Explicativas

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 34 – Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2021, as exigências contratuais foram cumpridas.

(4) As taxas efetivas de juros representam as variações ocorridas no exercício findo em 31 de dezembro de 2021. Para as dívidas em moeda estrangeira, não estão sendo considerados os efeitos do hedge cambial, demonstrados na nota explicativa nº 34 - Instrumentos Financeiros e gerenciamento de riscos. A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

(5) Contato firmado com a Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, em decorrência da migração dos planos de benefício definido para o plano de contribuição definida, ocorrida nos anos de 2021 e 2020, conforme nota explicativa 34.

(6) Alteração efetuada nos planos de previdência em função da Instrução PREVIC nº 31/2020, incorrendo em uma reclassificação na patrocinadora entre as rubricas benefício pós emprego e empréstimo, financiamentos e encargos de dívidas.

Garantias

Para garantia do pagamento das parcelas, a Companhia mantém aplicações financeiras no montante de R$56.729 (R$62.052 em 2020), registrado na rubrica “Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados” no ativo.

A Companhia tem como prática alocar o pagamento de juros na atividade de financiamento na demonstração do fluxo de caixa.

Os principais indicadores utilizados para a atualização dos empréstimos e financiamentos tiveram as seguintes variações percentuais e taxas efetivas nos exercícios:

Moeda/indicadores	2021	2020
US$ x R$	7,39%	28,93%
CDI	4,42%	2,77%
IPCA	10,06%	4,52%
LIBOR	0,16%	0,28%
TR	0,05%	0,00%
Euro	-0,89%	40,78%
INPC	10,16%	5,45%

Os empréstimos e financiamentos classificados no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2021
2023	570.448
2024	204.984
2025	75.946
2026	75.946
Após 2026	776.070
Total	**1.703.394**

20. Debêntures (não conversíveis em ações)

A movimentação das debêntures está demonstrada a seguir:

	Saldos em 2020	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Divida	Saldos em 2021
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	840.994	-	(129.525)	(33.361)	43.675	-	-	721.783
IPCA	758.031	350.000	-	(38.829)	131.581	-	-	1.200.783
Gastos com captação	(14.835)	-	-	-	4.123	(11.569)	-	(22.281)

Notas Explicativas

Marcação a mercado	77.956	-	-	-	-	-	(68.342)	9.614
Total do custo	**1.662.146**	**350.000**	**(129.525)**	**(72.190)**	**179.379**	**(11.569)**	**(68.342)**	**1.909.899**
Circulante	145.515							191.410
Não circulante	1.516.631							1.718.489

	Saldos em 2019	Captação	Pagamento de Principal	Pagamento de Juros	Encargos, atualização monetária e Custos	Custos Apropriados	Marcação Mercado da Dívida	Saldos em 2020
Mensuradas ao custo - pós fixado								
CDI	761.927	511.354	(426.366)	(37.740)	31.819	-	-	840.994
IPCA	597.444	130.000	-	(30.605)	61.192	-	-	758.031
Gastos com captação	(12.765)	-	-	-	4.258	(6.328)	-	(14.835)
Marcação a mercado	70.636	-	-	-	-	-	7.320	77.956
Total do custo	**1.417.242**	**641.354**	**(426.366)**	**(68.345)**	**97.269**	**(6.328)**	**7.320**	**1.662.146**
Circulante	63.372							145.515
Não circulante	1.353.870							1.516.631

A composição dos saldos das debêntures e as principais condições contratuais são como segue:

Operações	Total		Emissão	Nº de Títulos Emitidos / circulação	Rendimentos	Vencimento	Amortização do principal	Taxa efetiva de juros	Garantias (*)
	2021	2020							
Debêntures 6ª Emissão 1ª Série	106.598	96.232	15/06/2017	81.885 / 81.885	IPCA+5,60% a.a	jun / 22	Final	15,66%	SG
Debêntures 6ª Emissão 2ª Série	95.704	86.398	15/06/2017	73.494 / 73.494	IPCA+5,6601% a.a	jun / 24	Final	15,72%	SG
Debêntures 7ª Emissão 1ª Série	13.338	12.041	15/10/2017	10.544 / 10.544	IPCA+4,4885% a.a	out / 22	Final	14,55%	SG
Debêntures 7ª Emissão 2ª Série	2.487	2.245	15/10/2017	1.965 / 1.965	IPCA+4,7110% a.a	out / 24	Final	14,77%	SG
Debêntures 7ª Emissão 3ª Série	4.632	4.182	15/10/2017	3.657 / 3.657	IPCA+5,1074% a.a	out / 27	Final	15,17%	SG
Debêntures 7ª Emissão 4ª Série	43.685	86.257	15/10/2017	128.834 / 128.834	107,75% CDI	out / 22	Anual após out/20	4,76%	SG
Debêntures 8ª Emissão	-	87.547	15/02/2018	47.000 / 8.658	CDI+1,10% a.a	fev / 21	Final	5,52%	SG
Debêntures 9ª Emissão	469.059	423.451	15/09/2018	385.000 / 385.000	IPCA+5,0797% a.a	set / 25	Anual após set/23	15,14%	A
Debêntures 10ª Emissão 1ª Série	118.164	117.668	10/06/2019	117.500 / 117.500	CDI + 0,73% a.a	jun / 24	Final	5,15%	A
Debêntures 10ª Emissão 2ª Série	32.689	32.553	10/06/2019	32.500 / 32.500	CDI + 1,05% a.a	jun / 29	Anual após jun/27	5,47%	A
Debêntures 11ª Emissão	133.742	131.378	15/02/2020	130.000 / 130.000	CDI + 0,95% a.a	fev / 23	Final	5,37%	A
Debêntures 12ª Emissão	393.503	385.591	25/08/2020	381.354 / 381.354	CDI + 2,30% a.a	ago / 25	Anual após ago/23	6,72%	A
Debêntures 13ª Emissão 1ª Série	68.431	61.696	15/10/2020	60.100 / 60.100	IPCA+4,2297% a.a	out / 27	Final	14,29%	A
Debêntures 13ª Emissão 2ª Série	79.628	71.786	15/10/2020	69.900 / 69.900	IPCA+4,4744% a.a	out / 30	Anual após out/28	14,53%	A
Debêntures 14ª Emissão	360.906	-	15/10/2021	350.000 / 350.000	IPCA+6,0872% a.a	out / 31	Anual após out/29	16,15%	A
Custos incorridos na captação	(22.281)	(14.835)							
Marcação à Mercado de Dívida	9.614	77.956							
Total	**1.909.899**	**1.662.146**							

(*) A = Aval Energisa S.A., SG = Sem garantia

Em 15 de outubro de 2021 a Companhia efetuou a 14ª emissão de debêntures em moeda corrente, no montante de R$350.000 com vencimento em 15 de outubro de 2031 e remuneração de IPCA mais 6,0872% ao ano. Os recursos foram disponibilizados em conta corrente no dia 29 de outubro de 2021 e serão destinados ao financiamento dos projetos de investimentos em infraestrutura de distribuição de energia elétrica.

Notas Explicativas

Condições de *covenants*

As debêntures possuem cláusulas restritivas que em geral, requerem a manutenção de certos índices financeiros em determinados níveis, sendo os principais listados abaixo:

Cláusulas Restritivas	Índice Requerido	Exigibilidade
Dívida líquida / EBTIDA Ajustado	Menor ou igual a: 4,0 em 2021 em diante Para 12ª e 13ª emissão o limite é de 4,25x até o vencimento	Trimestral e Anual

O descumprimento desses níveis pode implicar em vencimento antecipado das dívidas (vide nota explicativa nº 34 - Instrumentos financeiros e gerenciamento de riscos). Em 31 de dezembro de 2021 as exigências contratuais foram cumpridas.

Vencimentos

Em 31 de dezembro de 2021, as debêntures classificadas no passivo não circulante têm seus vencimentos assim programados:

	2021
2023	406.459
2024	490.261
2025	277.350
Após 2026	544.419
Total	**1.718.489**

21. Arrendamentos operacionais

A Companhia atua como arrendatária em contratos referente imóveis não residenciais para a instalação de agências de atendimentos a clientes, estabelecimentos para desenvolver suas atividades comerciais e centros de distribuição.

A mensuração e remensuração de seu passivo de arrendamento e do direito de uso, em conformidade com o CPC 06 (R2), procedeu ao uso da técnica de fluxo de caixa descontado sem considerar a inflação futura projetada nos fluxos a serem descontados, conforme vedação imposta pela própria norma. Devido ao ambiente econômico brasileiro na realidade atual das taxas de juros a longo prazo, essa vedação pode gerar distorções na informação a serem prestadas, por conta disto, a Companhia avaliou estes efeitos, concluindo quanto sua imaterialidade para as Demonstrações Financeiras. As obrigações de arrendamentos não estão sendo demonstradas líquidas de PIS e COFINS, pois, os créditos de PIS e COFINS, oriundos de contratos de arrendamentos não apresentam materialidade suficiente que ensejariam uma apresentação específica.

As movimentações dos exercícios são como segue:

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldo em 2020	Adição	Amortização	Juros	Baixas	Saldo em 2021
Arrendamentos operacionais	5	8,89%	8.876	2.937	(3.072)	759	(5.427)	4.073
Total			**8.876**					**4.073**
Circulante			2.383					1.671
Não circulante			6.493					2.402

	Prazo médio contratual (anos)	Taxa efetiva a.a. (%)	Saldo em 2019	Adição	Amortização	Juros	Baixas	Saldo em 2020
Arrendamentos operacionais	5	8,89%	7.397	3.803	(1.971)	(296)	(57)	8.876
Total			**7.397**					**8.876**
Circulante			2.574					2.383
Não circulante			4.823					6.493

Notas Explicativas

Em 31 de dezembro de 2021, os valores de arrendamento operacional, classificados no passivo não circulante, têm seus vencimentos assim programados:

	2021
2023	743
2024	489
Após 2025	1.170
Total	**2.402**

22. Impostos e Contribuições sociais

	2021	2020
Imposto s/ Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS (*)	548.808	439.657
Encargos sociais	9.814	7.684
CSLL	376	4.872
IRPJ	1.044	231
Contribuições ao PIS e a COFINS	46.907	53.477
Imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF	2.209	1.176
Imposto s/ serviços - ISS	10.017	8.893
Tributos e contribuições retidos na fonte (PIS/COFINS/CSLL)	2.965	2.270
Outros	7.032	7.041
Total	**629.172**	**525.301**
Circulante	227.498	214.406
Não Circulante	401.674	310.895

(*) Inclui, R$397.982 (R$309.288 em 2020), referente ao ICMS incidente sobre a TUSD suspenso por liminares. Em contrapartida o valor é contabilizado na rubrica de consumidores e concessionárias no ativo não circulante (vide nota explicativa n°6).

Programa de Recuperação de Créditos do Estado de Mato Grosso - Programa REFIS- MT - ICMS vencidos até 30 de novembro de 2020

Em 30 de setembro de 2021, a Companhia aderiu ao PROGRAMA REFIS-MT, previsto no art. 10 da Lei Estadual nº 10.433/16, regulamentada pelo Decreto nº 704/16, com suas alterações posteriores, com o objetivo de sanar as discussões tributárias relacionadas ao recolhimento a menor do ICMS demanda, ICMS incidente sobre a Tarifa de Uso de Geração Distribuída e de parcela de ICMS de diferencial de alíquota, vencidos até 30 de novembro de 2020, tendo optado pelo pagamento em parcela única dos débitos fiscais, ocorrido em 30 de setembro de 2021, nos montantes de R$223.838 e R$77.178 e R$1.477, respectivamente, conforme segue:

Origem	ICMS Demanda (1)	ICMS Geração Distribuída (2)	ICMS Diferencial de alíquota (3)	Total
ICMS - Valor principal	89.350	58.381	1.000	148.731
Atualização monetária	134.488	17.395	440	152.323
Juros	-	644	22	666
Multas	-	758	15	773
Pagamento a vista de créditos fiscais - ICMS	**223.838**	**77.178**	**1.477**	**302.493**

ICMS recolhido por espontaneidade vencidos a partir de 01 de dezembro de 2020 a 31 de março de 2021

Notas Explicativas

A Companhia após análise efetuada pelos seus consultores jurídicos e tributários tomou decisão de efetuar recolhimento de forma espontânea relacionado ao ICMS da Geração distribuída correspondente ao período de dezembro/2020 a março/2021, pagos em 30 de setembro de 2021, conforme segue:

Origem	ICMS Demanda	ICMS Geração Distribuída	ICMS Diferencial de alíquota	Total
ICMS – Valor principal	-	22.213	-	22.213
Atualização monetária	-	1.628	-	1.628
Juros	-	1.548	-	1.548
Multas	-	4.768		4.768
Pagamento a vista de créditos fiscais – ICMS	**-**	**30.157**	**-**	**30.157**
Total dos recolhimentos de ICMS	**223.838**	**107.335**	**1.477**	**332.650**

(1) ICMS Demanda: processos decorrentes de autuações do Estado sob o argumento de que a Companhia cumpriu de forma equivocada as decisões que eximiu alguns clientes de recolher o ICMS sobre a demanda. A Companhia não havia constituído provisão com base nas avaliações de riscos atribuídas pelos seus consultores jurídicos. O valor do principal de R$89.350 foi reconhecido em contrapartida a rubrica Consumidores e concessionárias e, constituiu-se uma provisão no valor de R$81.191 e a diferença de R$8.159 foi reconhecida com perda efetiva, contabilizados em outras despesas operacionais, enquanto a parcela correspondente a atualização monetária no montante de R$134.488 foi contabilizada em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

(2) ICMS de geração distribuída: refere-se a ICMS incidente sobre os encargos de conexão ou uso do sistema de distribuição, utilizados pelos consumidores com geração distribuída (GD). A Companhia registrou na rubrica Consumidores e concessionárias o montante de R$101.809, no ativo não circulante e uma provisão de perda estimada no valor de R$2.192 em contrapartida de outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício em face de tratar-se de parcela em controversa. Os valores apurados de R$107.335 correspondem a parcela de R$77.178 com vencimento até 30 de novembro de 2020 o que possibilitou o ingresso no REFIS Estadual e o montante de R$30.157, pago por espontaneidade, corresponde ao período de dezembro/2020 a março/2021. Do total pago por espontaneidade, R$4.768 foram reconhecidos como provisão de provável perda em outras despesas financeiras.

(3) ICMS diferencial de alíquota: corresponde a parcela de diferencial de alíquota incidentes sobre operações de materiais e equipamentos adquiridos de outros estados, tendo sido contabilizados o montante de R$1.000 em outros créditos no ativo circulante e os juros, as multas e a correção monetária de R$477 em outras despesas financeiras na demonstração do resultado do exercício.

As multas, juros e atualização monetária, resultantes da operação foram contabilizadas em outras despesas financeiras no resultado do exercício, deduzidas das reduções do Programa Refis de R$461.567.

23. Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS

Em março de 2017 o STF decidiu em repercussão geral (tema 69) e confirmou que o ICMS não compõe a base de cálculo para a incidência do PIS e da COFINS. Contudo, a União Federal apresentou embargos de declaração buscando a modulação dos efeitos e a definição do valor do ICMS que poderá ser excluído da base de cálculo das contribuições.

Em 21 de setembro de 2021, transitou em julgado no Tribunal Regional Federal da 1ª Região decisão favorável o processo nº 0004036-91.2017.4.01.3600, da Companhia.

A Administração da Companhia, amparada nas avaliações de seus assessores jurídico e tributários, bem como no Despacho nº 246/2021 da Procuradoria da Fazenda Nacional que aprovou o Parecer SEI nº 7.698/2021-ME constituiu ativo de PIS e de COFINS a recuperar no ativo não circulante de R$1.254.231 e passivo não circulante de R$1.240.973, líquido de honorários devidos aos advogados, consultores e dos tributos incidentes sobre a receita financeira, correspondente a aplicação da variação da taxa Selic sobre o ativo reconhecido. A constituição do passivo decorre do entendimento que os montantes a serem utilizados como créditos fiscais das contribuições deverão ser integralmente repassados aos consumidores nos termos das normas regulatórias do setor elétrico. O repasse aos consumidores dependerá do efetivo aproveitamento do crédito tributário pela Companhia e será efetuado conforme normas da Receita Federal do Brasil e regulatórias, da Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Notas Explicativas

Em 13 de maio de 2021 o Supremo Tribunal Federal (STF) manteve integralmente a tese firmada em Repercussão Geral (Tema 69 – "O ICMS não compõe a base de cálculo para fins de incidência do PIS e da COFINS"), consolidando o entendimento no qual o valor do ICMS destacado na nota fiscal deve ser excluído da base de cálculo das contribuições para o PIS e a COFINS. Em relação à modulação da decisão, foi definido o dia 15 de março de 2017 como marco de retroatividade da decisão, ressalvadas as ações propostas até aquela data.

Em observância da tese firmada, a Procuradoria Geral da Fazenda Nacional (PGFN) emitiu o Parecer SEI nº 7698/2021/ME, corroborado pelo Despacho nº 246/2021/PGFN-ME, que dispensa os Procuradores a recorrerem e contestarem quaisquer ações que tenham como fundamento o Tema 69 ainda pendentes de edição.

O resumo dos impactos são como segue:

	2021	
	Ativo	Passivo
Pis e Cofins – Efeitos da redução do ICMS	1.254.231	-
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS (*)	-	(1.240.973)
Total do ativo e passivo não circulante	**1.254.231**	**(1.240.973)**

Demonstração do resultado	2021
Receita operacional bruta	
Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS - outros passivos	(980.844)
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo PIS e COFINS - tributos a recuperar	980.844
Resultado financeiro	
Outras Receitas financeiras	
Atualização dos Tributos a recuperar PIS e COFINS - Efeitos da redução do ICMS	273.387
Outras Despesas financeiras	
Atualização dos Outros passivos Efeitos da Redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	(273.135)
Resultado apurado	**252**

(*) Deduzidos de R$13.006, referente aos custos com advogados, consultoria e tributos.

24. Provisões para riscos trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórios

A Companhia é parte em ações judiciais e processos administrativos em andamento em tribunais e órgãos governamentais. Tais processos decorrem do desenvolvimento normal das suas atividades, envolvendo matéria cível, trabalhista, fiscal e regulatória.

Perdas prováveis

Uma provisão é reconhecida quando a obrigação for considerada provável de perdas pelos assessores jurídicos da Companhia. A contrapartida da obrigação é uma despesa do exercício. Essa obrigação pode ser mensurada com razoável certeza e é atualizada de acordo com a evolução do processo judicial ou encargos financeiros incorridos e pode ser revertida caso a estimativa de perda não seja mais considerada provável, ou baixada quando a obrigação for liquidada. Por sua natureza, os processos judiciais serão solucionados quando um ou mais eventos futuros ocorrerem ou deixarem de ocorrer. Tipicamente, a ocorrência ou não de tais eventos não depende da atuação da Companhia e incertezas no ambiente legal envolve o exercício de estimativas e julgamentos significativos da Administração quanto aos resultados dos eventos futuros.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas prováveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2021	2020
Saldo inicial - 2020 e 2019	**4.685**	**93.888**	**702**	**6.649**	**105.924**	**104.129**
Constituições de provisões	2.203	24.734	2	-	26.939	37.314
Reversões de provisões	(942)	(3.041)	(58)	-	(4.041)	(10.773)

Notas Explicativas

Pagamentos realizados	(2.331)	(40.841)	-	-	(43.172)	(30.334)
Atualização monetária	242	6.424	1.179	1.181	9.026	5.588
Saldo final - 2021 e 2020	**3.857**	**81.164**	**1.825**	**7.830**	**94.676**	**105.924**
Cauções e depósitos vinculados (*)					(12.072)	(8.142)

(*) A Companhia possui cauções e depósitos vinculados no ativo não circulante, no montante de R$55.107 (R$49.278 em 2020). Desse total, R$43.035 (R$41.136 em 2020) não possuem provisões para riscos em face do prognóstico de perda ser possível ou remoto.

Trabalhistas

A maioria dessas ações foram propostas por funcionários próprios, tendo por objeto discussões envolvendo jornada de trabalho, em especial, sobreaviso. Também há ações envolvendo ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia verbas rescisórias/contratuais.

Cíveis

Nos processos cíveis discute-se principalmente alegação de inscrição irregular nos órgãos de proteção ao crédito, danos morais por interrupção no fornecimento de energia, questionamentos sobre o valor de contas de energia elétrica, em que o consumidor requer a revisão ou o cancelamento da fatura; a cobrança de danos materiais e morais, decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos medidores de energia elétrica ou decorrentes de variações na tensão elétrica ou de falta momentânea de energia.

Fiscais

Nos processos tributários discute-se principalmente o recolhimento de Contribuições Previdenciárias e multa de Procon.

Regulatórias

Refere-se a processos de contingências regulatórias junto à ANEEL, referente descumprimento de preceito regulatório.

A Administração entende que todas as provisões constituídas são suficientes para cobrir eventuais perdas com os processos em andamento. Com base na opinião dos seus consultores jurídicos foram provisionados todos os processos judiciais, cuja probabilidade de desembolso futuro foi estimada como provável.

Perdas possíveis

A Companhia possui processos de naturezas trabalhistas, cíveis, fiscais e regulatórias em andamento, cuja probabilidade de perda foi estimada pelos consultores jurídicos como possível, não requerendo a constituição de provisão.

Segue demonstrativo da movimentação das provisões com as perdas possíveis:

	Trabalhistas	Cíveis	Fiscais	Regulatórias	2021	2020
Saldo inicial - 2020 e 2019	**31.794**	**757.602**	**1.125.333**	**21.547**	**1.936.276**	**1.864.103**
Novos processos	3.476	61.451	95	10.384	75.406	195.059
Mudança de prognósticos e valor pedido	(9.473)	(15.725)	(110.108)	-	(135.306)	(119.031)
Encerramento de processos (*)	(4.923)	(59.256)	(664.037)	(2.394)	(730.610)	(69.534)
Atualização Monetária	2.957	82.205	21.859	967	107.988	65.679
Saldo final -2021 e 2020	**23.831**	**826.277**	**373.142**	**30.504**	**1.253.754**	**1.936.276**

(*) Inclui R$ R$663.912, referente aos processos de ICMS Demanda.

Seguem os comentários de nossos consultores jurídicos referente às ações consideradas com riscos possíveis:

Notas Explicativas

Trabalhistas

A maioria dessas ações tem por objeto discussões envolvendo ex-empregados de prestadores de serviços contratados pela Companhia. Processos propostos por funcionários próprios discutindo especialmente questões envolvendo horas extras.

Cíveis

As ações judiciais de natureza cível, têm majoritariamente os seguintes objetos: (i) revisão ou o cancelamento de faturas de energia elétrica e (ii) indenizações por danos materiais e morais decorrentes da suspensão do fornecimento de energia elétrica por falta de pagamento, por irregularidades nos aparelhos de medição, de variações de tensão elétrica, falta momentânea de energia e acidentes na rede elétrica.

Principais processos:

. Ação 1004068-45.2018.4.01.3600 no montante de R$362.619 (R$326.806 em 2020) onde autor requer declaração de legalidade e exigibilidade da cobrança de contraprestação pelo uso das faixas de domínio da rodovia concedida à CRO para a implantação de redes de distribuição de energia elétrica, com a condenação da EMT ao pagamento das parcelas vencidas e vincendas em razão do referido uso, bem como a assinar os contratos pendentes e a apresentar o projeto executivo da área de ocupação.

. Ação de indenização 17436-75.2014.811.0041, no montante de R$83.926 (R$75.637 em 2020), ajuizada por Conel Construções Elétricas Ltda, objetivando o ressarcimento por danos materiais e morais, fundamentada em suposta rescisão imotivada pela ré do contrato de prestação de serviços.

. Ação de indenização 54570-73.2013.811.0041, no montante de R$47.560 (R$42.863 em 2020), objetivando o ressarcimento de valores em razão de onerosidade excessiva dos contratos de prestação de serviço e de descumprimento de obrigações previstas nos contratos.

. Ação de indenização 13549-66.2015.811.0003, no montante de R$41.078 (R$37.021 em 2020), onde se discute matéria relacionada a danos morais e materiais.
. Ação de indenização 1005691-76.2017.8.11.0041, no montante de R$34.146 (R$30.774 em 2020), onde se discute matéria relacionada a cláusulas contratuais.

Fiscais

As ações de natureza tributária, referem-se basicamente, aos seguintes objetos: (i) compensação e aproveitamento de créditos de ICMS; (ii) imposto sobre serviços de qualquer natureza (ISSQN) na figura de substituto tributário; e (iii) imposto de renda e obrigação acessória junto à Receita Federal do Brasil.

Principais processos:

. Em 30 setembro de 2021 foram quitados no Programa de Recuperação de Créditos do Estado de Mato Grosso - Programa REFIS-MT, os processos que envolviam a exigência ICMS incidentem sobre demanda de energia que totalizavam R$663.912 (R$652.495 em 2020). Esses processos eram decorrentes de autuações por suposta falta de recolhimento do imposto no cumprimento de decisões judiciais. Diante da oportunidade apresentada no REFIS, custos envolvidos com a gestão deste contencioso e a possibilidade de recuperação dos valores liquidados em ação de regresso, foi realizada a adesão ao Programa, conforme valores divulgados na nota explicativa nº 22.

. Processo nº 14094.720008/2018-36, no montante de R$87.017 (R$84.306 em 2020) relacionado a não homologação das alterações realizadas nas DCTF do período de 2014 a 2016.

. Processo 0010774-95.2017.4.01.3600, no montante de R$120.997 (R$118.952 em 2020), envolvendo discussão sobre execução fiscal proposta pela União Federal, em razão da exclusão da empresa no parcelamento previsto na Lei nº 11.941/09, ocorrido em 2011, com a respectiva perda dos benefícios concedidos.

Notas Explicativas

. Ação Administrativa 59994/2012, no montante de R$87.841 (R$65.369 em 2020), relacionado à concessão de benefício fiscal do Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Prestação de Serviços-ICMS do Estado do Mato Grosso, recebida em dezembro de 2020.

. A totalidade dos processos referentes à tomada de crédito do diferencial de alíquota de ICMS, decorrentes de operações de aquisição de bens destinados ao ativo permanente (R$131.910 em 2020), tiveram o prognostico alterado para remoto em razão da decisão do STF na ADI nº 4.623/MT, que reconheceu a inconstitucionalidade do art. 25 da Lei nº 7.098/1998 do Mato Grosso, que vedava a apropriação do crédito do diferencial de alíquota de ICMS.

Regulatórias
Processos de contingências regulatórias junto à ANEEL decorrem principalmente de penalidade aplicada em razão de Autos de Infração oriundos de fiscalizações.

25. Encargos setoriais e incorporação de redes

25.1. Encargos setoriais

	2021	2020
Conta de Desenvolvimento Energético – CDE (*)	12.441	-
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	2.123	1.858
Ministério de Minas e Energia – MME	1.061	929
Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica – PROCEL	9.009	2.597
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	52.468	51.803
Programa de Eficiência Energética – PEE	60.778	58.133
Total	**137.880**	**115.320**
Circulante	105.840	60.932
Não circulante	32.040	54.388

(*) Refere-se a quotas mensais da CDE CONTA COVID, devidas pelas concessionárias e permissionárias de distribuição, conforme Despacho nº 939, de 5 de abril de 2021 da Aneel, para amortização da operação de créditos contratada pela Câmara de Comercialização de Energia Elétrica – CCEE na gestão da CONTA COVID, nos termos da Resolução Normativa nº 885, de 2020.

O contrato de concessão da Companhia estabelece a obrigação de aplicar anualmente o montante de 1% da receita operacional líquida, em ações que tenham como objetivo o combate ao desperdício de energia elétrica e o desenvolvimento tecnológico do setor elétrico. Esse montante é destinado aos Programas de Eficiência Energética (PEE), Pesquisa e Desenvolvimento (P&D), ao Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (FNDCT), Ministério de Minas e Energia (MME) e ao Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (PROCEL). A participação de cada um dos programas está definida pelas Leis nº 10.848 de 15 de março de 2004, nº 11.465 de 28 de março de 2007, nº 2.212 de 21 de janeiro de 2010 e nº 13.280 de 03 de maio de 2016. Os valores são atualizados mensalmente pela variação da taxa selic.

A Lei 14.120/2021, que alterou a Lei 9.991/2000, determina que os recursos de P&D e PEE não comprometidos com projetos contratados ou iniciados deverão ser destinados à CDE em favor da modicidade tarifária. Desta forma, a partir de abril/2021, conforme consta no Despacho 904/2021, mensalmente as distribuidoras devem repassar parte do saldo das contas de P&D e PEE para CCEE, controladora da CDE.

Os gastos realizados com os projetos de PEE e P&D estão registrados na rubrica de serviços em curso até o final dos projetos, quando são encerrados contra os recursos do programa.

A realização das obrigações com o PEE e P&D por meio da aquisição de ativo intangível tem como contrapartida o saldo de obrigações especiais.

25.2. Incorporação de Redes

Notas Explicativas

Com a finalidade de viabilizar o atendimento aos pedidos de ligação de novas unidades consumidoras, os solicitantes, individualmente ou em conjunto, e os órgãos públicos, inclusive da administração indireta, poderão aportar recursos, em parte ou no todo, para as obras necessárias à antecipação da ligação ou executar as obras de extensão de rede mediante a contratação de terceiro legalmente habilitado. Os recursos antecipados ou o valor da obra executada pelo interessado deverão ser restituídos pela Companhia até o ano em que o atendimento ao pedido de fornecimento seria efetivado segundo os Planos de Universalização, para os casos de consumidores que se enquadrem aos critérios de atendimento sem custo ou nos prazos fixados nos regulamentos que tratam do atendimento com participação financeira do interessado.

Sobre os saldos das incorporações de redes particulares incidem encargos calculados pela variação do IGPM, acrescido de 0,5% a 1% ao mês de juros.

Segue a movimentação ocorrida nos exercícios:

	2021	2020
Saldos iniciais - 2020 e 2019	**101.505**	**84.404**
Adições	38.001	17.192
Atualização monetária e juros	31.163	39.565
Baixas - pagamentos	(76.747)	(39.656)
Saldos finais - 2021 e 2020	**93.922**	**101.505**
Circulante	93.922	56.001
Não circulante	-	45.504

26. Outros passivos

	2021	2020
Valores e encargos a recuperar tarifa - TUSD [1]	12.201	12.201
Adiantamento de consumidores	24.166	17.082
Encargos tarifários	3.403	3.403
Participações empregados e administradores	8.860	18.596
Convênio de arrecadação	1.046	1.040
Entidades seguradoras - prêmios de seguros	2.318	1.822
Ressarcimento EBP - Salto Paraíso [2]	44.759	43.340
Folha de Pagamento	7.170	6.880
Bônus de redução voluntária de consumo [3]	69.345	-
Transferência de Ativos-Global Energia Elétrica S/A	10.468	10.468
Retenção de Caução Contratual	11.387	14.049
Outros credores	18.571	14.842
Total	**213.694**	**143.723**
Circulante	143.745	73.065
Não circulante	69.949	70.658

(1) Vide nota explicativa nº 6 - Consumidores e concessionarias.

(2) Ressarcimento EBP - Salto Paraíso - refere-se à incorporação da conexão das usinas na SE Salto Paraíso com ressarcimento a ser pago pela Companhia a EBP (Enel Brasil Participações) por meio de compensação com crédito decorrente do contrato de uso do sistema de distribuição ("CUSD"). O saldo é atualizado mensalmente com aplicação da variação do índice IPCA com liquidações mensais, iniciadas em junho de 2018.

(3) Vide nota explicativa nº 9.4 - Programa de Incentivo a Redução Voluntária de Consumo de Energia Elétrica.

27. Patrimônio líquido

27.1. Capital Social

Notas Explicativas

O capital social subscrito e integralizado é de R$1.677.113 (R$1.677.113 em 2020) e está representado por 75.529.774 (75.529.774 em 2020) ações ordinárias e 143.412.165 (143.412.165 em 2020) ações preferenciais, todas nominativas, escriturais e sem valor nominal.

As ações preferenciais possuem as seguintes características:

(i) sem direito a voto;
(ii) prioridade no caso de reembolso do capital, sem prêmio;
(iii) prioridade na distribuição de dividendos mínimos, não cumulativos, de 10% (dez por cento) ao ano sobre o capital próprio atribuído a essa espécie de ações, dividendo a ser entre elas rateado igualmente;
(iv) direito de participar - depois de atribuído às ações ordinárias dividendo igual ao mínimo previsto no inciso "III" supra - da distribuição de quaisquer dividendos ou bonificações, em igualdade de condições com as ações ordinárias.

As ações preferenciais sem direito de voto, adquirirão o exercício desse direito se a Companhia, durante três exercícios consecutivos, deixar de pagar os dividendos fixos ou mínimos a que fizerem jus, direito que conservarão até que passe a efetuar o pagamento de tais dividendos.

A transferência de propriedade das ações nominativas só poderá ser efetuada no escritório central da Companhia. O desdobramento de títulos múltiplos será efetuado a preço não superior ao custo.

27.2. Reserva de capital

	2021	2020
Incentivos fiscais de Reinvestimentos [1]	1.587	1.587
Programa de remuneração variável (ILP) [2]	3.732	2.486
Total	**5.319**	**4.073**

(1) Incentivo fiscal de Reinvestimento - instituído pelo Governo Federal, através da Lei nº 5.508/1968, modificado pela Lei nº 8.167/1991, Lei nº 9.532/1997 e Medida Provisória nº 2.199/2014 que permite às empresas dos setores industrial, agroindustrial, infra-estrutura e turismo o reinvestimento correspondente a 30% do Imposto de Renda devido, calculado sobre o lucro da exploração, acrescido de outra parcela (50% desses 30%) de Recursos Próprios. Os incentivos fiscais de Reinvestimento de 30% do IRPJ concedidos pela SUDAM à Companhia submetem-se às normas estabelecidas no Manual de Incentivos Fiscais da SUDAM, segundo o qual a incorporação dos recursos ao capital social da empresa deve ocorrer no prazo de 180 (cento e oitenta) dias, contados a partir do encerramento do exercício social em que houve a emissão do ofício de liberação pela SUDAM, de forma que a Companhia deverá proceder, quando for o caso, a distribuição de ações ou quotas aos acionistas ou sócios, na forma estabelecida na legislação

(2) Programa de remuneração variável (ILP) - refere-se à implementação do Programa de Remuneração Variável através de concessão de ações, denominada Incentivo de Longo Prazo (ILP) (vide nota explicativa nº 12).

27.3. Reserva de lucros - reserva legal

Constituída com 5% do lucro líquido do exercício antes de qualquer outra destinação e limitada a 20% do capital social, de acordo com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76.

27.4. Reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda)

A Companhia por atuar no setor de infraestrutura na região Centro Oeste, obteve a redução (75% do imposto calculado sobre o lucro da exploração) do imposto de renda devido para fins de investimentos em projetos de ampliação da sua capacidade instalada, conforme determina o artigo nº 635, do Decreto nº 9.580, de 22 de novembro de 2018 (Novo Regulamento do Imposto de Renda).

Esta redução foi aprovada através do Laudo Constitutivo da SUDAM nº 114/2014 - Ato Declaratório Executivo nº 17 – DRF/CBA de 02 de fevereiro de 2015, que impôs algumas obrigações e restrições:

(i) O valor apurado como benefício não pode ser distribuído aos acionistas;

Notas Explicativas

(ii) O valor deve ser contabilizado como reserva de lucros e poderá ser utilizado para absorção de prejuízos, desde que anteriormente já tenham sido totalmente absorvidas as demais reservas de lucros, com exceção da reserva legal, ou aumentar capital, e capitalizado até 31 de dezembro do ano seguinte, com aprovação em AGO/AGE;

(iii) O valor deve ser aplicado em atividades diretamente relacionadas com a atividade de distribuição de energia elétrica na área de concessão da Companhia.

A partir da edição da Lei nº 11.638/07 e Lei 11.941/09 os incentivos fiscais passaram a ser contabilizados no resultado do exercício com posterior transferência para reserva de lucros - reserva de incentivo fiscal (imposto de renda). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 a Companhia apurou R$215.844 (R$128.587 em 2020) de redução de imposto de renda e adicionais.

27.5. Reserva de lucros – reserva de retenção de lucros

Em 31 de dezembro de 2019, o montante de R$302.802 foi destinado para a reserva de retenção de lucros, com base no orçamento de capital, aprovado pelo Conselho de Administração e na Assembleia Geral Ordinária e Extraordinária de 28 de abril de 2020. Nos exercícios de 2021 e 2020, não houve destinação para essa reserva.

27.6. Dividendos

O estatuto social determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do lucro líquido do exercício, ajustado na forma do artigo 202 da Lei nº 6.404/76, e permite a distribuição de dividendos apurados com base em resultados intermediários.

A Administração está propondo a seguinte distribuição de dividendos:

	2021	2020
Lucro líquido do exercício	1.133.395	677.966
Reserva legal (5%)	(56.670)	(33.898)
Realização da reserva de reavaliação liquida de tributos	11.582	12.369
Dividendos prescritos	-	114
Reserva de redução de incentivo fiscal - imposto de renda	(215.844)	(128.587)
Lucro líquido ajustado	872.463	527.964
Dividendos obrigatórios (25%)	218.116	131.991
. Valores pagos em 27 de agosto de 2021 – R$2,204350319940 (26 de novembro de 2020 - R$0,567615317431) por ação preferencial[1]	482.625	81.403
. Valores pagos em 09 de dezembro de 2021, correspondem a R$0,87016458879 por ação preferencial[1]	190.515	-
. Dividendos a pagar - correspondem a R$0,29307721588 por ação ordinária e R$0,198392653091 por ação preferencial	-	50.588
. Dividendos adicionais propostos - correspondem a R$0,91039385099 (R$2,118355110528 em 2020) por a ação ordinária e R$ R$0,91039385099 (R$1,645424356085 em 2020) por ação preferencial [2]	199.323	395.973
Total dos dividendos	872.463	527.964
% sobre o lucro líquido ajustado	100%	100%

(1) Os dividendos antecipados aprovados nas Reuniões do Conselho de Administração de 11 de agosto e 10 de novembro de 2021, foram calculados sobre o resultado apurado com base no balanço patrimonial de 30 de junho e 30 de setembro de 2021, respectivamente.

(2) Os dividendos adicionais propostos declarados com montantes superiores aos dividendos mínimos obrigatórios após o exercício contábil a que se refere às demonstrações financeiras, por não se constituírem uma obrigação presente, são apresentados destacados no patrimônio líquido, não sendo constituído o respectivo passivo até sua efetiva aprovação, de acordo com as normas do ICPC-08, e serão pagos em data a ser definida em RCA.
A Companhia tem como prática alocar o recebimento de dividendos na atividade de investimento na demonstração do fluxo de caixa.

27.7. Outros resultados abrangentes

Refere-se à contabilização do plano de benefício a empregados líquidos de impostos. Os referidos saldos estão contabilizados como Outros resultados abrangentes em atendimento ao CPC 26 - Apresentação das demonstrações contábeis.

Notas Explicativas

Segue movimentação realizada nos exercícios:

	2021	2020
Saldo inicial - 2020 e 2019	**(73.191)**	**(85.008)**
Ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	47.204	17.905
Tributos sobre ganho e perda atuarial - benefícios pós-emprego	(16.050)	(6.088)
Saldo final - 2021 e 2020	**(42.037)**	**(73.191)**

28. Receita operacional

	2021			2020		
	Fora do escopo dos auditores independentes		R$	Fora do escopo dos auditores independentes		R$
	Nº de consumidores	MWh		Nº de consumidores	MWh	
Residencial	1.220.172	3.293.501	3.191.999	1.176.286	3.364.020	2.808.161
Industrial	17.804	567.577	559.458	18.334	640.969	522.788
Comercial	99.884	1.403.442	1.438.976	96.737	1.482.186	1.293.065
Rural	204.065	1.324.975	1.042.228	200.264	1.410.480	891.342
Poder público	12.571	348.430	328.409	12.435	332.282	267.863
Iluminação pública	672	414.026	265.387	803	370.136	191.195
Serviço público	1.521	165.500	147.116	1.432	168.241	124.237
Consumo próprio	308	9.536	-	313	9.674	-
Subtotal	**1.556.997**	**7.526.987**	**6.973.573**	**1.506.604**	**7.777.988**	**6.098.651**
Suprimento de energia a concessionárias	-	1.636.356	392.153	-	998.570	150.409
Fornecimento não faturado líquido	-	(18.686)	242.372	-	15.667	90.703
Disponibilização do sistema de transmissão e de distribuição	433	-	836.991	323	-	696.360
Bônus de redução voluntária de consumo	-	-	(69.345)	-	-	-
Bônus - Reembolso do Fundo CDE	-	-	69.345	-	-	-
Receita de construção da infraestrutura [1]	-	-	557.084	-	-	318.163
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	-	-	(980.844)	-	-	-
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do Pis e Cofins	-	-	980.844	-	-	-
Penalidades Regulatórias	-	-	(35.705)	-	-	(24.839)
Valor justo do ativo financeiro indenizável da concessão	-	-	353.014	-	-	113.759
Constituição e amortização - CVA ativa e passiva	-	-	985.269	-	-	154.804
Subvenções vinculadas ao serviço concedido	-	-	387.810	-	-	395.303
Outras receitas operacionais	-	-	47.653	-	-	28.113
Total - receita operacional bruta	**1.557.430**	**9.144.657**	**10.740.214**	**1.506.927**	**8.792.225**	**8.021.426**
Deduções da receita operacional:						
ICMS	-	-	1.955.075	-	-	1.695.343
PIS	-	-	142.762	-	-	126.165
COFINS	-	-	657.569	-	-	581.124
ISS	-	-	445	-	-	322
Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT [2]	-	-	(25.853)	-	-	(7.317)
Programa de Eficiência Energética - PEE	-	-	25.650	-	-	18.683
Encargos do consumidor - PROCEL	-	-	6.413	-	-	4.671
Conta de Desenvolvimento Energético - CDE	-	-	613.856	-	-	476.503
Pesquisa e Desenvolvimento - P&D	-	-	12.825	-	-	9.341
Fundo Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - FNDCT	-	-	12.825	-	-	9.341
Ministério das Minas e Energia - MME		-	6.413	-	-	4.671
Taxa de Fiscalização dos Serviços de Energia Elétrica - TFSEE	-	-	8.968	-	-	6.680

Notas Explicativas

Total - deduções da receita operacional	**-**	**-**	**3.416.948**	**-**	**-**	**2.925.527**
Total - receita operacional líquida	**1.557.430**	**9.144.657**	**7.323.266**	**1.506.927**	**8.792.225**	**5.095.899**

(1) Receita de construção da infraestrutura - está representada pelo mesmo montante em custo de construção da infraestrutura. Tais valores são de reconhecimento obrigatório pela ICPC 01 – Contratos de Concessão e correspondem a custo de construção das obras de ativos da concessão de distribuição de energia elétrica.

(2) Deduções bandeiras tarifárias - CCRBT - a partir de janeiro de 2015, as contas de energia tiveram a aplicação do Sistema de Bandeiras Tarifárias, que tem por objetivo equilibrar a exposição da distribuidora aos custos de curto prazo na geração de energia. O acionamento da bandeira tarifária é sinalizado mensalmente pela ANEEL por meio de nota técnica, e os recursos provenientes da aplicação da bandeira tarifária podem ser totais ou parcialmente revertidos à CCRBT, conforme despacho mensalmente divulgado pela ANEEL.

As receitas auferidas pela Companhia referentes às Bandeiras Tarifárias no exercício findo em 31 de dezembro de 2021, foram de R$538.907 (R$31.491 em 2020), tendo recebido da Conta Centralizadora dos Recursos de Bandeiras Tarifárias – CCRBT, o montante de R$25.853 (pago R$7.317 em 2020). Dessa forma, o efeito líquido das bandeiras tarifárias no resultado do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 é de R$564.760 (R$38.808 em 2020).

29. Custos e despesas operacionais

Os custos e despesas operacionais especificados na demonstração do resultado do exercício possuem a seguinte composição por natureza de gasto:

Natureza do gasto	Custo do serviço			Despesas Operacionais	Total	
	com energia elétrica	de operação	Prestado a terceiros	Gerais e Administrativas	2021	2020
Energia elétrica comprada para revenda	3.590.779	-	-	-	3.590.779	2.540.802
Encargo de uso - sistema de transmissão e distribuição	461.546	-	-	-	461.546	365.834
Pessoal e administradores	-	195.978	25	17.292	213.295	197.692
Programa de remuneração variável (ILP)	-	-	-	1.771	1.771	1.642
Benefícios pós emprego	-	2.999	-	14.024	17.023	(3.915)
Material	-	45.341	-	6.630	51.971	41.783
Serviço de terceiros	-	135.779	-	118.847	254.626	243.800
Depreciação e amortização	-	214.925	-	17.465	232.390	242.098
Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	-	77.097	-	-	77.097	147.585
Reversão de provisões para riscos trabalhistas, cíveis e fiscais	-	-	-	(20.274)	(20.274)	(3.793)
Custo de construção da infraestrutura	-	-	557.084	-	557.084	318.163
Outros [1]	-	7.423	108	62.988	70.519	42.884
Total	**4.052.325**	**679.542**	**557.217**	**218.743**	**5.507.827**	**4.134.575**

(1) Inclui no custo de serviço de operação R$13.823 (R$24.673 em 2020) referente a reembolso de geração térmica conforme Lei 12.111/2009.

Energia elétrica comprada para revenda

	MWH (***)		Valores em R$ mil	
	2021	2020	2021	2020
Energia de Itaipú - Binacional	1.451.970	1.404.692	638.477	522.833
Energia de leilão	3.582.578	3.303.735	996.410	771.679
Energia bilateral	3.141.422	3.375.383	999.222	891.664
Reembolso CCC	-	-	(30.501)	(1.941)
Cotas de Angra - Resolução Normativa nº 530/2012 (*)	276.460	262.612	67.962	74.047
Energia de curto prazo – CCEE (**)	-	122.677	746.001	184.702
Cotas Garantia Física-Res. Homol. ANEEL 1410 - Anexo I	2.107.940	1.852.898	412.323	253.605
Programa incentivo fontes alternativas energia - PROINFA	186.512	178.793	84.245	65.111
Energia de reserva - ERR	-	-	30.515	38.814

Notas Explicativas

(-) Parcela a compensar crédito PIS/COFINS não cumulativo	-	-	(353.875)	(259.712)
Total	**10.746.882**	**10.500.790**	**3.590.779**	**2.540.802**

(*) Contempla valor da REN 1.585/2013.
(**) Inclui demais custos na CCEE tais como, efeitos da CCEARs, liminares/ajuste de energia leilão e encargos de serviços do sistema.
(***) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

30. Outros resultados

	2021	2020
Outras receitas:		
Ganhos na desativação/alienação de bens e direitos	10.768	11.453
Resultado com cessão de crédito de FIDC (1)	24.162	-
Outras	-	2.041
	34.930	**13.494**
Outras despesas:		
Perdas na desativação/alienação de bens e direitos	(74.258)	(43.425)
Efeitos oriundos a adesão ao REFIS - ICMS Demanda (2)	(89.350)	-
Outras	(4.636)	-
	(168.244)	**(43.425)**
Total	**(133.314)**	**(29.931)**

(1) **Cessão de créditos inadimplidos para Fundo de Investimento em Cotas de Fundos de Investimento**: em janeiro de 2021, a Companhia realizou cessão de créditos inadimplidos, de forma definitiva, sem coobrigação e sem direito de regresso, para os Fundos de Investimento em Direitos Creditórios Não Padronizados (FIDC-NP) Nevasca, Planície e Névoa, os quais tem como cotista o Fundo de Investimento em Cotas (FIC – FIDC) com participação do Banco BTG Pactual e da controladora Energisa S/A. A valoração dos créditos para a cessão a valor justo para os FIDC-NPs foi realizada conforme Laudo de Avaliação elaborado por consultores independentes. A metodologia adotada para a precificação dos créditos inadimplidos foi a do fluxo de caixa descontado, sendo que os valores nominais dos créditos foram ajustados conforme a recuperação estimada para cada um dos FIDC-NPs. Em 2021 foram recebidos o montante de R$96.082. Os títulos estavam em sua maioria totalmente provisionados trazendo efeitos positivos na demonstração de resultado do exercício conforme segue:

Descrição das operações	2021
Valor justo dos títulos cedidos	96.082
Reversão da perda esperada com a provisão de devedores duvidosos	102.985
Custo dos títulos cedidos (*)	(174.905)
Efeitos - Outros Resultados	**24.162**
Custo dos Bens e/ou Serviços Vendidos - Provisão para perdas esperadas de créditos de liquidação duvidosa	**69.602**
Despesas Financeiras - Ajuste a valor presente	**7**
Efeitos apurados	**93.772**

(*) Composição dos títulos cedidos: (i) títulos e créditos a receber – R$62.228: Prefeitura Municipal de Cáceres, Departamento de água e Esgoto de Várzea Grande - DAE VG e Prefeitura Municipal Alta Floresta (nota explicativa nº 7); (ii) outros créditos (notas explicativas nº 6 e 11) – R$102.985: cessão do recebível da ação judicial contra o Banco Daycoval (processo referente a valor transferido indevidamente pelo Banco para a conta corrente da acionista Rede Energia Participações S/A, em 28 de fevereiro de 2012, para quitação de dívidas vencidas, conforme justificativa da Instituição Financeira) e R$7.240 Multicabo (credito com terceiros oriundos de uso mútuo de poste); e (iii) contas de energia elétrica no valor de R$2.452.

(2) Efeitos oriundos a adesão ao REFIS ICMS Demanda: refere-se a provisão para perda no valor de R$81.191 e perda efetiva no montante de R$8.159, conforme nota explicativa nº 6 – Consumidores e concessionarias.

31. Receitas e despesas financeiras

	2021	2020
Receitas financeiras:		
Receita de aplicações financeiras	20.230	26.204

Notas Explicativas

Variação monetária e acréscimos moratórios de energia vendida	139.600	115.799
Juros ativos	11.286	14.405
Ajuste a valor presente	464	444
Atualização financeira - Ativos financeiros setoriais	30.830	(2.925)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	273.387	-
Outras receitas financeiras	9.806	6.028
Total das receitas financeiras	**485.603**	**159.955**
Despesas financeiras:		
Encargos de dívidas - juros	(206.173)	(188.363)
Encargos de dívidas – variação monetária e cambial	(169.414)	(265.001)
Juros e multas	(16.180)	(20.901)
Marcação a mercado de dívidas	75.330	(12.141)
Marcação a mercado de derivativos	(87.141)	12.185
Instrumentos financeiros derivativos	128.801	271.889
Ajuste a valor presente	(13.007)	2.752
Atualização projetos PEE - P&D	(1.738)	(1.454)
Juros de incorporação de redes	(31.163)	(39.565)
Atualização de contingência	(9.026)	(5.588)
Benefício pós-emprego - Plano de saúde	(8.209)	(8.621)
Atualização financeira - Passivos financeiros setoriais	(13.044)	(3.965)
Atualização sobre os efeitos da redução do ICMS da base de PIS e COFINS	(273.135)	-
Correção monetária ICMS Demanda	(134.488)	-
Outras despesas financeiras	(30.174)	(10.077)
Total das despesas financeiras	**(788.761)**	**(268.850)**
Despesas financeiras líquidas	**(303.158)**	**(108.895)**

32. Lucro por ação

Cálculo do lucro por ação (em milhares de reais, exceto o valor por ação):

	Exercícios findos em:	
	2021	2020
Lucro líquido básico por ação:		
Numerador		
Lucro líquido do exercício		
Lucro disponível aos acionistas preferenciais	766.437	458.440
Lucro disponível aos acionistas ordinárias	366.958	219.526
	1.133.395	**677.966**
Denominador (em milhares de ações)		
Média ponderada de número de ações preferenciais	143.412	142.417
Média ponderada de número de ações ordinárias	75.530	75.017
	218.942	**217.434**
Lucro líquido básico por ação: (*)		
Ação preferencial	5,34430	3,21899
Ação ordinária	4,85845	2,92635

(*) A Companhia não possui instrumento diluidor.

33. Cobertura de seguros

A política de seguros da Companhia baseia-se na contratação de seguros com coberturas bem dimensionadas, consideradas suficientes para cobrir prejuízos causados por eventuais sinistros em seu patrimônio, bem como por reparações em que seja civilmente responsável pelos danos involuntários, materiais e/ou corporais causados a terceiros decorrentes de suas operações, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo dos nossos auditores independentes.

As principais coberturas são:

Notas Explicativas

Ramos	Data de Vencimento	Importância Segurada	Prêmio Anual	
			2021	2020
Riscos Operacionais	22/11/2022	90.000	1.272	1.133
Responsabilidade Civil Geral	23/11/2022	90.000	896	855
Auto Frota	23/10/2022	Até 360/veículos	137	151
Vida em Grupo e acidentes pessoais (*)	31/01/2023	128.212	393	343
Transporte Nacional	04/04/2022	Até 2.000/transporte	43	29
Responsabilidade Civil Administradores e Diretores (D&O)	05/03/2023	75.000	93	93
Responsabilidade do Explorador ou Transporte Aéreo-R.E.T.A (Drones)	12/01/2023	941/drone	2	3
			2.836	**2.607**

(*) Importância Segurada relativa ao mês de janeiro/2022 e projeção prêmio anualizado.

34. Instrumentos financeiros e gerenciamento de risco

Hierarquia de valor justo

Os diferentes níveis foram assim definidos:

- Nível 1 - Preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos e idênticos.
- Nível 2 - Inputs, exceto preços cotados, incluídas no Nível 1 que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços).
- Nível 3 - Premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis).

Em função de a Companhia ter classificado o ativo financeiro indenizável da concessão como melhor estimativa de valor justo por meio do resultado, os fatores relevantes para avaliação ao valor justo não são publicamente observáveis. Por isso, a classificação da hierarquia de valor justo é de nível 3. A movimentação e as respectivas atualizações no exercício foram de R$353.014 (R$113.759 em 2020), assim como as principais premissas utilizadas, estão divulgadas na nota explicativa nº 14 - Ativo financeiro indenizável da concessão.

Abaixo, são comparados os valores contábeis, valor justo e os níveis hierárquicos dos principais ativos e passivos financeiros:

ATIVO	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor justo
Custo amortizado					
Caixa e equivalente de caixa		77.274	77.274	350.974	350.974
Consumidores e concessionárias		2.188.356	2.188.356	1.678.929	1.678.929
Títulos de crédito a receber		7.756	7.756	15.726	15.726
Ativos financeiros setoriais		816.963	816.963	82.695	82.695
		3.090.349	**3.090.349**	**2.128.324**	**2.128.324**
Valor justo por meio do resultado					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	2	326.756	326.756	1.553.670	1.553.670
Ativo financeiro indenizável da concessão	3	3.884.108	3.884.108	3.183.825	3.183.825
Instrumentos financeiros derivativos	2	406.750	406.750	391.448	391.448
		4.617.614	**4.617.614**	**5.128.943**	**5.128.943**

PASSIVO	Nível	2021		2020	
		Contábil	Valor justo	Contábil	Valor Justo

Notas Explicativas

Custo amortizado					
Fornecedores		663.640	663.640	554.059	554.059
Empréstimos e financiamentos, debêntures e encargos de dívidas		4.550.703	4.565.213	4.530.389	4.526.721
Arrendamentos operacionais		4.073	4.073	8.876	8.876
Passivos financeiros setoriais		372.084	372.084	348.573	348.573
		5.590.500	**5.605.010**	**5.441.897**	**5.438.229**
Valor justo por meio do resultado					
Instrumentos financeiros derivativos	2	103.006	103.006	2.961	2.961
		103.006	**103.006**	**2.961**	**2.961**

Derivativos

O valor justo estimado de ativos e passivos financeiros foi determinado por meio de informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliação.

A Companhia tem como política o gerenciamento dos riscos, evitando assumir posições relevantes expostas a flutuações de valor justo. Nesse sentido, buscam operar instrumentos que permitam maior controle de riscos. Os contratos de derivativos são efetuados com operações de *swap* e opções envolvendo juros e taxa de câmbio, visando eliminar a exposição à variação do dólar além de adequação do custo das dívidas de acordo com o direcionamento do mercado.

As operações de proteção contra variações cambiais adversas requerem monitoramento constante, de forma a preservar a eficiência das suas estruturas. As operações vigentes são passíveis de reestruturação a qualquer tempo e podem ser objeto de operações complementares ou reversas, visando reduzir eventuais riscos de perdas relevantes.

Hedge Accounting

A Companhia efetuou a designação formal de parte de suas operações de proteção do tipo “swap” (instrumento de hedge) para troca de variação cambial e juros, para variação do CDI como hedge accounting. Em 31 de dezembro de 2021 essas operações, assim como as dívidas (objeto do hedge) estão sendo avaliadas de acordo com a contabilidade de “hedge” de valor justo. Em tais designações de hedge a Companhia documentou: (i) a relação de hedge; (ii) o objetivo e estratégia de gerenciamento de risco; (iii) a identificação do instrumento financeiro; (iv) o objeto ou transação coberta; (v) a natureza do risco a ser coberto; (vi) a descrição da relação de cobertura; (vii) a demonstração da correlação entre o hedge e o objeto de cobertura; e (viii) a demonstração da efetividade do hedge.

Os contratos de “swap” são designados e efetivos como “hedge” de valor justo em relação à taxa de juros e/ou variação cambial, quando aplicável. Durante o exercício, o “hedge” foi altamente efetivo na exposição do valor justo às mudanças de taxas de juros e, como consequência, o valor contábil das dívidas designadas como hedge foi impactado em R$68.342 (R$7.320 em 2020) e reconhecido no resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

Fair Value Option

A Companhia optou pela designação formal de novas operações de dívidas contratadas no exercício, para as quais a Companhia possui instrumentos financeiros derivativos de proteção do tipo “swap” para troca de variação cambial e juros, como mensuradas ao valor justo. A opção pelo valor justo (“Fair Value Option”) tem o intuito de eliminar ou reduzir uma inconsistência de mensuração ou reconhecimento de determinados passivos, no qual de outra forma, surgiria. Assim, tanto os “swaps” quanto as respectivas dívidas passam a ser mensuradas ao valor justo e tal opção é irrevogável, bem como deve ser efetuada apenas no registro contábil inicial da operação. Em 31 de dezembro de 2021, tais dívidas e derivativos, assim como os demais ativos e passivos mensurados ao valor justo por meio do resultado tem quaisquer ganhos ou perdas resultantes de sua re-mensuração reconhecidos no resultado da Companhia.

Notas Explicativas

Durante o exercício, o valor contábil das dívidas designadas como “Fair Value Option” foi impactado em R$6.988 (R$4.821 em 2020) e reconhecido como resultado financeiro no mesmo momento em que o valor justo de “swap” de taxa de juros era reconhecido no resultado.

A Companhia não possui avaliação de risco de crédito ou instrumento derivativo contratado para esta exposição. Na avaliação da Companhia, a alteração do risco de crédito não tem impacto significativo.

Incertezas

Os valores foram estimados na data das demonstrações financeiras, baseados em informações disponíveis no mercado e por metodologias apropriadas de avaliações, entretanto, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado para produzir a estimativa mais adequada do valor justo. Como consequência, as estimativas utilizadas e apresentadas a seguir não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente.

Administração financeira de risco

O Conselho de Administração tem responsabilidade geral pelo estabelecimento e supervisão do modelo de administração de risco da Companhia.

A gestão de risco da Companhia visa identificar, analisar e monitorar riscos enfrentados, para estabelecer limites e mesmo checar a aderência aos mesmos. As políticas de gerenciamento de riscos e sistemas são revisadas regularmente, a fim de avaliar mudanças nas condições de mercado e nas atividades da Companhia. A Diretoria tem como prática reportar mensalmente a performance orçamentária e os fatores de riscos que envolvem a Companhia.

A Companhia conta com serviços de empresa especializada e independente na gestão de risco de caixa e dívida, de modo que é procedido monitoramento diário sobre o comportamento dos principais indicadores macroeconômicos e seus impactos nos resultados, em especial nas operações de derivativos. Este trabalho permite definir estratégias de contratação e reposicionamento, visando menores riscos e melhor resultado financeiro.

Gestão de Risco de Capital

O índice de endividamento no final dos exercícios é como segue:

	2021	2020
Dívida (*)	4.550.703	4.530.389
Caixa e equivalentes de caixa	(77.274)	(350.974)
Dívida líquida	**4.473.429**	**4.179.415**
Patrimônio líquido	**2.877.345**	**2.780.663**
Índice de endividamento líquido	**1,55**	**1,50**

(*) A dívida é definida como empréstimos, financiamentos, debêntures de curto e longo prazos e encargos de dívidas (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado nas notas explicativas nº 19 e 20.

Risco de liquidez

A Administração, através do fluxo de caixa projetado, programa suas obrigações que geram passivos financeiros ao fluxo de seus recebimentos ou de fontes de financiamentos de forma a garantir o máximo possível a liquidez, para cumprir com suas obrigações, evitando inadimplências que prejudiquem o andamento das operações da Companhia.

A seguir, apresentamos a estratificação dos passivos financeiros, incluindo pagamentos de juros estimados. Não é esperado que possa ocorrer alterações significativas nos fluxos de caixa incluídos nesta análise

	Taxa média de juros efetiva	Até 6 meses	De 6 a 12 meses	De 1 a 3 anos	De 3 a 5 anos	Mais de 5 anos	Total

Notas Explicativas

	ponderada (%) meses						
Fornecedores		631.755	-	-	-	31.885	663.640
Empréstimos, financiamentos, encargos de dívidas e debêntures	9,54%	736.638	682.762	2.215.245	698.892	2.249.154	6.582.691
Instrumentos Financeiros Derivativos		(4.508)	(48.860)	(117.682)	(58.808)	(73.886)	(303.744)
Total		**1.363.885**	**633.902**	**2.097.563**	**640.084**	**2.207.153**	**6.942.587**

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

Pelo modelo energético brasileiro, a energia elétrica adquirida pela Companhia é produzida majoritariamente por usinas hidrelétricas. Um período de escassez prolongado de chuvas, pode ocasionar, uma redução relevante nos níveis dos reservatórios das usinas, obrigando o acionamento de termelétricas o que pode ocasionar aumento de custos para as distribuidoras. Este cenário pode provocar uma pressão no caixa das distribuidoras a curto prazo, fazendo com que medidas governamentais de equilíbrio ao sistema sejam implementadas, como aumento nas tarifas futuras e de bandeiras tarifárias. Estas ações, aliadas ao constante monitoramento dos compromissos assumidos pela Companhia em seus contratos de compra de energia, reduzem a exposição da distribuidora quanto a variação no custo da energia.

a) Risco de crédito

A Administração avalia que os riscos de caixa e equivalentes de caixa, aplicações financeiras e instrumentos financeiros derivativos são reduzidos, em função de não haver concentração e as operações serem realizadas com bancos de percepção de risco aderentes à “Política de Gestão de Riscos decorrentes do Mercado Financeiro” do Grupo Energisa.

O risco de crédito é representado por contas a receber de consumidores e concessionárias, o que, no entanto, é atenuado por vendas a uma base pulverizada de clientes e por prerrogativas legais para suspensão da prestação de serviços a maioria dos clientes inadimplentes.

O ativo financeiro indenizável da concessão que corresponde a parcela estimada do capital investido na infraestrutura do serviço público que não será totalmente amortizada até o final da concessão, será um direito incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Poder Concedente, a título de indenização pela reversão da infraestrutura.

Para os ativos financeiros setoriais referem-se aos ativos decorrentes das diferenças temporárias entre os custos homologados da Parcela A e outros componentes financeiros, constitui um direito a receber da Companhia. Esses valores são efetivamente liquidados por ocasião dos próximos períodos tarifários ou, em caso de extinção da concessão com a existência de saldos apurados que não tenham sidos recuperados, serão incluídos na base de indenização já prevista quando da extinção por qualquer motivo da concessão.

Exposição a riscos de crédito

O valor contábil dos ativos financeiros representa a exposição máxima do crédito. A exposição máxima do risco do crédito na data das demonstrações financeiras, são como segue:

	Nota	2021	2020
Caixa e equivalentes de caixa	5.1	77.274	350.974
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	5.2	326.756	1.553.670
Consumidores e concessionárias	6	2.188.356	1.678.929
Títulos de crédito a receber	7	7.756	15.726
Ativos financeiros setoriais	10	816.963	82.695

Notas Explicativas

Ativo financeiro indenizável da concessão	14	3.884.108	3.183.825
Instrumentos financeiros derivativos	34	406.750	391.448

b) Risco de mercado: taxa de juros e de câmbio

Parte dos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, apresentados na nota explicativa nº 19, é composta de financiamentos obtidos junto a diversos agentes de fomento nacional (Eletrobrás e BNDES) e outras instituições do mercado de capitais. A taxa de juros é definida por estes agentes, levando em conta os juros básicos, o prêmio de risco compatível com as empresas financiadas, suas garantias e o setor no qual estão inseridas. Na impossibilidade de buscar alternativas ou diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias para suas estimativas, em face dos negócios e às peculiaridades setoriais, esses são mensurados pelo "método do custo amortizado" com base em suas taxas contratuais.

Os resultados da Companhia são suscetíveis a variações dos passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano. A taxa de câmbio do dólar norte-americano encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com alta de 7,39% sobre 31 de dezembro de 2020, cotado a R$5,5805 / USD. A volatilidade do dólar norte-americano em 31 de dezembro de 2021 era de 10,79%, enquanto em 31 de dezembro de 2020 foi de 14,12%. A taxa de câmbio do euro encerrou o exercício findo em 31 de dezembro de 2021 com baixa de 0,89% sobre 31 de dezembro de 2020, cotado a R$6,3210/Euro. A volatilidade do Euro era de 12,04% em 31 de dezembro de 2021.

Do montante das dívidas bancárias e de emissões da Companhia em 31 de dezembro de 2021, excluídos os efeitos dos custos a apropriar de R$4.574.510 (R$4.546.070 em 2020), R$987.164 (R$897.894 em 2020) estão representados em moeda estrangeira.

O empréstimo em dólar tem custo de até 2,83% ao ano e o último vencimento de longo prazo, em junho de 2024.

Em 31 de dezembro de 2021 a marcação a mercado e instrumentos financeiros derivativos atrelados ao câmbio e aos juros, originados da combinação de fatores usualmente adotados para precificação a mercado de instrumentos dessa natureza, como volatilidade, cupom cambial, taxa de juros e cotação do dólar se apresentam conforme segue:

	2021	2020
Ativo circulante	156.374	139.865
Ativo não circulante	250.376	251.583
Passivo circulante	103.006	2.961

Não se trata de valores materializados, pois refletem os valores da reversão dos derivativos na data de apuração, o que não corresponde ao objetivo de proteção das operações de "hedge" e não reflete a expectativa da Administração.

A Companhia possui proteção contra variação cambial adversa de 100% dos financiamentos atrelados ao dólar, protegendo o valor principal e dos juros até o vencimento. As proteções acima estão divididas nos instrumentos descritos a seguir:

Operação	Notional (USD)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Resolução 4131 - Citibank	7.175	(Libor + 1,70%) x 117,65%	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	7.175	(Libor + 1,80%)	CDI + 1,53%	21/06/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Bank of America ML	10.676	EUR + 0,81%	CDI + 0,85%	12/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	49.200	USD + 2,58%	CDI + 1,00%	29/12/2022	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	11.598	(Libor + 0,60%) x 117,65%	CDI + 0,65%	13/02/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Scotiabank	23.432	USD + 1,42%	CDI + 1,65%	17/06/2024	Fair Value Option

Notas Explicativas

Resolução 4131 - Bank of America ML	45.875	USD + 2,00%	CDI + 1,50%	01/09/2023	Fair Value Option
Resolução 4131 - Citibank	20.000	(Libor + 1,18%) x 117,65%	CDI + 1,63%	28/08/2023	Fair Value Option

Adicionalmente, a Companhia possui operações de swap de taxa de juros (taxas pré-fixadas, CDI) associada ao "Notional" de seu endividamento em moeda local (Reais). As operações de swap de juros estão relacionadas a seguir:

Operação	Notional (BRL)	Custo Financeiro (% a.a.)		Vencimento	Designação
		Ponta Ativa	Ponta Passiva		
Itaú BBA X EMT	81.885	IPCA + 5,60%	101,75% CDI	15/06/2022	Fair Value Hedge
Itaú BBA X EMT	73.494	IPCA + 5,66%	102,65% CDI	17/06/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	10.544	IPCA + 4,49%	100,90% CDI	17/10/2022	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	1.965	IPCA + 4,71%	101,60% CDI	15/10/2024	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	3.657	IPCA + 5,11%	103,50% CDI	15/10/2027	Fair Value Hedge
Itau BBA x EMT	385.000	IPCA + 5,08%	103,70% CDI	15/09/2025	Fair Value Hedge
JP Morgan X EMT	73.311	IPCA + 4,475	CDI + 1,78%	15/04/2024	Fair Value Hedge
BofA x EMT	64.107	IPCA + 4,23%	CDI + 0,84%	15/10/2026	Fair Value Hedge
Itaú x EMT	181.887	IPCA + 4,88%	CDI + 0,02%	15/10/2026	Fair Value Hedge
BR Partners x EMT	350.000	IPCA + 6,09%	CDI + 0,80%	15/10/2031	Fair Value Hedge

De acordo com o CPC 40, apresentam-se abaixo os valores dos instrumentos financeiros derivativos da Companhia, cujos valores não foram contabilizados como "fair value hedge", vigentes em 31 de dezembro de 2021 e 2020:

Fair Value Option	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2021	2020		2021	2020
Dívida designada para "Fair Value Option"	819.700	653.725	Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(987.106)	(898.016)
Swap Cambial (Derivativo)	819.700	653.725	**Posição Ativa**		
			Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	987.106	898.016
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(824.136)	(655.758)
			Posição Líquida Swap	162.970	242.258
			Posição Líquida Dívida + Swap	(824.136)	(655.758)

A Companhia designa certos instrumentos de "hedge" relacionados a risco com variação cambial e taxa de juros dos empréstimos como "hedge" de valor justo ("fair value hedge"), conforme demonstrado abaixo:

Fair Value Hedge	Valor de referência		Descrição	Valor justo	
	2021	2020		2021	2020
Dívida (Objeto de Hedge) *	1.225.849	556.545	Taxa Pré-Fixada	(1.061.409)	(705.001)
Swap de Juros (Instrumento de Hedge)	1.225.849	556.545	**Posição Ativa**		
			Taxa Pré-Fixada	1.390.363	706.739
			Posição Passiva		
			Taxa de Juros CDI	(1.249.589)	(560.510)
			Posição Líquida Swap	140.774	146.229
			Posição Líquida Dívida + Swap	(920.635)	(558.772)

(*) Os empréstimos designados formalmente como "Fair Value Hedge" são reconhecidos a valor justo na proporção da parcela efetiva em relação ao risco que está sendo protegido.

O valor justo dos derivativos contratados pela Companhia em 31 de dezembro de 2021 e 2020 foi apurado com base nas cotações de mercado para contratos com condições similares. Suas variações estão diretamente associadas às variações dos saldos das dívidas relacionadas na nota explicativa nº19 e ao bom desempenho dos mecanismos de proteção utilizados, descritos acima. A Companhia não tem por objetivo liquidar esses contratos antes dos seus vencimentos, bem como possuem expectativa distinta quanto aos resultados apresentados como Valor Justo - conforme abaixo demonstrado. Para uma perfeita gestão, é procedido monitoramento diário, com o intuito de preservar menores riscos e melhores resultados financeiros.

Notas Explicativas

A Marcação a Mercado (MtM) das operações da Companhia foi calculada utilizando metodologia geralmente empregada e conhecida pelo mercado. A metodologia consiste basicamente em calcular o valor futuro das operações, utilizando as taxas acordadas em cada contrato, descontando a valor presente pelas taxas de mercado. No caso das opções, é utilizado para cálculo do MtM uma variante da fórmula de Black & Scholes, destinada ao cálculo do prêmio de opções sobre moeda. Os dados utilizados nesses cálculos foram obtidos de fontes consideradas confiáveis. As taxas de mercado, como a taxa Pré e o Cupom de Dólar, foram obtidas diretamente do site da BM&F (Taxas de Mercado para Swaps). A taxa de câmbio (Ptax) foi obtida do site do Banco Central. No caso das opções, as volatilidades implícitas de dólar também foram obtidas na BM&F.

Análise de Sensibilidade

De acordo com o CPC 40, a Companhia realizou análise de sensibilidade dos principais riscos aos quais os instrumentos financeiros e derivativos estão expostos, conforme demonstrado:

a) Variação cambial

Considerando a manutenção da exposição cambial de 31 de dezembro de 2021, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras:

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (1)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Estrangeira - USD e LIBOR	(819.700)		(691.759)	(906.550)	(1.121.341)
Variação Dívida	-		127.941	(86.850)	(301.641)
Swap Cambial		Alta USD			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos - USD e LIBOR	987.106		859.165	1.073.956	1.288.747
Variação - USD e LIBOR	-		(127.941)	86.850	301.641
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - Taxa de Juros CDI	(824.136)		(824.136)	(824.136)	(824.136)
Variação - Taxa de Juros CDI	-		-	-	-
Subtotal	162.970		35.029	249.820	464.611
Total Líquido	**(656.730)**		**(656.730)**	**(656.730)**	**(656.730)**

(1) O cenário provável é calculado a partir da expectativa do dólar futuro do último boletim Focus divulgado para a data de cálculo. Os cenários de deterioração de 25% e de deterioração de 50% são calculados a partir da curva do cenário provável. Nos cenários a curva de dólar é impactada, a curva de CDI é mantida constante e a curva de cupom cambial é recalculada. Isto é feito para que a paridade entre dólar spot, CDI, cupom cambial e dólar futuro seja sempre válida.

Os derivativos no "Cenário Provável", calculados com base na análise líquida das operações acima apresentadas até o vencimento das mesmas, ajustadas a valor presente pela taxa prefixada brasileira em reais para 31 de dezembro de 2021, atingem seu objetivo, o que é refletido no valor presente negativo de R$656.730 que serve para mostrar a efetividade da mitigação das variações cambiais adversas das dívidas existentes. Neste sentido, quanto maior a deterioração do câmbio (variável de risco considerada), maiores serão os resultados positivos dos *swaps*. Por outro lado, com os cenários de deterioração do real frente ao dólar, de 25% e 50%, o valor presente seria negativo de R$656.730 em ambos os casos.

b) Variação das taxas de juros

Considerando a manutenção da exposição às taxas de juros de 31 de dezembro de 2021, com a simulação dos efeitos nas informações financeiras futuras, por tipo de instrumento financeiro e para três cenários distintos, seriam obtidos os seguintes resultados (ajustados a valor presente para a data base das demonstrações financeiras):

Operação	Exposição	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Dívida Moeda Local - Taxa de Juros	(1.225.849)		(1.225.849)	(1.225.849)	(1.225.849)

Notas Explicativas

Variação Dívida	-		-	-	-
Swap de Juros		Alta CDI			
Posição Ativa					
Instrumentos Financeiros Derivativos – Taxa Pré	1.390.363		1.390.363	1.390.363	1.390.363
Variação	-		-	-	-
Posição Passiva					
Instrumentos Financeiros Derivativos - CDI	(1.249.589)		(1.249.589)	(1.278.490)	(1.307.091)
Variação	-		-	(28.901)	(57.502)
Subtotal	140.774		140.774	111.873	83.272
Total Líquido	**(1.085.075)**		**(1.085.075)**	**(1.113.976)**	**(1.142.577)**

Considerando que o cenário de exposição dos instrumentos financeiros indexados às taxas de juros de 31 de dezembro de 2021 seja mantido e que os respectivos indexadores anuais acumulados sejam (CDI =4,42% ao ano) e caso ocorram oscilações nos índices de acordo com os três cenários definidos, o resultado financeiro líquido seria impactado em:

Instrumentos	Exposição (R$ mil)	Risco	Cenário I (Provável) (*)	Cenário II (Deterioração de 25%)	Cenário III (Deterioração de 50%)
Instrumentos financeiros ativos:					
Aplicações financeiras no mercado aberto e recursos vinculados	342.756	Alta do CDI	38.046	47.558	57.069
Instrumentos financeiros passivos:					
Swap	(824.136)	Alta do CDI	(91.479)	(114.349)	(137.219)
Empréstimos, financiamentos e debêntures.	(1.680.362)	Alta do CDI	(186.520)	(233.150)	(279.780)
	(1.544.260)	Alta do IPCA	(155.353)	(194.191)	(233.030)
	(8.968)	Alta do INPC	(911)	(1.139)	(1.367)
	(353.757)	**Alta do TR**	(177)	(221)	(266)
Subtotal (**)	(4.411.483)		(434.440)	(543.050)	(651.662)
Total (Perdas)	**(4.068.727)**		**(396.394)**	**(495.492)**	**(594.593)**

(*) Considera o CDI de 31 de dezembro de 2022 (11,10% ao ano), cotação das estimativas apresentadas pela recente Pesquisa do BACEN, datada de 31 de dezembro de 2021, IPCA 10,06 ao ano, INPC 10,16% ao ano e TR 0,05 % ao ano.

(**) Não inclui as operações pré-fixadas no valor de R$163.027.

Gerenciamento de risco de liquidez

O risco de liquidez representa o risco de a Companhia enfrentar dificuldades para cumprir suas obrigações relacionadas aos passivos financeiros. A Companhia monitora o risco de liquidez mantendo investimentos prontamente conversíveis para atender suas obrigações e compromissos, e se antecipando para futuras necessidades de caixa.

35. Benefícios pós-emprego

Os saldos registrados no passivo relacionados a benefício pós-emprego compõem-se de:

	Nota explicativa	2021	2020
Contrato Migração 2020 - Plano CD	19	6.779	-
Contrato de equacionamento do déficit - Planos BD-I e R	19 e 35.1	2.189	-
Provisão atuarial - Previdência	35.1	9.578	21.865
Provisão atuarial - Saúde	35.2	97.443	118.717
Total		**115.989**	**140.582**
Empréstimos, financiamentos e encargos de dívidas	19	8.968	-

Notas Explicativas

Benefícios pós-emprego	35	107.021	140.582

35.1. Plano de suplementação de aposentadoria e pensão

A Companhia é patrocinadora de 4 planos de benefícios previdenciários aos seus empregados, um na modalidade de benefício definido, um plano de contribuição variável, um plano exclusivamente para benefícios de risco vinculado a um plano de contribuição variável e um plano de contribuição definida, estando apenas esse último aberto ao ingresso de novos participantes. Os planos de benefício definido, contribuição variável e de risco são avaliados atuarialmente ao final de cada exercício, visando verificar se as taxas de contribuição estão sendo suficientes para a formação de reservas necessárias aos compromissos de pagamento atuais e futuros.

A administração dos 4 planos previdenciários é realizada pela Energisaprev - Fundação Energisa de Previdência, entidade fechada de previdência complementar, multipatrocinada, constituída como fundação, sem fins lucrativos, com autonomia administrativa e financeira, com funcionamento autorizado pela Portaria nº 47, de 24 de outubro de 2003, do Ministério da Previdência Social – Secretaria de Previdência Complementar.

Os planos de benefício patrocinados pela Companhia junto à Energisaprev são como segue:

a. Plano de Benefícios CEMAT BD-I:

Instituído em 1 de agosto de 1986, encontra-se em extinção desde 31 de dezembro de 1998, quando foi bloqueada a adesão de novos participantes. Assegura benefícios suplementares à aposentadoria por tempo de serviço/idade, aposentadoria por invalidez, auxílio-doença, pensão por morte e pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido e é custeado pelos Participantes, pelos Assistidos e pelas Patrocinadoras.

b. Plano de Benefícios - R:

Instituído em 12 de janeiro de 2007, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de benefício definido. Assegura os seguintes benefícios:

- Suplementação da aposentadoria por invalidez;
- Suplementação do auxílio-doença;
- Suplementação da pensão por morte; e
- Pecúlio por morte.

O plano está estruturado na forma de Benefício Definido.

Para efeitos desta Avaliação e para o cumprimento da Deliberação CVM 695/2012, impõe-se a aferição compartimentada dos compromissos atuariais das despesas com contribuições, dos custos e do ativo do Plano de Benefícios-R, por empresa patrocinadora.

c. **Plano de Benefício CEMAT-OP:**

Instituído em 1º de janeiro de 1999, fechado para novas adesões, é estruturado na modalidade de contribuição variável.

Durante o prazo de diferimento do benefício, este plano está estruturado na modalidade de Contribuição Definida, podendo o Participante optar por Renda Mensal Financeira ou Renda Mensal Vitalícia, esta última vinculada ao montante financeiro das contribuições acumuladas a favor do Participante.

A Renda Mensal Vitalícia, uma vez iniciada, é atualizada monetariamente anualmente, sendo nesta fase considerada Benefício Definido.

Notas Explicativas

O custeio do plano é feito pelos Participantes (90%) e pela Patrocinadora (10%).

d. Plano Energisa CD:

O plano de benefícios Energisa CD, por ser de modalidade contribuição definida puro, tem seus benefícios de riscos totalmente terceirizados com seguradora. Em 31 de dezembro de 2021 o plano possui 1.826 (1.199 em 2020) participantes ativos, 299 assistidos (239 em 2020), 5 autopatrocinados (5 em 2020) e 17 BPD (8 em 2020).

A contribuição da patrocinadora para os planos de benefícios durante o exercício de 2021 foi de R$4.707 (R$4.931 em 2020).

Migração entre planos

Em 2021 e 2020 foram realizados movimentos de migração de participantes dos planos CEMAT BD-I / CEMAT-OP / Plano R para o Plano Energisa CD. Esse processo foi autorizado pelo regulador PREVIC, através da Portaria 467, de 02 de julho de 2020. A migração aconteceu em três tranches, sendo elas em dezembro/2020, julho/2021 e novembro/2021. O quadro a seguir apresenta o percentual de participantes que migraram de cada plano por tranche:

Plano	1° Tranche		2° Tranche		3° Tranche		ACUMULADO	
	ATIVO	ASSISTIDO	ATIVO	ASSISTIDO	ATIVO	ASSISTIDO	ATIVO	ASSISTIDO
Cemat BD	0%	31%	0%	7%	0%	7%	**0%**	**45%**
Cemat OP	0%	51%	0%	3%	0%	6%	**0%**	**60%**
Cemat OP + R	56%	0%	23%	0%	13%	0%	**92%**	**0%**
Plano R	33%	24%	0%	11%	0%	6%	**33%**	**41%**

35.1.1. Situação financeira dos planos de benefícios definidos - avaliação atuarial

Com base na avaliação atuarial elaborada por atuários independentes da Companhia, em 31 de dezembro de 2021, seguindo os critérios requeridos pelo CPC 33 (R1) - Benefício a empregados, os planos apresentam a seguinte situação:

a. Número de participantes/beneficiários:

	2021			2020		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	R
Número Participantes	1	-	121	1	*	787
Número Assistidos	38	77	15	50	93	17
Número Beneficiários Pensionistas	36	28	20	42	28	25

(*) No plano Elétricas OP, os participantes ativos e determinados assistidos não foram avaliados, tendo em vista características do plano de capitalização financeira.

b. Premissas utilizadas nesta avaliação atuarial:

	2021			2020		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	R
I - Premissas Biométricas						
Tábua de Mortalidade Geral [1]	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015	BR-EMS 2015
Tábua de Entrada em Invalidez	LIGHT (Fraca)	Não Aplicável	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	Não Aplicável	LIGHT (Fraca)

Notas Explicativas

Tábua de Mortalidade de Inválidos (1)	MI-85	Não Aplicável	MI-85	MI-85	Não Aplicável	MI-85
Composição Familiar (Ativos)	Família Média Padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão	Família Média Padrão	Não Aplicável	Família Média Padrão
Composição Familiar (Assistidos)	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real	Família Real
II - Variáveis Econômicas						
Taxa Real de Desconto da Obrigação Atuarial	5,31%	5,31%	5,31%	2,82%	3,21%	3,79%
Expectativa de Inflação Futura	4,50%	4,50%	4,50%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de Rendimento Esperado dos Ativos	10,05%	10,05%	10,05%	5,90%	6,31%	6,90%
Fator Capacidade Salarial e de Benefício	100%	100%	100%	100%	100%	100%
Taxa de Crescimento Real de Salários	7,51%	Não Aplicável	7,51%	2,88%	Não aplicável	2,88%
Taxa de Rotatividade	0%	0%	0%	0%	0%	0%
III - Regime Financeiro de Capitalização	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(1) Tábuas específicas por sexo.

As premissas atuariais adotadas são imparciais e mutuamente compatíveis. A taxa de desconto é baseada no rendimento do título público NTN-B, indexado ao IPCA. O título foi utilizado pois apresenta características condizentes com as características dos benefícios. A taxa de rendimento esperado sobre os ativos do plano reflete as expectativas de mercado relativas a rendimentos dos ativos do plano. A taxa de crescimento salarial real é baseada na experiência histórica da Companhia.

Para a apuração do valor presente das obrigações de benefício definido é empregado o método do crédito unitário projetado. Esse método é obrigatório segundo o CPC33 (R1).

O método do crédito unitário projetado considera cada período de serviço como fato gerador de uma unidade adicional de benefício, que são acumuladas para o cômputo da obrigação final. Adicionalmente são utilizadas outras premissas atuariais, tais como hipóteses biométricas e econômicas e, também, dados históricos de gastos incorridos e de contribuição dos empregados.

Quando o saldo da obrigação se mostrar superior ao valor justo dos ativos do plano, o déficit é reconhecido no passivo da patrocinadora. Podem ser aplicadas reduções ao valor presente da obrigação atuarial com base no conceito de compartilhamento de riscos com participantes e assistidos, em linha com o Pronunciamento Técnico CPC 33 (R1) e com orientações emitidas pelo Instituto Brasileiro de Atuários.

As remensurações ou ganhos e perdas atuariais gerados por alterações nas premissas atuariais dos planos de benefícios de pensão e aposentadoria ou decorrentes do ajuste pela experiência do plano são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

c. Conciliação da posição dos planos

A seguir apresentamos a conciliação e movimentação dos ativos e obrigações dos planos de aposentadoria e pensão da Companhia:

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Ativo	2021				2020			
	BD-I	OP	R	TOTAL	BD-I	OP	R	TOTAL
Valor justo dos ativos em 2020 e 2019	**31.204**	**81.342**	**27.542**	**140.088**	**53.520**	**130.509**	**42.456**	**226.485**
Ganhos/(Perdas) dos ativos	(1.363)	(21.876)	(2.702)	(25.941)	(1.286)	(6.342)	(54)	(7.682)
Retorno esperado dos ativos do plano	1.763	4.997	1.849	8.609	3.312	8.238	2.852	14.402
Contribuições do empregador	369	-	233	602	553	-	1.025	1.578
Contribuições dos participantes do plano	497	-	1	498	640	-	28	668
Benefícios pagos	(3.192)	(3.934)	(1.912)	(9.038)	(5.188)	(6.410)	(2.996)	(14.594)
Custo do serviço passado (encurtamento)	(6.588)	(6.170)	(4.133)	(16.891)	(20.347)	(44.653)	(15.769)	(80.769)
Valor justo dos ativos em 2021 e 2020	**22.690**	**54.359**	**20.878**	**97.927**	**31.204**	**81.342**	**27.542**	**140.088**

Notas Explicativas

Conciliação entre o saldo de abertura e de fechamento - Obrigação	2021				2020			
	BD-I	OP	R	TOTAL	BD-I	OP	R	TOTAL
Valor presente das obrigações em 2020 e 2019	42.830	71.884	37.781	**152.495**	**73.102**	**111.682**	**60.372**	**245.156**
Custo do serviço corrente	-	-	111	**111**	22	-	605	627
Custo dos juros	2.423	4.400	2.541	**9.364**	4.550	7.020	4044	15.614
Contribuições de participantes	497	-	1	**498**	640	-	28	668
(Ganhos)/Perdas atuariais	(9.538)	(17.313)	(7.919)	**(34.770)**	(2.710)	(1.992)	(515)	(5.217)
Benefícios pagos	(3.192)	(3.934)	(1.912)	**(9.038)**	(5.188)	(6.410)	(2.996)	(14.594)
Custo do serviço passado (encurtamento)	(6.609)	(5.303)	(1.679)	**(13.591)**	(27.586)	(38.416)	(23.757)	(89.759)
Valor presente das obrigações em 2021 e 2020	**26.411**	**49.734**	**28.924**	**105.069**	**42.830**	**71.884**	**37.781**	**152.495**

Posição Liquida dos planos	2021				2020			
	BD-I	OP	R	TOTAL	BD-I	OP	R	TOTAL
Valor justo dos ativos	22.690	54.359	20.878	97.927	31.204	81.342	27.542	140.088
Valor presente das obrigações	(26.411)	(49.734)	(28.924)	(105.069)	(42.830)	(71.884)	(37.781)	(152.495)
Posição liquida	**(3.721)**	**4.625**	**(8.046)**	**(7.142)**	**(11.626)**	**9.458**	**(10.239)**	**(12.407)**
Limite do Ativo	-	(4.625)	-	(4.625)	-	(9.458)	-	(9.458)
Déficit passível de reconhecimento	**(3.721)**	**-**	**(8.046)**	**(11.767)**	**(11.626)**	**-**	**(10.239)**	**(21.865)**

Valor líquido reconhecido nas demonstrações financeiras:

Movimentação dos Saldos	2021	2020
Posição líquida em 2020 e 2019	**21.865**	**37.498**
Efeito em ORA	(13.392)	(1.885)
Contribuição do empregador	(602)	(1.579)
Impacto decorrente de redução no plano (encurtamento)	6.995	(13.422)
Transferência de dívida entre plano (BD-CD)	(4.562)	(1.804)
Efeito no resultado do exercício	1.463	3.057
Posição líquida em 2021 e 2020	**11.767**	**21.865**
Circulante	1.197	1.463
Não Circulante	10.570	20.402

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2022, segundo critérios do CPC 33 (R1) é como segue:

	2022
Custo do serviço corrente	14
Custo dos juros	5.371
Retorno dos Ativos do Plano	(4.188)
Total da despesa bruta a ser reconhecida	**1.197**

d. Alocação percentual do valor justo dos ativos dos planos

	2021	2020

Notas Explicativas

	BD-I	OP	R	BD-I	OP	R
Investimentos:						
Títulos públicos	74,18%	80,60%	73,09%	71,16%	75,06%	72,63%
Créditos privados e depósitos	7,42%	4,98%	4,43%	9,24%	8,09%	6,00%
Fundos de investimento	17,80%	12,91%	21,13%	18,82%	11,68%	20,27%
Empréstimos e financiamentos	0,53%	1,42%	1,30%	0,73%	5,14%	1,07%
Outros	0,07%	0,09%	0,05%	0,05%	0,03%	0,03%
Total	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**	**100,00%**

e. Análise de Sensibilidade

A premissa atuarial significativa para a determinação da obrigação atuarial é a taxa de desconto. Para demonstrar como a obrigação do benefício definido teria sido afetada por mudança significativa da taxa de desconto, a análise de sensibilidade foi realizada considerando alteração da taxa de desconto em 0,25% de aumento ou redução, mantendo-se todas as demais premissas adotadas. A seguir são apresentados os resultados:

	2021			2020		
	BD-I	OP	R	BD-I	OP	R
Valor presente das obrigações Atuariais real	26.412	49.733	28.924	42.830	71.884	37.781
Valor presente das obrigações Atuariais com redução de 0,25%	26.859	50.576	29.539	43.620	73.191	38.639
Valor presente das obrigações Atuariais com aumento de 0,25%	25.976	49.912	28.446	42.062	70.610	37.125

35.2. Plano de saúde

A Companhia mantém benefício pós emprego, de Assistência Médico-Hospitalar para os empregados ativos, aposentados, pensionistas e seus dependentes legais, nas modalidades de pré e pós pagamento:

- Pré pagamento: As contribuições mensais da Companhia correspondem aos prêmios médios e por faixa etária, calculados pela operadora/seguradora, multiplicado pelo número de vidas. Esses prêmios são reajustados anualmente, em função da sinistralidade, pela variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação, com o objetivo de manter o equilíbrio técnico-atuarial. As contribuições arrecadadas dos aposentados, pensionistas e ex-funcionários são reajustadas da mesma forma supracitado

- Pós pagamento: As contribuições mensais da companhia para o púbico de ativos correspondem as despesas médicas de utilização mais a taxa de administração, caracterizado como modalidade de Pós Pagamento. Já para o público de inativos, são realizados encontros de contas na qual é avaliado a receita arrecada (mensalidades e coparticipações) e, deste total, descontado os custos de utilizações. Os custos de ativos e inativos são reajustados anualmente em função da variação dos custos médicos e hospitalares, dos custos de comercialização, e de outras despesas incidentes sobre a operação.

O saldo atuarial do plano (Despesas de Assistência Médico-Hospitalar) em 2021 é de R$97.443 (R$118.717 em 2020), tendo sido apurado no exercício uma redução de R$21.274 (R$4.301 em 2020) dos quais R$4.298 (R$3.098 em 2020) foi registrado na rubrica benefícios pós-emprego – despesa de pessoal, R$8.209 (R$8.621 em 2020) em despesas financeiras na demonstração de resultado exercício. Além de R$33.781 (R$16.020 em 2020) referente a ganhos e perdas atuarias contabilizados em outros resultados abrangentes, líquidos de impostos no patrimônio líquido.

A Companhia participa do custeio de planos de saúde a seus empregados, administrados por operadoras/seguradoras reguladas pela ANS. No caso de rescisão e/ou aposentadoria, os empregados podem permanecer no plano, desde que assumam a totalidade do custeio e que façam direto, conforme legislação (Lei 9.656/98). No exercício findo em 31 de dezembro de 2021 as despesas com o plano de saúde foram de R$21.083 (R$18.739 em 2020). Inclui R$4.298 (R$3.098 em 2020) referente a cálculo atuarial do plano de benefício pós-emprego.

Notas Explicativas

Abaixo apresentado a conciliação dos saldos reconhecidos no balanço, um demonstrativo da movimentação do passivo atuarial líquido, no exercício, e o total da despesa reconhecida na demonstração do resultado consolidado.

	2021	2020
Valor presente das obrigações no início do ano	118.717	123.018
Custo do serviço corrente bruto	4.298	3.098
Juros sobre obrigação atuarial	8.209	8.621
Perdas atuariais sobre a obrigação atuarial	(33.781)	(16.020)
Valor das obrigações calculadas no final do ano	97.443	118.717
Circulante	11.623	12.506
Não circulante	85.820	106.211

Demonstração das despesas a serem realizadas no exercício de 2022, segundo critérios do CPC33 (R1) é como segue:

Descrição	2022
Custo do serviço corrente	1.831
Juros sobre as obrigações atuariais	9.792
Valor das obrigações calculadas no final do ano	11.623

Os ganhos e perdas atuariais gerados por ajustes e alterações nas premissas atuariais dos planos de assistência médica são reconhecidos integralmente em outros resultados abrangentes no patrimônio líquido.

a. Principais hipóteses atuariais utilizadas:

	2021			2020		
	UNIMED CUIABÁ	CNU (*)	SULAMERICA	UNIMED CUIABÁ	CNU	SULAMERICA
VARIÁVEIS ECONÔMICAS						
Taxa Real de desconto da Obrigação Atuarial	5,31%	5,31%	5,31%	3,80%	3,80%	3,80%
Expectativa Real de Inflação Futura	4,50%	4,50%	4,50%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa de desconto da Obrigação Atuarial	10,05%	10,05%	10,05%	6,91%	6,91%	6,91%
Taxa de Crescimento de Benefícios	4,50%	4,50%	4,50%	3,00%	3,00%	3,00%
Taxa Real de Crescimento de Custos Médicos	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%	4,00%
Taxa de Crescimento de Custos Médicos	8,68%	8,68%	8,68%	7,12%	7,12%	7,12%
Taxa de Rotatividade	9,50%	9,50%	9,50%	9,50%	9,50%	9,50%
Permanência no Plano na aposentadoria	90,00%	75,00%	75,00%	90,00%	75,00%	75,00%
Fator de Envelhecimento	Nulo	Nulo	3,00%	Nulo	Nulo	3,00%
TÁBUAS BIOMÉTRICAS						
Tábua de Mortalidade	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo	BR-EMS 2015 por sexo
Tábua de Inválidos	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo	MI-85 por sexo
Entrada de Invalidez	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)	LIGHT (Fraca)
Método de Financiamento	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado	Crédito Unitário Projetado

(*) em 2021, a modalidade de pagamento foi alterada de pré para pós pagamento.

36. Compromissos

A Companhia possui compromissos relacionados a contratos de longo prazo com a compra de energia, como segue:

Contratos de compra de energia (*)					
Vigência	2022	2023	2024	2025	Após 2025

Notas Explicativas

2021 a 2054	2.185.386	2..067.396	2.119.882	1.845.247	17.034.998

(*) Não estão incluídos os valores referentes à Quota do Proinfa e Itaipu.

Os valores relativos aos contratos de compra de energia, com vigência de 8 a 30 anos, representam o volume contratado pelo preço médio corrente do exercício findo em 31 de dezembro de 2021, homologados pela ANEEL.

37. Meio Ambiente (*)

A Companhia trata os impactos sociais e ambientais de seus serviços e instalações, através de programas e práticas que evidenciam a sua preocupação e responsabilidade para com o meio ambiente, dentre as quais merecem destaque:

1. Redes, linhas e subestações: Os empreendimentos em ampliação, instalação e operação são submetidos ao licenciamento ambiental de acordo com a esfera de licenciamento (municipal, estadual e federal). O licenciamento ambiental é um dos instrumentos da Política Nacional do Meio Ambiente (PNMA), conforme Lei Federal Nº 6.938/1981, que preconiza que a construção, instalação, ampliação e funcionamento de estabelecimentos e atividades utilizadoras de recursos ambientais, considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como os capazes, sob qualquer forma, de causar degradação ambiental, dependerão de prévio licenciamento por órgão estadual competente, integrante do Sistema Nacional do Meio Ambiente (SISNAMA), e do Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e Recursos Naturais Renováveis (IBAMA), em caráter supletivo, sem prejuízo de outras licenças exigíveis.

2. Na fase prévia são realizados estudos ambientais (EIA/RIMA, Relatórios Simplificados e outros) para avaliar se o empreendimento possuí viabilidade socioambiental conforme suas características e localização, para obtenção da Licença Prévia. Nesta fase são envolvidos os órgãos ambientais competentes (Secretárias municipais, Órgãos Estaduais e Ibama) e intervenientes (FUNAI, ICMBio, IPHAN e outros).

3. Na fase de instalação/ampliação dos empreendimentos, após a obtenção da Licença de Instalação, é prevista a necessidade de autorização e anuências complementares, sempre que aplicável, como autorizações de supressão de vegetação, intervenção em APP, outorgas, autorização de interferência em patrimônio históricos e cultural, interferência em Zonas de Amortecimentos de Unidades de Conservação e de Terras Indígenas etc. Nesta fase também são implantados os programas e planos de prevenção e mitigação de impactos ambientais e medidas compensatórias.

4. Para as Redes Rurais – RDR´s é necessário fazer o RAS - Relatório Ambiental Simplificado das ligações de clientes rurais em áreas sensíveis (Unidades de Conservação, Área de Preservação Permanente, Pantanal e Zonas de Amortecimento) e inventário florestal (quando necessário), o órgão emite um Certificado Ambiental e Autorização de desmate. Em 2021 a Energisa Mato Grosso beneficiou 1.883 clientes dentro do Projeto “Luz Para Todos” do Governo Federal.

5. Na operação dos empreendimentos são implantados programas e planos ambientais específicos para esta fase, com o objetivo de manutenção e renovação das Licenças de Operação. Entre as medidas mitigadoras de impacto na fase de operação destaca as manutenções das redes em áreas arborizadas, são utilizados cabos protegidos nas redes de média tensão que têm proximidades com a vegetação, de forma a evitar podas indesejáveis. E em caso de necessidade de podas, são realizadas o mínimo possível, para não comprometer a distribuição de energia.

6. A Companhia tem consciência de sua responsabilidade ambiental, procedendo desta forma à regeneração de óleos isolantes utilizados em seus equipamentos e recuperação de óleo lubrificante industrial, garantindo a reutilização deste material e evitando a poluição do meio ambiente.

7. A realização de análises em amostras de óleo isolante, verificando-se a não existência de indícios de ascarel e/ou de impurezas, de forma a eliminá-los dos equipamentos da empresa, ratificando, assim, o cumprimento dos requisitos legais.

Notas Explicativas

8. Destinação final de lâmpadas e outros resíduos perigosos: a Companhia possui procedimento para destinação de lâmpadas de vapor de sódio, vapor de mercúrio e fluorescente existentes em suas instalações próprias. Os resíduos são destinados por empresas especializadas e devidamente licenciadas.

9. Na Contratação de fornecedores: contrata fornecedores que comprovadamente tenham boa conduta ambiental. E informa aos parceiros e clientes sobre as boas práticas adotadas pela empresa na preservação e defesa do meio ambiente, que visam, em suma, preservar a vida.

10. Patrocínios de projetos ambientais e sociais: parceria com o Poder Judiciário de Mato Grosso com o Projeto Verde Novo, que tem como objetivo intensificar a distribuição de mudas de árvores nativas. Patrocínio para Associação Cultural Flor Ribeirinha, que trabalha há mais de 24 anos no resgate, manutenção, proteção e difusão da cultura popular, sobretudo o Siriri e Cururu, bem como outras formas de expressão da cultura regional em todo o Estado de Mato Grosso.

No exercício de 2021, os montantes investidos nos projetos descritos acima, totalizaram R$55.007 (R$28.958 em 2020).

(*) Informações fora do escopo dos auditores independentes.

38. Informações adicionais aos fluxos de caixa

Em 2021 e 2020, as movimentações patrimoniais que não afetaram o fluxo de caixa da Companhia, são:

	2021	2020
Outras transações não caixa		
Ativo financeiro indenizável da concessão - Bifurcação de Ativo	376.748	395.689
Ativo financeiro indenizável da concessão - Valor justo ativo indenizável	353.014	113.759
Atividades Operacionais		
Pagamento de Fornecedores a prazo	29.771	12.042
Incorporação de redes – transferência para obrigações especiais	38.001	17.192
Arrendamento mercantil - CPC 06 (R2)	(2.490)	3.746
Efeitos da redução do ICMS na base de cálculo do PIS e COFINS	1.240.193	-
Outras Contas a pagar – repactuação déficit atuarial	2.158	-
Atividades de Investimentos		
Aquisição de intangível com pagamento a prazo	29.771	12.042
Obrigações especiais – transferência para incorporação de redes	38.001	17.192
Intangível - CPC 06 (R2)	(2.490)	3.746
Atividade de financiamento		
Empréstimos e Financiamentos – repactuação déficit atuarial	7.762	-

39. Evento subsequente

Empréstimos contratados

(1) Em 14 de fevereiro de 2022, a Companhia, captou junto ao Bank of América Merrill Lynch Banco Múltiplo S/A, a importância de R$150.000 correspondente a €24.875 euros, com remuneração de 1,4840% a.a., com vencimento em 14 de fevereiro de 2025. Foi contratado swap taxa de CDI + 1,60% ao ano, retirando o risco cambial da operação ano;

(2) Em 25 de fevereiro de 2022, a Companhia, captou junto ao Banco Santander (Brasil) S/A, a importância de R$90.000 correspondente a USD17.682 dólares americanos, com remuneração de 2.,6775% a.a., com vencimento em 27 de fevereiro de 2023. Foi contratado swap taxa de CDI + 1,60% ao ano, retirando o risco cambial da operação ano.

Notas Explicativas

Pagamento de dividendos do exercício 2021

O Conselho de Administração da Companhia em reunião realizada em 16 de março de 2022, aprovou a distribuição de dividendos intercalares à conta do lucro do exercício de 2021, no montante de R$199.323, equivalentes a R$ 0,91039385099 por ação ordinária e preferencial do capital social. Os pagamentos serão realizados a partir de 23 de junho 2022, com base na posição acionária da Companhia em 21 de março de 2022.

Pareceres e Declarações / Relatório do Auditor Independente - Sem Ressalva

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras AosAcionistas, Diretores, Conselheiros e Administradores daEnergisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A.Cuiabá - MTOpiniãoExaminamos as demonstrações financeiras da Energisa Mato Grosso - Distribuidora de Energia S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2021 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 31 de dezembro de 2021, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS) emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB).Base para opinião Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”. Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.Principais assuntos de auditoria Principais assuntos de auditoria são aqueles que, em nosso julgamento profissional, foram os mais significativos em nossa auditoria do exercício corrente. Esses assuntos foram tratados no contexto de nossa auditoria das demonstrações financeiras como um todo e na formação de nossa opinião sobre essas demonstrações financeiras e, portanto, não expressamos uma opinião separada sobre esses assuntos. Para cada assunto abaixo, a descrição de como nossa auditoria tratou o assunto, incluindo quaisquer comentários sobre os resultados de nossos procedimentos, é apresentada no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Nós cumprimos as responsabilidades descritas na seção intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras”, incluindo aquelas em relação a esses principais assuntos de auditoria. Dessa forma, nossa auditoria incluiu a condução de procedimentos planejados para responder a nossa avaliação de riscos de distorções significativas nas demonstrações financeiras. Os resultados de nossos procedimentos, incluindo aqueles executados para tratar os assuntos abaixo, fornecem a base para nossa opinião de auditoria sobre as demonstrações financeiras da Companhia.Reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica As receitas da Companhia são oriundas principalmente do fornecimento de energia elétrica e atividades associadas, sendo reconhecidas quando o controle dos bens ou serviços é transferido para o cliente por um valor que reflita a contraprestação à qual a Companhia espera ter direito em troca destes bens ou serviços. O processo de reconhecimento da receita é relevante para o desempenho da Companhia e, para atingimento de metas de performance na data base das demonstrações financeiras. Observa-se ainda, que o fluxo das transações de fornecimento de energia elétrica da Companhia envolve grande volume de dados pulverizados, sendo substancialmente processados por meio de rotinas automatizadas. O processo ainda inclui o julgamento do auditor sobre a estimativa da Diretoria em relação à parcela da receita de fornecimento de energia posterior ao último período de leitura do consumo, cujo fornecimento ocorreu ainda dentro do exercício, mas que somente será faturada no mês seguinte, de acordo com o regime de competência. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria, tendo em vista a relevância dos valores envolvidos e os potenciais efeitos sobre o registro contábil da receita e das contas a receber, a dependência de controles internos eficazes e os critérios envolvidos na determinação da parcela de energia fornecida, mas não faturada.Como nossa auditoria conduziu esse assuntoNossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, a avaliação do desenho e da eficácia operacional dos controles internos implementados sobre o faturamento e reconhecimento da receita, a verificação da conciliação da receita com os saldos contábeis e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto. Adicionalmente, efetuamos procedimentos analíticos, comparando as receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador, e o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria, além da análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia elétrica.Nossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros: (i) o entendimento do desenho e da implementação dos controles internos chave sobre faturamento e reconhecimento de receita (ii) a análise da conciliação das informações entre os principais sistemas utilizados para registro da receita de fornecimento de energia elétrica com os saldos contábeis, a correlação entre as entradas de caixa e as receitas registradas e a análise da liquidação subsequente de saldo das contas a receber em aberto; (iii) a avaliação da movimentação mensal da receita faturada durante o exercício, analisando flutuações que não estejam alinhadas as nossas expectativas; (iv) a comparação das receitas reconhecidas com as informações de consumo de energia, quantidade de unidades consumidoras por classe e correspondentes tarifas com aquelas aprovadas pelo órgão regulador; (v) o recálculo amostral dos montantes de receita não faturados na data base da auditoria; e (vi) análise de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações de reconhecimento de receita de fornecimento de energia. Nossos exames incluíram, ainda, a realização de testes por meio de amostragem para verificação da integridade das bases de dados e informações utilizadas no processo de reconhecimento de receita.Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos aceitáveis as políticas e as estimativas utilizadas pela Diretoria para reconhecimento de suas receitas de fornecimento de energia, assim como as respectivas divulgações nas notas explicativas 3 e 28, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétricaOs investimentos na infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica da Companhia são registrados como ativo de contrato durante a fase de construção, conforme preconiza o Pronunciamento Técnico CPC 47 – Receita de Contratos com Clientes (IFRS 15) e, quando da entrada em operação, são bifurcados entre ativo financeiro, relativo a parcela da infraestrutura que não será amortizada até o final da concessão e para a qual há um direito incondicional de receber caixa ou outro ativo financeiro diretamente do poder concedente, e ativo intangível, correspondente a parcela da infraestrutura que será recuperada através da tarifa definida pelo poder concedente durante a vigência do contrato de concessão. Em 31 de dezembro de 2021 os montantes de ativo de contrato, ativo financeiro e ativo intangível relativos à infraestrutura da concessão de distribuição de energia elétrica são, respectivamente, R$ 233.330 mil, R$ 3.884.108 mil, R$ 1.345.068 mil. O custo da infraestrutura é um componente relevante da fórmula para definição da tarifa a ser cobrada pela Companhia nos termos do contrato de concessão, cujas regras de elegibilidade seguem critérios regulatórios e envolvem julgamento, estando sujeitas à revisão e homologação pelo poder concedente a cada 5 anos. Por essa razão, e em função dos montantes envolvidos, consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria.Como nossa auditoria conduziu esse assuntoNossos procedimentos de auditoria incluíram, entre outros, i) a avaliação do desenho e implementação dos controles internos chave relacionados ao processo de capitalização de gastos com infraestrutura

como ativo de contrato, à bifurcação da infraestrutura em operação entre ativo financeiro e ativo intangível e à sua mensuração; ii) o exame, em base amostral, dos documentos comprobatórios das adições e baixas ocorridas no exercício; iii) verificação dos índices utilizados e da acurácia matemática da mensuração do valor justo do ativo indenizável da concessão; iv) a análise e correlação de lançamentos manuais e eletrônicos que poderiam se sobrepor aos controles internos para o fluxo das transações da Infraestrutura de concessão da Companhia; v) a comparação dos custos com dados históricos, orçamentários e padrões observáveis da indústria; e vi) a avaliação dos resultados da última revisão tarifária periódica e de seus efeitos nos registros contábeis da Companhia. Avaliamos também a adequação das divulgações efetuadas pela Companhia sobre a infraestrutura da concessão incluídas nas notas 14,15 e 17.1 das demonstrações financeiras.Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados, que estão consistentes com a avaliação da Diretoria, consideramos que os saldos de Infraestrutura de concessão de distribuição de energia elétrica, bem como as respectivas divulgações nas notas explicativas 14, 15 e 17.1, são aceitáveis no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.Provisões para riscos fiscaisConforme divulgado na nota explicativa 24, a Companhia é parte em diversos processos de natureza fiscais, trabalhistas, cíveis e regulatórios cujo valor agregado totaliza R$ 1.253.754 mil em 31 de dezembro de 2021, para os quais nenhuma provisão foi constituída considerando que a sua probabilidade de perda foi avaliada como possível. Desse montante, R$ 373.142 mil se referem a ações de natureza tributária. Consideramos esse assunto significativo para a nossa auditoria devido à relevância dos valores envolvidos nos processos, ao grau de julgamento envolvido na determinação se uma provisão deve ser constituída, sua estimativa de valor e a probabilidade de desembolso financeiro, bem como pela complexidade dos assuntos e do ambiente tributário no Brasil. Como nossa auditoria conduziu esse assuntoNossos procedimentos incluíram, dentre outros, a utilização de especialistas, quando aplicáveis, para nos auxiliar na avaliação das opiniões legais obtidas pela Companhia para as causas tributárias, bem como na realização de reuniões periódicas com a Diretoria e revisão das atas do Conselho de Administração para discutir a evolução dos principais processos judiciais em aberto, assim como a leitura e avaliação das opiniões legais de especialistas externos quando aplicável. Também, obtivemos cartas de confirmação dos principais consultores jurídicos externos da Companhia, a fim de comparar suas avaliações acerca das causas em aberto com as posições consideradas pela Diretoria. Adicionalmente, avaliamos a adequação das divulgações sobre esses assuntos que estão mencionados na nota explicativa 24 às demonstrações financeiras e, especificamente sobre as contingências mais significativas. Baseados no resultado dos procedimentos de auditoria efetuados sobre o andamento dos processos fiscais, que está consistente com a avaliação da Diretoria, consideramos que os critérios e premissas de avaliação da probabilidade de perdas para fins de reconhecimento e dos julgamentos aplicados na mensuração do valor destas provisões adotados pela Diretoria, assim como as respectivas divulgações na nota explicativa 24, são aceitáveis, no contexto das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.Outros assuntosDemonstração do valor adicionadoA demonstração do valor adicionado (DVA), referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2021, elaborada sob a responsabilidade da Diretoria da Companhia, e apresentada como informação suplementar para fins de IFRS, foi submetida a procedimentos de auditoria executados em conjunto com a auditoria das demonstrações financeiras da Companhia. Para a formação de nossa opinião, avaliamos se essa demonstração está conciliada com as demonstrações financeiras e registros contábeis, conforme aplicável, e se a sua forma e conteúdo está de acordo com os critérios definidos no Pronunciamento Técnico NBC TG 09 - Demonstração do Valor Adicionado. Em nossa opinião, essa demonstração do valor adicionado foi adequadamente elaborada, em todos os aspectos relevantes, segundo os critérios definidos nesse Pronunciamento Técnico e é consistente em relação às demonstrações financeiras tomadas em conjunto. Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditorA Diretoria da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração e o Balanço Social. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e o Balanço Social e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esses relatórios. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e o Balanço Social e, ao fazê-lo, considerar se esses relatórios estão, de forma relevante, inconsistentes com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparentam estar distorcidos de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração e/ou no Balanço Social, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. Responsabilidades da diretoria e da governança pelas demonstrações financeirasA Diretoria é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), emitidas pelo International Accounting Standards Board (IASB), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Diretoria é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Diretoria pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeirasNossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:• Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.• Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.• Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Diretoria.• Concluímos sobre a adequação do uso, pela Diretoria, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as

divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.• Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que eventualmente tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.Fornecemos também aos responsáveis pela governança declaração de que cumprimos com as exigências éticas relevantes, incluindo os requisitos aplicáveis de independência, e comunicamos todos os eventuais relacionamentos ou assuntos que poderiam afetar, consideravelmente, nossa independência, incluindo, quando aplicável, as respectivas salvaguardas.Dos assuntos que foram objeto de comunicação com os responsáveis pela governança, determinamos aqueles que foram considerados como mais significativos na auditoria das demonstrações financeiras do exercício corrente e que, dessa maneira, constituem os principais assuntos de auditoria. Descrevemos esses assuntos em nosso relatório de auditoria, a menos que lei ou regulamento tenha proibido divulgação pública do assunto, ou quando, em circunstâncias extremamente raras, determinarmos que o assunto não deve ser comunicado em nosso relatório porque as consequências adversas de tal comunicação podem, dentro de uma perspectiva razoável, superar os benefícios da comunicação para o interesse público. Rio de Janeiro, 16 de março de 2022.ERNST & YOUNG Auditores Independentes S.S.CRC - 2SP015199/O-6Roberto Cesar Andrade dos Santos Contador CRC - 1RJ093771/O-9

Pareceres e Declarações / Parecer do Conselho Fiscal ou Órgão Equivalente

ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A.CNPJ/MF nº 03.467.321/0001-99NIRE 51.300.001.179-Companhia Aberta -Ata de Reunião do Conselho Fiscal da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (Companhia), realizada em 16 de março de 2022.1. Data, Hora e Local: Aos 16 dias do mês de março de 2022, às 14h30, de forma exclusivamente digital, por meio da plataforma Microsoft Teams, disponibilizada pela Companhia com sede na Rua Vereador João Barbosa Caramuru nº 184, Bairro Bandeirantes, Cuiabá, Estado do Mato Grosso.2. Convocação e Presença: Convocados regularmente todos os membros do Conselho Fiscal da Companhia, encontram-se presentes por vídeo conferência os conselheiros abaixo assinados, verificando-se a composição de quorum suficiente para a instalação da presente reunião do Conselho Fiscal. Presente também o Diretor Corporativo de Contabilidade, Tributário e Patrimonial, Sr. Vicente Cortes de Carvalho.3. Mesa: Presidente: Sr. Flavio Stamm Secretário: Sr. Guilherme Fiuza Muniz4. Deliberações: Foram tomadas, por unanimidade, as seguintes deliberações:4.1. Autorizar a lavratura da ata a que se refere esta Reunião do Conselho Fiscal em forma de sumário.4.2. Consignar que os membros do Conselho Fiscal da Companhia examinaram o relatório anual da administração e das contas da Diretoria, as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, bem como proposta da Diretoria para a destinação dos resultados, de acordo com as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, que faz parte integrante das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021, (i) o Diretor Financeiro e de Relações com Investidores da Companhia, Sr. Maurício Perez Botelho; (ii) o Diretor Corporativo de Contabilidade, Tributário e Patrimonial, Sr. Vicente Cortes de Carvalho; e (iii) o representante dos auditores independentes Ernst & Young Auditores Independentes S.S., o Sr. Roberto Cesar Andrade dos Santos que prestaram - na reunião do Conselho de Administração realizada nesta data e assistida pela totalidade dos membros do Conselho Fiscal (“Reunião do Conselho de Administração”) - todos os esclarecimentos necessários e solicitados pelos Conselheiros Fiscais.4.3. A cópia do material apresentado no item 4.2, numerada e autenticada pela mesa, fica arquivada na Companhia como doc. 1.4.4. Opinar favoravelmente acerca da aprovação dos documentos descritos no item 4.3. acima, conforme parecer do Conselho fiscal, Anexo I da presente ata.5. Encerramento: Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a ata a que se refere esta reunião que, depois de lida e aprovada, foi assinada por todos os presentes. Mesa:Flavio Stamm Guilherme Fiuza MunizPresidente SecretárioConselheiros Fiscais:Jorge Nagib Amary Junior Flavio StammDaniel Vinicius Alberini Schrickte Anexo I a Reunião do Conselho Fiscal da ENERGISA MATO GROSSO – DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S.A., realizada no dia 16 de março de 2022 às 14:30 horas.PARECER DO CONSELHO FISCALO Conselho Fiscal da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (Companhia), nos termos do parágrafo 3º do art. 163 da Lei 6.404/76, apreciou (i) o relatório anual da administração e das contas da Diretoria; (ii) as demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; (iii) a proposta da Diretoria para a destinação dos resultados, de acordo com as demonstrações das mutações do patrimônio líquido, que faz parte integrante das demonstrações financeiras referentes ao exercício social encerrado em 31 de dezembro de 2021; e (iv) o Relatório dos Auditores Independentes sobre as Demonstrações Financeiras da Companhia, emitido sem ressalvas pela Ernst & Young Auditores Independentes em 16 de março de 2022; e, após exame da documentação em questão opina favoravelmente ao encaminhamento dos referidos documentos à Assembleia Geral de Acionistas.Conselheiros Fiscais:Jorge Nagib Amary Junior Flavio StammDaniel Vinicius Alberini Schrickte

Pareceres e Declarações / Relatório Resumido do Comitê de Auditoria (estatutário, previsto em regulamentação específica da CVM)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Parecer ou Relatório Resumido, se houver, do Comitê de Auditoria (estatutário ou não)

Não se aplica à Companhia.

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre as Demonstrações Financeiras

Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (“Companhia sobre as Demonstrações Financeiras do exercício de 2021Os diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, VI, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as Demonstrações Financeiras da Companhia, tendo aprovado o referido documento.Cuiabá, 17 de março de 2022.Riberto José BarbaneraDiretor-Presidente e Diretor Administrativo e de ControlesMaurício Perez BotelhoDiretor Financeiro e de Relações com InvestidoresFernando Cezar MaiaDiretor de Assuntos Regulatórios e EstratégiaAmaury Antonio DamianceDiretor Técnico e ComercialDaniele Araújo Salomão CasteloDiretora de Gestão de PessoasJosé Marcos Chaves de MeloDiretor de Suprimentos e LogísticaGioreli de Sousa FilhoDiretor sem designação específicaVicente Côrtes de CarvalhoDiretor Contábil, Tributário e PatrimonialCRC MG 042523/O-7 “S” MTAlane Fernandes MacielContadora CRC – TO 003103/O “S” MT

Pareceres e Declarações / Declaração dos Diretores sobre o Relatório do Auditor Independente

Declaração dos Diretores da Energisa Mato Grosso – Distribuidora de Energia S.A. (Companhia) sobre o Parecer dos Auditores IndependentesOs diretores da Companhia abaixo assinados declaram, nos termos do art. 25, § 1º, V, da Instrução CVM nº 480/09, que, em reunião realizada nesta data, revisaram, discutiram e concordam, ressalvados os limites específicos das respectivas competências, com as opiniões expressas no parecer dos auditores independentes, tendo aprovado o referido documento.Cuiabá, 17 de março de 2022.Riberto José BarbaneraDiretor-Presidente e Diretor Administrativo e de ControlesMaurício Perez BotelhoDiretor Financeiro e de Relações com InvestidoresFernando Cezar MaiaDiretor de Assuntos Regulatórios e EstratégiaAmaury Antonio DamianceDiretor Técnico e ComercialDaniele Araújo Salomão CasteloDiretora de Gestão de PessoasJosé Marcos Chaves de MeloDiretor de Suprimentos e LogísticaGioreli de Sousa FilhoDiretor sem designação específicaVicente Côrtes de CarvalhoDiretor Contábil, Tributário e PatrimonialCRC MG 042523/O-7 “S” MTAlane Fernandes MacielContadora CRC – TO 003103/O “S” MT